



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Maria de Fátima Tavares Proença

**ÓRFÃS DOTADAS PELA MISERICÓRDIA DE
COIMBRA (1620-1749)**

Dissertação de Mestrado em História: Época Moderna, orientada pela Professora Doutora Maria Antónia Lopes, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Outubro de 2021

FACULDADE DE LETRAS

Órfãs dotadas pela Misericórdia de Coimbra (1620-1749)

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	Órfãs dotadas pela Misericórdia de Coimbra (1620-1749)
Autora	Maria de Fátima Tavares Proença
Orientadora	Professora Doutora Maria Antónia Lopes
Júri	Presidente: Professora Doutora Maria do Rosário Barbosa Morujão Vogais: 1. Professora Doutora Maria Margarida Sobral Neto 2. Professora Doutora Maria Antónia Lopes
Identificação do Curso	2º Ciclo em História
Área científica	História
Especialidade/Ramo	História Moderna
Data da defesa	17- dezembro - 2021
Classificação	16 - Valores

1 2



9 0

FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE D
COIMBRA

ÓRFÃS DOTADAS PELA MISERICÓRDIA DE COIMBRA (1620-1749)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO 1 MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS E MISERICÓRDIA DE COIMBRA.....	11
1. AS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS.....	11
1.1. FUNDAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS MISERICÓRDIAS.....	11
1.2. ORGANIZAÇÃO INTERNA.....	18
1.3. AÇÃO ASSISTENCIAL	20
2. MISERICÓRDIA DE COIMBRA.....	24
2.1. FUNDAÇÃO	24
2.2. ORGANIZAÇÃO	27
CAPÍTULO II DOTES DE MISERICÓRDIAS.....	30
1. CONSTITUIÇÃO E OBJETIVOS DOS DOTES	30
2. DOTES DA MISERICÓRDIA DE COIMBRA	33
2.1. INSTITUIDORES DOS DOTES ATRIBUÍDOS	36
CAPÍTULO III ÓRFÃS PARENTAS.....	40
1. PARENTAS DE MANUEL SOARES DE OLIVEIRA	40
2. PARENTAS DE BENTO SOARES DA FONSECA.....	42
3. PARENTAS DE FRANCISCO LOPES TEIXEIRA.....	46

4. PARENTAS DE RODRIGO CALDEIRA DE AZEVEDO	48
CAPÍTULO IV ÓRFÃS ESTRANHAS	51
1. DOTES INSTITUÍDOS E PROVIDOS	51
2. CARATERIZAÇÃO DAS ÓRFÃS.....	60
2.1. MORADA E NATURALIDADE	60
2.2 IDADES.....	67
2.3 PERFIL SOCIOECONÓMICO	68
3. FILHAS DE IRMÃOS DA CASA	69
4. ENJEITADAS	71
5. CRISTÃS-NOVAS E ÓRFÃS COM BENS DE RAIZ	72
6. IRMÃS A CONCURSO NO MESMO ANO DE ELEIÇÕES	74
7. COMPORTAMENTOS E RELAÇÃO COM A PERDA DE DOTE	76
8. ÓRFÃS DOTADAS E CASADAS	79
CONCLUSÃO	84
ANEXOS	89
Figura 1 - Declaração da priorisa do mosteiro de S. Domingos das Donas.....	90
Figura 2 - Carta de promessa de dote de 50.000 réis	91
Figura 3 - Carta de promessa de dote de 400.000 réis	92
Figura 4 - Folha de rosto do livro Memorial das rendas e de mais coisa da Misericórdia de Coimbra, 1500-1648.....	93
Figura 5 - Árvore Genealógica da família de Francisco Lopes Teixeira para comprovação de parentesco.....	94

Figura 6 - Árvore Genealógica de familiares de Rodrigo Caldeira de Azevedo para comprovação de parentesco.....	95
Figura 7- Árvore Genealógica de familiares de Rodrigo Caldeira de Azevedo para comprovação de parentesco.....	96
Quadro 1 – Distribuição das parentas de Manuel Soares de Oliveira, segundo o ano identificação, idade, localidade de residência, freguesia e valor do dote	97
Quadro 2 – Distribuição das parentas de Bento Soares da Fonseca, segundo o ano de entrega do dote, identificação, morada por freguesia e valor do dote	100
Quadro 3 – Cinco órfãs dotadas com 50.000 réis da irmã de Bento Soares da Fonseca.....	103
Quadro 4 – Valores de dotes atribuídos por cada ano para parentas de Francisco Lopes Teixeira	103
Quadro 5 – Dotes de Francisco Lopes Teixeira atribuídos a órfãs estranhas	105
Quadro 6 – Distribuição das parentas de Francisco Lopes Teixeira e alguns dos noivos, segundo a morada e dote	105
Quadro 7 – Distribuição das parentas de Rodrigo Caldeira de Azevedo e maridos, segundo a morada	108
Quadro 8 – Distribuição das órfãs concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano de provimento e valor do dote entre 1620 e 1639.....	111
Quadro 9 – Distribuição das órfãs concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano de provimento e valor do dote entre 1640 e 1659.....	112
Quadro 10 – Distribuição das órfãs concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano de provimento e valor do dote entre 1660 e 1679.....	113
Quadro 11- Distribuição das concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano e valor do dote entre 1680 e 1699.....	114
Quadro 12 – Distribuição das concorrentes não dotadas e dotadas, Segundo o ano e valor do dote entre 1700 e 1719.....	115

Quadro 13 - Distribuição das órfãs concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano e valor do dote entre 1720-1739	116
Quadro 14 - Distribuição das órfãs concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano e valor dos dotes atribuídos entre 1740 e 1749	117
Quadro 15 – Distribuição das concorrentes dotadas e não dotadas entre 1705 e 1719, segundo a naturalidade e morada	117
Quadro 16 – Média de idades das órfãs concorrentes entre 1705-1719	119
Quadro 17– Média de idades das órfãs concorrentes entre 1720-1749	120
Quadro 18 - Distribuição das órfãs segundo a naturalidade, local de residência e família ou pessoa que as recolhe (1668-1749)	121
Quadro 19 - Distribuição de órfãs naturais de fora da cidade, local de residência e com quem viviam (1668-1749)	125
Quadro 20 – Distribuição dos pais das órfãs segundo a ocupação/caracterização (1668-1749)	126
Quadro 21 - Distribuição das órfãs enjeitadas segundo o nome, idade, naturalidade, morada, dotes e benfeitor.....	128
Quadro 22 - Distribuição de cristãs novas e outras órfãs com bens de raiz, segundo a idade (1620-1717).....	129
Quadro 23 – Distribuição de órfãs irmãs de sangue a concurso no mesmo ano de eleições segundo a idade e valor do dote.....	129
Quadro 24 – Distribuição anual de órfãs dotadas e de órfãs casadas, 1667-1686.....	131
Quadro 25 - Distribuição anual de órfãs dotadas e de órfãs casadas, 1687-1706.....	131
Quadro 26 - Distribuição anual de órfãs dotadas e de órfãs casadas, 1707-1726.....	132
Quadro 27 - Distribuição anual de órfãs dotadas e de órfãs casadas, 1727- 1749.....	133

FONTES E BIBLIOGRAFIA	134
-----------------------------	-----

Resumo: As raparigas pobres e órfãs de pai tinham dificuldade em casar se não tivessem um dote. Atentos às necessidades sentidas por estas jovens, os instituidores de legados testamentários da Misericórdia de Coimbra, tal como em muitas outras, deixavam quantias destinadas para dotar órfãs, ficando a instituição com a responsabilidade de os gerir. Tendo esta dissertação como principal objetivo conhecer as práticas institucionais da Misericórdia de Coimbra nesta vertente assistencial e, ainda, quem foram as órfãs concorrentes aos dotes entre 1620-1749, foi utilizado como fonte principal o vasto espólio documental existente no arquivo dessa Misericórdia, o que nos permitiu perceber, durante o longo período em apreço, como surgiram os dotes da Santa Casa coimbrã, quem foram os seus instituidores, quais os seus objetivos e condições impostas, como foram distribuídos os dotes, quantas foram as jovens que pediram os dotes, quantas dotadas e rejeitadas e, finalmente, qual a proporção (entre as dotadas) das que conseguiram casar e receberam os seus dotes.

Palavras-chave: Mulheres, Dotes de caridade, legados pios, Misericórdia de Coimbra

Abstract: It was difficult to poor orphaned girls to marry if they do not have a dowry. As in many other *misericórdias*, the founders of testamentary legacies of the *Misericórdia* de Coimbra were attentive to the needs felt by these young women and so they left amounts destined to endow orphans, leaving the institution with the responsibility of managing them. The main objective of this dissertation is to know the institutional practices of the *Misericórdia* of Coimbra in this care modality and also who were the orphans competing for dowries between 1620-1749. The main source of this study was the vast manuscript documental collection surviving in the archives of this *Misericórdia*, which allowed us to understand who these benefactors were; what were their goals and conditions imposed on orphans; how the dowries were distributed; how many were the candidates, how many were endowed and rejected and, finally, what was the proportion of those who managed to marry and received their dowries.

Keywords: Women, Charitable doweries, pious legacies, Misericordia de Coimbra

INTRODUÇÃO

Depois da primeira Misericórdia fundada em Lisboa no ano de 1498¹, foram muitas as difundidas por todo o território continental, insular e colonial. No final do reinado de D. Manuel I, já tinham sido erigidas 77 confrarias e de 1521 até final de 1580, foram fundadas mais 133². Em 1639 já existia um total de 316 misericórdias e de 1639 até 1900 foram instituídas mais 127, sendo fundadas de 1901 até 1999 mais 80, para além de mais 4 cuja data de fundação se desconhece³. Das Misericórdias criadas no século XX, algumas foram fundadas já depois da Revolução de Abril de 1974⁴.

Para além da vontade e propósito de D. Manuel I em organizar a assistência em todo o reino, deve considerar-se ainda o papel dos governantes e elites em geral das cidades e vilas, pois eles próprios solicitavam também a fundação destas instituições⁵, tal como aconteceu com a Misericórdia de Coimbra impulsionada pelos diversos agentes ligados à dinâmica local, enviando carta ao rei com o pedido da fundação duma Confraria de Misericórdia, para praticarem as ações de caridade⁶.

Os privilégios concedidos tornavam-nas apetecíveis às elites locais, pois, entrando numa misericórdia, conseguia-se prestígio e privilégios.

A assistência prestada tinha por base as sete obras de misericórdia espirituais e as sete obras de misericórdia corporais. Algumas, como a maior parte das espirituais, não tinham grande peso nas atividades assistenciais destas confrarias, mas as sete obras

¹ SÁ, Isabel dos Guimarães e PAIVA, José Pedro, “Introdução”, In SÁ, Isabel dos Guimarães e PAIVA José Pedro, (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. III, *A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2004, p. 20.

² PAIVA, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. X, *Fazer a história das Misericórdias*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, pp. 517-519.

³ Idem, pp. 507, 521-523

⁴ Ibidem, p. 524.

⁵ ABREU, Laurinda, “Processos de integração de normas e práticas nos campos da assistência e da saúde (Portugal, séculos XVI- XIX)” in POLÓNIA, Amélia et al (org.), *História e ciência: ciência e poder na primeira idade global*, Porto, Universidade do Porto/ Faculdade de Letras, 2016, p. 23.

⁶ “1500, Setembro 12, Lisboa - Carta autorizando a Misericórdia de Coimbra a gozar dos mesmos privilégios que já haviam sido concedidos à sua congénere de Lisboa e negando a pretensão da Câmara comimbricense de que fossem anexadas à Confraria determinadas rendas pias”, SÁ e PAIVA (coord.) *Portugalia Monumenta Misericordiarum*, vol. III, cit., doc. 90, p. 243.

corporais (Dar de comer a quem tem fome; Dar de beber a quem tem sede; Vestir os nus; Dar pousada aos peregrinos; Assistir aos enfermos; Visitar os presos; Enterrar os mortos)⁷ estiveram sempre presentes em quase todas as ações das misericórdias, ao longo da Idade Moderna, as quais não foram descuidadas pela irmandade da Misericórdia de Coimbra cumprindo com os requisitos do compromisso de 1620 reeditado em 1830⁸.

Embora não estivesse explícita no rol das obras de misericórdia, a Santa Casa de Coimbra, tal como tantas outras, manteve um papel ativo na distribuição de dotes a órfãs, instituídos por legados de benfeitores, tema que vai ser apresentado e desenvolvido ao longo deste trabalho.

O tema desta tese centra-se precisamente nas órfãs dotadas pela Misericórdia de Coimbra durante 130 anos (1620-1749) e tem como objetivo perceber como surgiram os dotes na Santa Casa coimbrã, quem foram os seus instituidores, quais os seus objetivos e condições impostas, como foram distribuídos, quantas e quem foram as órfãs concorrentes, as dotadas e as que receberam o dote. A escolha do tema está ligada ao gosto que nos ficou do estudo sobre a História das Mulheres na Idade Moderna, numa das disciplinas lecionadas na fase curricular do Mestrado, e, na vontade de darmos continuidade ao desenvolvimento de uma atividade intelectual sempre necessária e desejável. A cronologia justifica-se pela ausência de fontes antes de 1620 e pela existência de estudo já realizado sobre o assunto a partir de 1750⁹.

As fontes principais na realização desta investigação passam pelos registos existentes no vasto espólio documental do Arquivo da Misericórdia de Coimbra relativamente às órfãs dotadas pela referida instituição.

⁷ Sobre o elenco das obras de misericórdias e a sua evolução, ver LOPES, Maria Antónia, “Dar de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede nos compromissos e nas práticas das Santas Casas da Misericórdia (sécs. XV-XXI)” in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (coord.), *As sete obras de misericórdia corporais nas Santas Casas de Misericórdia*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2018, pp. 83-106.

⁸ *Compromisso da Misericórdia de Coimbra*, doravante (CMC), Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1830.

⁹ LOPES, Maria Antónia, *pobreza, assistência e controlo social*, Coimbra (1750-1850), 2 vols., Viseu, Palimage Editores, 2000.

Para enquadramento teórico torna-se indispensável uma pesquisa bibliográfica sobre a história das Misericórdias em Portugal na Idade Moderna, desde a fundação a meados do século XVIII. Contudo, se necessário, o estudo analisará e fará referência a alguns aspetos em datas posteriores.

No desenvolvimento da pesquisa em fontes impressas e em bibliografia sobre Misericórdias, é de referir os compromissos das mesmas e a contribuição dos vários estudos por investigadores nesta área de que são exemplo maior: Isabel dos Guimarães Sá; Laurinda Abreu; Marta Lobo de Araújo; Maria Antónia Lopes e a obra *Portugaliae Monumenta Misericordiarum* coordenada por José Pedro Paiva, em cuja equipa científica se integram as historiadoras mencionadas.

A metodologia de trabalho consistiu na análise pormenorizada da bibliografia disponível, respeitante ao desenvolvimento teórico dos objetivos, na recolha da informação de arquivo e sua análise e na estruturação do texto. Através de uma abordagem crítica da documentação, procurar-se-á abranger, o mais possível o período em estudo. Estruturou-se esta dissertação em quatro capítulos.

O capítulo I, essencialmente dedicado ao enquadramento teórico do tema, está dividido em dois subcapítulos: no primeiro é feita referência à fundação e expansão das Misericórdias Portuguesas em geral, à sua organização e ação social; no segundo é apresentada a fundação da Misericórdia de Coimbra e sua organização com a explicitação das obrigações que, segundo o compromisso, eram exigidas aos mesários responsáveis pela prática das obras de misericórdia.

O capítulo II, dedicado à constituição dos dotes, foi dividido em três subcapítulos: no primeiro far-se-á alusão à constituição e finalidade dos dotes para órfãs; no segundo será descrito todo o processo de candidatura das órfãs mediante o que era exigido pelo compromisso; no terceiro apresenta-se o total de dotes atribuídos segundo cada benfeitor.

No capítulo III, serão apresentados os dotes instituídos e providos para mulheres da família dos instituidores, as parentas (categoria que podia não implicar nem pobreza nem orfandade). Criaram este tipo de dote, cuja administração entregaram à misericórdia de Coimbra, Rodrigo Caldeira de Azevedo, Manuel Soares de Oliveira, Francisco Lopes Teixeira e Bento Soares da Fonseca.

No capítulo IV, considerar-se-ão atentamente os dotes instituídos e providos para as restantes, as chamadas órfãs estranhas, e que constituíam o grosso das concorrentes e dotadas. Far-se-á a caracterização das mesmas relativamente à naturalidade e morada, idade e perfil socioeconómico. Indagar-se-á se houve filhas de irmãos da Casa que beneficiaram dos dotes, se houve enjeitadas, cristã-novice, presença de irmãs a concurso no mesmo ano de eleições, características comportamentais e motivos para a perda do dote e, finalmente, a relação entre as órfãs dotadas e as que contraíram matrimónio. Muito gostaria de ter aprofundado este assunto, nomeadamente com os intervalos temporais entre a promessa do dote e o casamento e com a identificação dos maridos. Porém, a morosidade exigida por essa tarefa, com o regresso ao arquivo para recolha dos dados, tornaria impeditivo o cumprimento do prazo de entrega deste trabalho.

Para avaliação e apresentação estatística dos resultados foram estabelecidas seis séries de 20 anos e uma de 10 para abranger os 130 anos em análise. A opção pela divisão por vinténios permite uma análise cronológica pormenorizada dos resultados, sendo estes depois de analisados nos seus diversos aspetos, apresentados em quadros e gráficos. A última série de 10 anos corresponde ao acerto dos 130 anos em estudo.

Os agradecimentos são em especial para nossa orientadora, Doutora Maria Antónia Lopes, por nos ter aceitado como sua orientanda e pela disponibilidade que sempre nos demonstrou. Sem o seu ensino e orientação pedagógica, esta tese não teria sido realizada. Outro obrigado também muito especial é dirigido ao Dr. António Faia, arquivista e responsável pelo arquivo da Misericórdia de Coimbra, pela paciência de nos ajudar na procura dos documentos, nas longas horas que trabalhámos no arquivo.

CAPÍTULO 1

MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS E MISERICÓRDIA DE COIMBRA

1. AS MISERICÓRDIAS PORTUGUESAS

Na realização deste trabalho, levou-se em consideração o estado atual do conhecimento sobre o que foram as misericórdias portuguesas, desde a fundação até à data limite do estudo. Contudo, sempre que necessário, será feita referência a outras cronologias.

Para fundamentação teórica, foram consultados vários trabalhos historiográficos dos principais investigadores em Portugal no que toca a este tema.

1.1. FUNDAÇÃO E EVOLUÇÃO DAS MISERICÓRDIAS

É um facto que a rainha viúva de D. João II e regente do reino, D. Leonor, mandou fundar a primeira Misericórdia portuguesa em Lisboa, no ano de 1498, durante a ausência de D. Manuel I em Castela. Era, contudo, o rei que detinha o poder político necessário, para difundir e estruturar estas instituições. Não se sabe se o fazia ou não por influência da irmã¹⁰, que acompanhou todo o seu reinado e assinou três documentos, ainda em 1498¹¹. D. Manuel morreu em 1521 e quando D. Leonor faleceu, em 1525, já havia muitas misericórdias instituídas, dominando grande parte das modalidades de assistência, como o socorro nas prisões, nos hospitais e nas albergarias.

À semelhança do que acontecia com as confrarias de carácter devocional, que se dedicavam ao culto de determinado santo, a confraria da primeira misericórdia também

¹⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães e PAIVA, José Pedro, “Introdução”, in SÁ, Isabel dos Guimarães e PAIVA José Pedro, (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. III, cit., p. 20.

¹¹ SÁ, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias da Fundação à união dinástica”, in José Pedro Paiva, (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. I, *Fazer a história das Misericórdias*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 22.

foi erigida numa capela do claustro da Sé de Lisboa, onde esteve instalada a confraria da Senhora da Piedade, e que D. Leonor transforma na confraria da irmandade de invocação a Nossa Senhora da Misericórdia¹².



Foto 1- Sé de Lisboa, século XVI¹³.



Foto 2 - Capela da Senhora da Piedade¹⁴.

Porém, como o espaço se tornou insuficiente, D. Manuel mandou edificar, no sítio da Ribeira, um magnífico edifício decorado com um portal em arte manuelina, que hoje

¹²SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade, e poder no império português (1580-1800)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 57.

¹³https://www.google.com/search?q=se+de+lisboa+sec.+xvii&rlz=1C1GCEA_enPT842PT842&sxsrf=ALeKk008QcidjXOI_fT9ksaa_XIL5Ss0sA:1588108318642&source=lnms&tbn=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjw3snBhIzpAhUJkhQKHQT2CpAQ_AUoAXoECAwQAw&biw=1280&bih=727

¹⁴https://www.google.com/search?q=capela+da+senhora+da+piedade+na+se+de+lisboa&rlz=1C1GCEA_enPT842PT842&sxsrf=ALeKk02vXt5YdkehFPLCQlet0ht9jvt5cQ:1588093155519&source

se encontra na igreja da Conceição Velha¹⁵. Ora, sendo a arte uma das vertentes muito valorizada pelas misericórdias, as igrejas destas instituições desde cedo foram enriquecidas de belos retábulos, integrando painéis com pintura sobre madeira, como ocorreu na de Lisboa e na de Viana do Castelo, mas também com decoração escultórica em baixos-relevos, de que são exemplo, os retábulos das misericórdias de Coimbra e de Tentúgal¹⁶.



Foto 3 - Portal da Igreja da Conceição a Velha

Desde a fundação, muitas misericórdias ocuparam espaços no interior de edifícios religiosos ou civis, situação quase sempre passageira porque, na sua maioria, foram construindo edifícios de raiz, adequados à prática de todas as atividades por elas desenvolvidas, desde administrativas, às ações de caridade, espirituais, celebração de

¹⁵https://www.google.com/search?q=igreja+da+concei%C3%A7%C3%A3o+velha+em+lisboa&tbm=isch&ved=2ahUKEwi_g-3UhYzpAhVGYBQKHWNJCx0Q2-cCegQIABAA&oeq&gs_lcp=CgNpbWcQARgDMgcIIXDqAhAnMgcIIXDqAhAnMgcIIXDqAhAnMgcIIXDqAhAnULvTH1i70x9ggvsfaAFwAHgAgAEAiAEAk

¹⁶ SERRÃO, Victor, “A pintura, a escultura e a talha nas misericórdias portuguesas (séculos XVI-XXI)”, in José Pedro Paiva, (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. X, cit., p. 336.

missas, outras liturgias e funerais. Daí que um mesmo edifício podia congrega igreja, sacristia, casa do despacho, enfermarias, cemitério e outras dependências¹⁷.

As 210 misericórdias fundadas até final de 1580 são números que nos podem dar uma ideia do sucesso que tiveram estas instituições, logo nos primeiros anos da sua implementação. Refira-se ainda que o nome de “Santa Casa” surge apenas na primeira metade do século XVII¹⁸.

Para além da vontade e propósito de D. Manuel I em organizar a assistência em todo o reino, deve considerar-se ainda o papel dos governantes e elites em geral das cidades e vilas, pois eles próprios solicitavam também a fundação destas instituições¹⁹. Os privilégios concedidos tornavam-nas apetecíveis às elites locais. Entrando numa misericórdia conseguia-se prestígio e privilégios. No compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516 já são referidas algumas regalias económicas e sociais para os irmãos que faziam parte do corpo de decisão da confraria, designado *Mesa*. Os mesários estavam isentos de ofícios e cargos concelhios obrigatórios como almotacé, aposentadoria e alguns impostos²⁰, ficando ainda, sem obrigação de integrar procissões contra sua vontade²¹. Além dos privilégios comuns de que gozavam, podiam usufruir ainda de benefícios pontuais. A título de exemplo, em 1653 o rei concedeu a dois escrivães da Misericórdia de Goa recompensas atribuídas aos servidores da armada e das fortalezas da Índia²².

¹⁷ PINHO, Joana Maria Balsa Carvalho de *as casas da Misericórdia: confrarias da misericórdia e a arquitetura quinhentista portuguesa*, vol. I, Lisboa, dissertação de doutoramento em História de Arte apresentada à Universidade de Lisboa, 2012, p. 5.

¹⁸ LOPES, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*, imprensa da universidade de Coimbra, 2010, pp. 48-49.

¹⁹ ABREU, Laurinda, “Processos de integração de normas e práticas nos campos da assistência e da saúde (Portugal, séculos XVI- XIX)” in POLONIA, Amélia et al (org.), *História e ciência: ciência e poder na primeira idade global*, Porto, Universidade do Porto/ Faculdade de Letras, 2016, p. 23.

²⁰ SÁ Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre*, cit., p. 63.

²¹ “Item mandamos e defendemos aos vereadores da dita cidade, juyzes, vereadores e officiaes dos outros lugares onde a dita Confraria ouver, que quando quer que ouverem de fazer alguãua precisam, nom constringam nem mandem constringer os officiaes da dita Confraria pera hirem nas taaes precissoões, salvo se por suas vontades e devaçam ho quiserem fazer”, SÁ, Isabel dos Guimarães e PAIVA, José Pedro, (coord.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. III, cit., p. 423.

²² ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e Paiva, José Pedro, “Introdução”, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e PAIVA, José Pedro, (coord.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. VI, *Estabilidade grandeza e crise, da Restauração até ao final do reinado de D. João V*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 11.

Sendo as misericórdias confrarias laicas de proteção régia e, como tal, isentas de jurisdição eclesiástica²³, permitia aos seus dirigentes escrever diretamente ao rei e, desta forma, estabelecer uma relação privilegiada com as chancelarias régias. Entretanto, novas investigações confirmam que em casos muito raros, mas misericórdias inicialmente fundadas com autorização do bispo e só mais tarde reclamaram confirmação régia, com o objetivo de usufruírem de privilégios idênticos às suas congéneres. São disso exemplo o alvará régio de 1667, que reconhece a fundação da Misericórdia de Belém do Pará sob a licença do Ordinário, e a Misericórdia de Galizes que em 1668, ao ser criada, também submeteu os estatutos à aprovação do bispo²⁴.

Com a expansão e aumento do número de misericórdias, aumenta também o valor do seu património, sobretudo a partir do momento em que são anexados hospitais, gafarias e outras confrarias locais²⁵. Todavia, como é natural, o poder económico não foi similar em todas as misericórdias: havia umas muito ricas e outras com graves problemas financeiros, por vezes resultantes de créditos malparados, rendas e foros atrasados e não pagos. Quando, após 1640, alguma nobreza senhorial que apoiava as misericórdias se refugiou em Castela, a nova monarquia tenta amparar financeiramente algumas delas, como aconteceu em Linhares e Santar²⁶. Contudo, a chegada de legados de quem emigrava e não se esquecia da terra e a favorável situação financeira no reinado de D. João V, proporcionada em boa parte pela descoberta de minas de ouro e pedras preciosas no Brasil, deram um bom desafogo às finanças de muitas misericórdias, para o qual, também contribuíram donativos de emigrantes e juros consolidados pela coroa²⁷. No contexto de um cristianismo em que o sufrágio pelas almas do purgatório se torna exacerbado, com muitos crentes a pretender que suas almas sejam sufragadas através de missas, também chega às misericórdias grande volume de bens imóveis e de capitais

²³ As misericórdias eram definidas pelo Concílio de Trento (1545-1563) como confrarias leigas sob proteção régia, totalmente isentas de jurisdição eclesiástica. À Igreja, competia apenas autorizar a consagração de um local de culto. Os próprios capelães eram contratados e convocados pela mesa. LOPES, Maria Antónia, *Proteção Social...*, cit., p. 56.

²⁴ ARAÚJO e PAIVA, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. VI, cit., p.9.

²⁵ XAVIER, Ângela Barreto e PAIVA, José Pedro, “Introdução”, in XAVIER, Ângela Barreto e PAIVA José Pedro, (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. IV, *Crescimento e consolidação de D. João III a 1580*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2002, p. 10.

²⁶ ARAÚJO e PAIVA, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol.VI, cit., p. 18.

²⁷ Idem, pp. 19-20.

provenientes do reino e de todo o império, originando “um forte caudal de legados a que as misericórdias serviram de ancoradouro”²⁸.

O recurso a peditórios foi também uma das formas que as Santas Casas tinham de garantir receitas. Faziam-no às quartas e quintas-feiras, sempre que a Mesa reunia, nas ocasiões festivas e depois, normalmente na época das colheitas, indo os irmãos às eiras e lagares, quando o verão estava a terminar e se iniciava o outono, considerado este o grande peditório destas instituições. O peditório semanal era realizado por dois mesários, um nobre e um oficial, entre os quais se podia incluir o provedor²⁹. Nos locais mais distantes, as misericórdias serviam-se de mamposteiros³⁰ para realizar esta tarefa.

Nalguns casos, para ser erigida uma Misericórdia, teria de haver estruturas que possibilitassem a prática das obras de misericórdia. Em Cuiabá, no Brasil, em 1742, por não haver uma igreja com hospitalidade para doentes pobres, o Conselho Ultramarino deu parecer negativo³¹. Pode-se estranhar a envolvência do Conselho Ultramarino nesta decisão, mas à época, o rei visava preservar a dignidade destas instituições, para as utilizar como instrumento de afirmação régia nas redes do poder local e de reprodução organizacional no espaço imperial, idêntico ao que existia como padrão para todas as misericórdias portuguesas. Não admira, portanto, o monarca decidir depois de ser informado pelo Conselho.

Por norma, quando se fundavam, as misericórdias elaboravam os seus compromissos à semelhança do de Lisboa, que era utilizado como modelo, a fim de alcançarem privilégios, graças e mercês. O compromisso podia ser ajustado a cada realidade local e aplicado naquilo que fosse possível cumprir. Por vezes, algumas instituições faziam o pedido ao monarca passados vários anos depois da fundação. A Misericórdia de Canha já tinha cerca de quarenta anos, quando solicitou ao rei a confirmação do seu compromisso³².

²⁸ Ibidem, p. 18.

²⁹ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de “As manifestações de rua das misericórdias portuguesas em contexto Barroco”, *Hispania Sacra*, LXII, 2010, p. 95.

³⁰ “Pedidores autorizados de que as Misericórdias se serviam para rogar esmolas em seu nome em várias freguesias”. Idem, p. 100.

³¹ ARAÚJO e PAIVA, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. VI, cit., p. 9.

³² Idem, p. 10.

Embora algumas tivessem grande poder económico, proveniente de doações, rendas, legados, foros das propriedades que possuíam, contribuições da Coroa e outros, como referido, não deixaram de passar por constrangimentos financeiros, muitas vezes devido a empréstimos malparados, sobretudo quando eram montantes muito elevados. Geralmente, os devedores eram pessoas poderosas que dificultavam as cobranças às Santas Casas. O provedor e demais mesários da Misericórdia de Coimbra, em meados do séc. XVIII, sentindo dificuldades em cobrar mais de cinco contos de réis em juros, tiveram de recorrer ao poder central para proceder à cobrança, sendo os devedores, na sua maioria, também pessoas de grande importância³³. Da facto, sabe-se que a fidalguia do Reino utilizou as misericórdias para se financiar.

No que se refere às atividades assistenciais, a Coroa criou condições favoráveis à sua realização, na medida em que negava às demais confrarias a possibilidade de desempenharem determinadas funções. O Compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1516 já concedia às misericórdias a competência exclusiva de assistência aos presos³⁴. Dava-lhes, ainda, o privilégio de serem as únicas confrarias autorizadas a realizar, em geral, os funerais. A recolha das ossadas dos executados pela justiça e dos respetivos restos mortais, eram também da competência das misericórdias. Desta forma, depois da criação destas instituições, as demais confrarias, ficariam limitadas a aspetos devocionais de representação social, bem como ao exercício de assistência aos seus irmãos e respetivas famílias. Por sua vez, as misericórdias baseavam a sua ação na relação entre as elites locais e o público em geral, competindo-lhes alimentar os famintos, assistir aos enfermos, consolar os tristes e remir os cativos.

Em suma, apesar de instituições fundadas segundo recomendações régias, tendencialmente iguais para todas, apresentam diferenças entre si, verificando-se, no entanto, que em relação às obras de misericórdia estão em consonância. Podemos mesmo dizer, que se transformaram numa estrutura relevante na sociedade portuguesa, conforme se verá, através do modo como estavam organizadas e como procediam na ação assistencial.

³³ LOPES, Maria Antónia “A governança da Misericórdia de Coimbra em finais de Antigo Regime” *XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Aveiro, 2002, p. 8.

³⁴ SÁ, Isabel, *Quando o rico se faz pobre*, cit., p. 64.

1.2. ORGANIZAÇÃO INTERNA

Nas misericórdias havia os irmãos de primeira condição: nobres, eclesiásticos e magistrados; e os irmãos de segunda condição: mestres de ofícios, mercadores e lavradores³⁵. Composição determinada pelos compromissos para uma distribuição equitativa entre nobres e oficiais.

A Mesa, composta por 13 irmãos, era o órgão dirigente e tinha um mandato anual com as eleições efetuadas no dia 2 de julho, calendário que só por razões de força maior podia ser alterado, como aconteceu em Goa no ano de 1739, durante a guerra contra os “Maratas”, dado que os irmãos se encontravam dispersos pelos postos de vigia³⁶. A eleição era feita por sistema indireto. Eram eleitos 10 eleitores, 5 de cada categoria, que votavam os nomes. Embora se saiba que eram feitos ajustes em cada localidade, esta seria a fórmula desenhada no compromisso da primeira Misericórdia. Contudo, é conhecido o caso da Misericórdia de Viana do Castelo, onde os mecânicos não eram eleitores³⁷. Os atos eleitorais eram momentos de grande importância porque, através das eleições, indivíduos poderosos, famílias e fações locais procuravam controlar o poder dentro da Misericórdia.

Por se tratar de instituições, na sua maioria ricas e poderosas, as lutas internas pelo poder podiam atingir grandes confrontações, revelando a sobreposição de interesses pessoais aos da instituição. Uma petição da Misericórdia do Redondo dirigida ao rei, em 1667, solicitando que não fosse permitido a votação em pessoas de segunda condição para provedor³⁸, pode ser dada como exemplo das influências e da divisão dos confrades em fações, e ainda grande desvio às normas estabelecidas pelos estatutos se se elegeisse para provedor um irmão de segunda.

Os abusos em atos eleitorais deram, por vezes, origem a expulsões decretadas por ordem régia, impondo que os excluídos jamais pudessem ser readmitidos, como aconteceu nas Misericórdias de Monchique e de Salvador da Baía³⁹. Em situações de

³⁵ LOPES, Maria Antónia, *Proteção social...*, cit., p. 49.

³⁶ ARAÚJO e PAIVA, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. VI, cit., p. 17.

³⁷ LOPES, Maria Antónia, *Proteção Social...*, cit., p. 50.

³⁸ ARAÚJO e PAIVA, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. VI, cit., p. 16.

³⁹ *Idem*, p. 16.

maior gravidade, como subornos, corrupção, desordens e escândalos, o poder central nomeou não só alguns provedores, como até todos os elementos da Mesa⁴⁰. O compromisso da Misericórdia de Lisboa de 1618, adotado pela generalidade das misericórdias, tornou-se determinante nas tomadas de decisão, sendo também a partir deste compromisso que se forma o Definitório⁴¹.

Inicialmente, pelo compromisso de 1516, podia ingressar na instituição um número ilimitado de homens e mulheres, desde que batizados, independentemente de serem cristãos-novos ou cristãos-velhos. O compromisso de 1577, confirmado pelo de 1618, impôs números *clausus* de irmãos e, a partir daí, não podem fazer parte da irmandade quer cristãos-novos quer mulheres, e passa a ser permitido a entrada só a indivíduos do sexo masculino maiores de 25 anos de idade, não assalariados, alfabetizados e com tempo livre para se poderem dedicar às atividades exigidas⁴². Todavia, em povoações pequenas e por falta de letrados, as irmandades podiam ser preenchidas com iletrados. Relativamente ao sexo feminino, embora interdito nos compromissos, houve misericórdias que não deixaram de admitir mulheres. Veja-se o exemplo da Misericórdia da Vila da Feira, que durante largos anos manteve D. Joana Forjaz Pereira de Meneses e Silva, condessa da Feira, a ocupar o lugar de provedora⁴³. Com este caso, pretende-se ilustrar a ideia de que, apesar de não abundarem mulheres a integrar misericórdias, a presença da referida condessa da Feira na provedoria seria certamente a escolha de um dos melhores, como se pretendia, para integrar os órgãos de decisão.

Quanto aos cristãos-novos, apesar de proibida a entrada para todas as misericórdias, continuaram a ser admitidos numa ou noutra localidade, como aconteceu na Misericórdia de Monchique, no séc. XVIII, onde um cristão-novo chegou a ser eleito para tesoureiro da Mesa⁴⁴. Este facto confirma a permeabilidade do sistema, a

⁴⁰ ABREU, Laurinda, “As Misericórdias de D. Filipe I a D. João V”, in José Pedro Paiva (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. I, cit., pp. 47-77.

⁴¹ “A Junta do Definitório era um órgão que integrava irmãos mais experientes, vulgarmente ex-dirigentes, e pronunciava-se sobre os assuntos de maior importância”, LOPES, Maria Antónia, *Proteção Social...*, cit., p. 50.

⁴² LOPES, Maria Antónia, *Proteção social...*, cit., p. 17.

⁴³ ARAUJO e PAIVA, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. VI, cit., p. 17.

⁴⁴ Idem, p. 14.

dificuldade em segregar os cristãos-novos e o esforço destes para ocultar a sua origem, utilizando estratégias como a ostentação do estatuto de irmãos da Misericórdia. Houve até misericórdias que pugnaram pela permanência de cristãos-novos, como sucedeu no Porto⁴⁵. Esta Santa Casa bateu-se por manter como médicos no seu hospital dois ex-irmãos cristãos-novos, alegando que eram muito experimentados e curavam bem os enfermos que tratavam com muito carinho e de forma gratuita. Havia assim misericórdias a proteger cristãos-novos, embora no caso concreto pareça ter havido o particular interesse desta instituição em garantir a qualidade dos serviços médicos, aspeto relevante no cumprimento das obras de misericórdia, sendo a cura dos enfermos, uma das principais, conforme se pode verificar através da ação assistencial.

1.3. AÇÃO ASSISTENCIAL

A assistência prestada pelas misericórdias tinha por base as sete obras de misericórdia espirituais e as sete obras de misericórdia corporais. Algumas, como a maior parte das espirituais, não tinham grande peso nas atividades assistenciais da confraria. Mas a 1ª e 2ª obras de misericórdia, “dar de comer a quem tem fome” e “dar de beber a quem tem sede”, estiveram sempre presentes em quase todas as ações das misericórdias, ao longo da Idade Moderna. Tome-se o exemplo da alimentação fornecida aos doentes internados nos hospitais, aos presos ou as esmolas aos peregrinos e viandantes, para que pudessem prosseguir o caminho. Para a prática desta última obra de misericórdia existia um serviço em rede que assegurava o socorro aos viandantes, a quem eram dadas as cartas de guia usadas como um passaporte em que se registavam todas as informações relativas ao seu portador⁴⁶.

A Misericórdia de Braga pedia géneros alimentares no Dia de Finados, para distribuir pelos pobres envergonhados e pelos presos. Em Viana da Foz do Lima (atual

⁴⁵ ABREU, Laurinda, PAIVA, José Pedro, “Introdução”, in Laurinda Abreu e José Pedro Paiva (coord), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. V, *Reforço da interferência régia e estilização: o governo dos Filipes*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2002, pp. 7-30.

⁴⁶ Carta de guia era, um documento com a chancela da instituição onde se identificava o viajante, o local de onde partia e a localidade do destino; “era na realidade um certificado de pobreza e do merecimento da esmola, a ajuda monetária que lhes permitia sustentar-se até chegar à misericórdia seguinte.... Quando doentes e impossibilitados de caminhar, recebiam carta de guia de cavalgadura, isto é, a Santa Casa fornecia ou pagava o transporte a cavalo”, LOPES, Maria Antónia, *Proteção social...*, cit., pp. 59-60.

Viana do Castelo), tornaram-se de grande importância as esmolas em cereais e em pão. A Santa Casa de Melgaço distribuía esmolas aos pobres nas festas de Natal, Páscoa e Visitação (2 de julho). E muitos outros exemplos podiam ser aludidos porque eram atividades desenvolvidas por muitas outras instituições congéneres⁴⁷.

A assistência espiritual e corporal aos encarcerados foi desde o início tarefa assumida pelas misericórdias. O poder detinha os presos, mas não lhes fornecia o sustento para satisfação das necessidades humanas básicas, nem tão pouca ajuda para defesa judicial. O referido compromisso de 1516 conferia à Misericórdia de Lisboa competência exclusiva para assistência nas prisões, ficando a confraria responsável pelos presos em todo o processo, desde o sustento corporal e espiritual, até à condução e desfecho do processo-crime, que se pretendia o mais rápido possível⁴⁸. Este socorro generalizou-se como responsabilidade das misericórdias por toda a Idade Moderna, tanto mais necessário quanto as cadeias podiam ser lugares sem quaisquer condições. Sirva de exemplo o que se passava na cadeia da Portagem em Coimbra, cujos presos pobres eram assistidos pela Misericórdia. Construída em finais do séc. XVI, a cadeia da Portagem em Coimbra era a prisão pública. Não detinha clérigos, estudantes e perseguidos pela Inquisição, porque para esses existiam prisões próprias. A referida cadeia nunca teve condições de habitabilidade, ideia reforçada em requerimentos do procurador-geral da cidade dirigidos ao soberano, em que define a cadeia como “horroroso Cárcere” e “inferno de vivos”⁴⁹.

Quanto ao resgate dos cativos, depois que a Ordem da Trindade obteve o monopólio dos resgates as misericórdias desinteressaram-se, passando a contribuir só em situações pontuais⁵⁰.

Para além da exclusividade no enterro dos executados pela justiça logo após o suplício e, ainda, na recolha das ossadas dos sentenciados a ter os seus corpos insepultos, e conseqüente enterramento, realizado em cerimónia anual no dia de Todos os Santos, as misericórdias asseguravam funerais gratuitos a famílias pobres que os requeriam.

⁴⁷ LOPES, Maria Antónia, “Dar de comer a quem tem fome e dar de beber a quem tem sede...”, cit. pp. 83-106.

⁴⁸ SÁ, Isabel, *Quando o rico...*, cit., p. 643.

⁴⁹ LOPES, Maria Antónia, *Pobreza assistência e controle social em Coimbra...*, vol. I, cit., pp. 525, 528.

⁵⁰ SÁ, Isabel, *Quando o rico se faz pobre...*, cit., p. 107.

Eram os chamados “enterros por amor de Deus”⁵¹. Por terem o privilégio exclusivo de enterrar os mortos, arrecadavam grandes quantias pagas por famílias ricas a quem eram realizados faustosos funerais. Com esses fundos, custeavam não só os funerais cerimoniais aos irmãos e familiares, mas também, os simples enterros dos pobres. Apesar de confrarias leigas, as misericórdias tinham intensa ligação à Igreja Católica, desde logo pela necessidade de cumprir a sétima obra de misericórdia, “enterrar os mortos”. Sabendo da importância que tinha a boa imagem pública, e para dignificar tais atos, as Santas Casas preparavam com antecedência estes momentos, comprando ornatos e adquirindo tumbas novas, quando as existentes já não estavam em condições. As tumbas dos irmãos eram forradas com os melhores panos que se conseguiam adquirir, geralmente de damasco, ou veludo e guarnecidas a ouro⁵².

Os doentes pobres eram assistidos nos hospitais e visitados no domicílio pelos irmãos “mordomos visitantes”⁵³, um de cada condição, e que serviam de dois em dois meses, levando-lhes alimento e inteirando-se de outras coisas como se necessário levá-los ao hospital e se estavam confessados e comungados⁵⁴. Entre os funcionários, havia médicos que atendiam os pobres de forma gratuita.

Para além dos irmãos, existiam oficiais contratados para o exercício de determinadas funções, como era o caso de capelães, médicos, cirurgiões, barbeiros, boticários, enfermeiros, etc. Havia ainda contratados para dignificar o culto religioso, de que são exemplo os cantores e os tangedores de órgãos⁵⁵. Aspetos que, por assim dizer, confirmam a natureza devocional destas confrarias.

Rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos era uma obra de misericórdia espiritual praticada de forma sistemática, uma vez que a maioria dos avultados patrimónios das misericórdias tinham origem em doações e testamentos deixados por defuntos para salvação das suas almas, através da celebração de missas. Porém, como as missas eram

⁵¹ LOPES, Maria Antónia, *Proteção social...*, cit., p. 58.

⁵² ARAÚJO, Maria Marta Lobo, “As manifestações de rua das misericórdias portuguesas...”, cit., p. 96.

⁵³ LOPES, Maria Antónia, *Proteção social...*, cit., p. 59.

⁵⁴ *Idem*, p. 30.

⁵⁵ Xavier e Paiva, *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. IV, cit., p. 13.

um grande sorvedouro de dinheiro porque era necessário pagar a muitos capelães, era reservado à Confraria o direito de verificar se devia ou não aceitar esses legados.

As órfãs, tema central desta dissertação, eram um grupo a quem as Santas Casas deram particular atenção, em geral porque recebiam legados que o impunham. Mas, por ora, passemos à apresentação da Misericórdia de Coimbra.

2. MISERICÓRDIA DE COIMBRA

À semelhança da primeira misericórdia fundada em Lisboa, e tal como referido acima, começam de imediato a ser criadas outras por todo o território de administração portuguesa. Entre elas, encontra-se a de Coimbra.

2.1. FUNDAÇÃO

Como quase todas, também a Misericórdia de Coimbra foi impulsionada pelos diversos agentes ligados à dinâmica local, enviando carta ao rei com o pedido da fundação dum Confraria de Misericórdia para praticarem as ações de caridade. Diziam, ainda, que já vinham praticando algumas obras e, para poderem continuar, que lhes fosse permitido anexar as instituições existentes com as suas rendas, pretensão que foi negada pelo monarca⁵⁶.

Contudo, o rei fica agradado com o pedido de fundação de uma misericórdia e, em resposta, concede o *Livro de todallas liberdades*, o Compromisso da nova instituição:

“Nós EL-REY FAZEMOS SABER, a vós nosso Corregedor na Comarca da Estremadura, e Juizes, e Officiaes da Cidade de Coimbra, e quaesquer outros Corregedores, Juizes, e Justiças de nossos Reynos, a quem este nosso Alvará for mostrado, que a nós praz sentindo, assim por serviço de Deos, e nosso. Havemos por bem, e queremos, e otorgamos á Confraria da Misericórdia, que se hora faz em a dita Cidade, e ordenou para serviço de nosso Senhor, e para reparo e amparo, e remimento dos prezos póbres, e enfermos, e envergonhados; todos os privilégios, e liberdades, que temos outorgados, e dado aos Officiaes, e Confrades da dita Confraria e nossa Cidade de Lisboa, segundo mais cumpridamente vereis no treslado, que vos sera mostrado em publica fôrma, o qual queremos, e mandamos, que guardeis taõ cumpridamente, como nelle se contém, e lhe deis taõ inteysra fé, como se fosse por nós passado, e assignado. E porèm vos mandamos, que assim se cumpra sem outra dúvida, nem embargo, por quanto assim he Nossa mercê; e este Alvará quer, que valha tanto, como se fosse carta assignada, e Sellada de Nosso Sello Pendente, sem embargo de Nossa Ordenação em contrário della feyta. Feyto em Lisboa a 12 dias de setembro. O Secretario a fez de 1500”⁵⁷.

⁵⁶ SÁ e PAIVA (coord.) *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. III, cit. doc. 90, p. 243.

⁵⁷ LOPES, Maria Antónia, “A fundação da Misericórdia de Coimbra: condições e circunstâncias”, in Lopes, Maria Antónia (coord.), *Livro de todallas liberdades da Santa Confraria da Misericórdia da cidade de Coimbra Estudos, fac-simile e transcrição*, Coimbra, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2016, pp. 9-16.

As informações contidas nesta missiva confirmam os objetivos iniciais das Misericórdias: “serviço de Nosso Senhor, e para reparo e amparo, e remimento dos prezos póbres, e enfermos, e envergonhados”⁵⁸. Por conseguinte, seriam os confrades, através da sua ação, a mobilizar a comunidade em torno da prática da caridade.

Com o primeiro regimento aprovado pelo poder central, era erigida a Misericórdia de Coimbra como uma instituição de natureza jurídica civil, isenta da jurisdição eclesiástica, embora os clérigos pudessem fazer parte da irmandade como quaisquer outros homens batizados. Foi fundada por influência e vontades das elites locais, as quais, apesar de demonstrarem vontade em praticar as obras de misericórdia, sabiam que, para além do prestígio social, iriam adquirir privilégios civis e indulgências.

À semelhança do preconizado para todas as Misericórdias, a de Coimbra é instituída com todos os requisitos legais. Inicialmente ficou instalada na catedral e em 1526 foi transferida para uma dependência da igreja de Santiago, espaço que se mostrou insuficiente, não só para guardar e arrumar todos os materiais e produtos, mas também para o desenvolvimento das atividades da irmandade. Havia necessidade de o ampliar. Assim, pelo projeto aprovado em 1546, é erigido o templo da Misericórdia sobre o teto da referida igreja, solução encontrada pelos irmãos que não queriam abandonar o centro da cidade. Todavia, devido à necessidade de espaços como casa do despacho, cartório, armazéns e outros, em 1589 foram iniciadas obras na rua Corpo de Deus, mas por várias dificuldades desistiu-se do projeto. “Em 1605, aprovou-se a construção dessas dependências adossadas à igreja, sobre outra nave da igreja de S. Tiago”⁵⁹.

Só no século XIX a Misericórdia de Coimbra abandonou essas instalações. Pela Carta de Lei de 15 de novembro de 1841 recebeu em doação do governo o grandioso Colégio de Santo Agostinho, também conhecido por Colégio Novo, devoluto desde a extinção das ordens religiosas masculinas em 1834⁶⁰.

⁵⁸ Idem, p. 13.

⁵⁹ LOPES, Maria Antónia, “A fundação da misericórdia...”, cit., p. 15.

⁶⁰ Idem, p. 16.



Foto 6 – Colégio de Santo Agostinho⁶¹

A Misericórdia coimbrã começou por ser pobre e em finais do século XVII ainda não detinha património e rendas que lhe permitissem grande ação. Daí, a importância dos legados deixados pelos benfeitores, de que é exemplo maior Manuel Soares de Oliveira, que, em testamento de 30 de novembro de 1674, depois de ter assegurado valiosos legados aos seus familiares, destinou grande parte da sua fortuna (vinda de Manila) a obras pias, cuja execução foi confiada à Misericórdia de Coimbra⁶².

Tendo o Mondego como via de comunicação entre o mar e o interior, Coimbra foi sempre um importante ponto de passagem e de cruzamento de pessoas, bens e ideias. O regresso definitivo da Universidade para Coimbra por ordem de D. João III, em 1537, veio dar um grande impulso à vida económica e social da cidade, com a criação e desenvolvimento de serviços para satisfação das necessidades da população, contribuindo para um acentuado crescimento demográfico. À cidade chegava gente variada, desde professores, estudantes, ajudantes, criados, comerciantes, e toda uma série de pessoas ligadas à vida estudantil e ao comércio em crescimento. Aspetos demográficos, económicos e socioculturais, que inevitavelmente tiveram influência na dinâmica futura da misericórdia, tornando-se por isso muito importante que estivesse devidamente organizada, conforme veremos agora.

⁶¹https://www.google.com/search?q=colégio+de+santo+agostinho+em+coimbra&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjpeKQ3tTyAhVJQhoKHQZ_BVQQ_AUoAnoECAEQBA&biw=1536&bih=731#imgrc=O1HDmfIe5WruvM

⁶² LOPES, Maria Antónia, “Manuel Soares de Oliveira, assessor e auditor do governador das Filipinas e benfeitor da Misericórdia de Coimbra (1598-1675)”, in CHAVES y Manuel F. Fernández, GARCIA, Rafael M. Pérez. (coords), *Movilidad, interacciones y espacios de oportunidad entre Castilla y Portugal en la Edad Moderna*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 2019, pp. 275-295.

2.2. ORGANIZAÇÃO

Inicialmente formada por 100 irmãos⁶³, em 1620, ano do início desta investigação e, segundo o compromisso da Misericórdia de Coimbra, a instituição já era constituída por 200: 100 nobres, eclesiásticos e magistrados e 100 mestres de ofícios, mercadores e lavradores⁶⁴.

Semelhante às demais misericórdias, os mesários e restantes irmãos desta confraria tinham de reunir as condições exigidas pelo compromisso: ser homens de boa consciência e fama, tementes a Deus, modestos, caritativos e humildes, qualidades indispensáveis para servir a Deus e aos pobres. Tinham de ser indivíduos com desafogo económico, de forma a poderem acudir ao serviço da Irmandade, sem caírem em necessidade e serem suspeitos de se aproveitar dos valores que lhes eram entregues para acudirem aos necessitados⁶⁵.

O provedor, fosse casado ou clérigo, não podia ser eleito se tivesse menos de vinte e cinco anos de idade e, sendo solteiro, teria de ter no mínimo trinta anos. Para além de homem da maior qualidade possível, deter “autoridade, prudência, virtude, respeito” eram considerados aspetos necessários para os irmãos lhe reconhecerem autoridade e obedecer com mais facilidade⁶⁶.

O escrivão da Mesa teria de ser um nobre, homem casado ou que o tivesse sido, desocupado de todo o ofício por forma a não ser impedido de cumprir com as obrigações da Casa. Na ausência do provedor, assumia a presidência da Mesa e todos os irmãos lhe obedeciam. Era o único responsável por todos os registos em livros que só ele podia assinar e se ficasse ausente por período superior a um mês, o provedor poderia nomear outro irmão para o substituir no ofício, mas este não podia escrever nada nos livros “em que o escrivão escreve”, porque o que houvesse de ser lançado nos referidos livros era

⁶³ LOPES, Maria Antónia, “A fundação da Misericórdia...”, cit., p. 11.

⁶⁴ CMC, Cap. I, § 1.

⁶⁵ CMC, Cap. I, § 3.

⁶⁶ CMC, Cap. VII, § 1.

anotado num caderno, para quando o escrivão voltasse, fazer os registos por mão própria⁶⁷.

Após a eleição, o provedor procedia à nomeação dos mordomos da capela, visitantes dos doentes e mordomos dos presos, em número de dois por modalidade e, tal como acima enunciado para a generalidade das misericórdias, com responsabilidades partilhadas de dois em dois meses⁶⁸, sendo estes mordomos recrutados entre os mesários e tendo a obrigação de agir com piedade cristã, procurando que ninguém pudesse notar neles falta de justiça, nem falta de diligência nas obras, procedendo conforme o estipulado no compromisso: “Na execução das cousas hão de guardar toda a inteireza e eficácia, que se compadecer com a piedade cristã”⁶⁹.

Do mordomo da capela, salientam-se algumas obrigações tais como: encarregava-se de organizar o culto divino, tendo o cuidado de verificar se a igreja estava limpa, os altares ornamentados e outros aspetos relacionados; vindo clérigos de fora para dizer missa na Misericórdia, não o podiam fazer sem a sua licença e os capelães no coro teriam de estar com a decência devida, com suas sobrepelizes⁷⁰; mandava dizer missa aos presos da cadeia nos domingos e dias santos de guarda; dava aos visitantes das cadeias o dinheiro necessário para os presos doentes e mandava cozer o pão necessário na quantidade que lhe era indicada pelos mordomos dos presos; pagava as cartas de guia ordinária aos viajantes⁷¹; ordenava os enterros da cidade, utilizando a tumba destinada aos enterramentos comuns e se algum pobre não tivesse mortalha decente, providenciava uma, dada pela Santa Casa⁷²; arrecadava as pensões e esmolas que nesse mês viessem à Casa bem como as que fossem deixadas por legados e testamentos ou por outra via até à quantia de 40.000 réis, dos quais despendia o necessário para os gastos, dando conhecimento ao escrivão no final de cada mês de tudo o que recebeu e despendeu⁷³;

⁶⁷ CMC, Cap. VIII, § 5.

⁶⁸ CMC, Cap. VII, § 2.

⁶⁹ CMC, Cap. VI, § 3.

⁷⁰ CMC, Cap. IX, §§ 2, 3.

⁷¹ CMC, Cap. IX, § 11.

⁷² CMC, Cap. IX, § 8.

⁷³ CMC, Cap. IX, §§ 9, 12.

Das obrigações dos visitantes dos doentes, salientam-se as seguintes: visitavam todos os enfermos que lhes haviam sido referenciados em Mesa e se encontrassem a pessoa doente era persuadida a ir ao hospital tratar-se, evitando assim maiores gastos à Casa; se o doente não pudesse deslocar-se, os mordomos tomavam “as cousas a seu cargo” para as colocarem à Mesa, procuravam saber se estavam confessados e comungados e, quando não, faziam com que os curas os confessassem e lhes ministrassem a comunhão⁷⁴; encarregavam-se de acudir aos doentes caminhantes e, se necessário, levavam-nos ao hospital para ficarem em condições de continuarem o caminho, promovendo-lhes as cartas de guia assinadas pelo provedor com direito a cavalgadura, por forma a prosseguirem o seu caminho⁷⁵.

No que se refere aos presos, os mordomos faziam toda a diligência possível para se informarem se era pobre, se era preso por dívidas e fianças ou por não cumprir os degredos a que foi condenado, sendo as duas últimas cláusulas impeditivas de admissão. Uma vez reunidas as condições para serem admitidos, tinham de se confessar e comungar pela Quaresma e pelos quatro Jubileus do Bispado que eram pelas festas de Nossa Senhora em agosto, dos Santos, Natal e Espírito Santo⁷⁶ Os presos eram providos de pão, de domingo até quarta-feira, e à quarta-feira, eram novamente providos até domingo. Nesses dias também lhes eram dados uma posta de carne e um caldo. O mordomo devia ter particular atenção em saber se os presos doentes eram visitados pelo médico e se existiam medicamentos na botica. Tinha ainda de prosseguir com os pedidos dos presos que tinham processos de justiça, para serem despachados com a brevidade possível⁷⁷.

⁷⁴ CMC, Cap. X, §§ 2, 5.

⁷⁵ CMC, Cap. X, § 7.

⁷⁶ CMC, Cap. XI, § 11.

⁷⁷ CMC, Cap. XI, §§ 12, 14.

CAPÍTULO II

DOTES DE MISERICÓRDIAS

Tal como outras misericórdias, a de Coimbra também manteve um papel ativo na distribuição de dotes a órfãs, instituídos por legados de benfeitores, conforme iremos ver de imediato.

1. CONSTITUIÇÃO E OBJETIVOS DOS DOTES

Os dotes de Misericórdias surgem no contexto de uma filosofia que preconizava a dotação de mulheres, tornando-se uma prática generalizada, quer de forma individual, quer entre algumas instituições durante a Idade Moderna, de que é exemplo a Misericórdia de Coimbra.

Podiam ter várias formas de ser distribuídos e abranger grande variedade de destinatários, consoante a vontade dos benfeitores, desde familiares, estudantes, candidatas para entrar em mosteiros, internadas em recolhimentos e outros. Todavia, dado que o principal objetivo deste trabalho está centrado na avaliação dos dotes instituídos para órfãs de pai e pobres, será principalmente sobre este grupo, que irá incidir a análise do trabalho, não deixando de ser mencionados outros casos sempre que se justifique.

Nas palavras de Maria Antónia Lopes, a concessão de dotes a órfãs pobres por parte dos benfeitores e instituições caritativas não visava prioritariamente remediar a miséria económica, mas prevenir a indigência moral que se temia inevitável na ausência da figura tutelar do pai. A finalidade deste tipo de assistência não era o socorro da pobreza, era sim o disciplinamento social, pois as órfãs só recebiam o dote se até ao casamento demonstrassem um comportamento sem qualquer desvio moral⁷⁸.

⁷⁸ LOPES, Maria Antónia, *Proteção social...*, cit., pp. 89-90.

Dentro deste contexto, os desvios eram naturalmente condenados pela sociedade e moralmente condenados pela religião católica, sendo a mulher o principal alvo em especial, quando eram órfãs jovens e bonitas⁷⁹. De entre as órfãs selecionadas para o dote eram sorteadas em primeiro lugar as mais bem-parecidas, por correrem maior perigo⁸⁰.

Na prática eram selecionadas sobretudo raparigas solteiras e órfãs de pai, com idades estipuladas pelos compromissos das instituições e respetivos beneficentes. Para órfãs estranhas, o compromisso da Misericórdia de Coimbra definia idades entre 14 e 33 anos⁸¹, o compromisso de 1618 da Misericórdia de Ponte de Lima, definia entre os 14 e 30 anos, mas em 1817 a idade de provimento foi alterada e passou a ter como limite os 50 anos⁸². Na confraria de São Vicente de Braga, não era conhecida ao certo a idade, mas supunha-se que as candidatas tivessem menos de 20 anos⁸³ e para lhe ser atribuído o dote, a “órfã tinha de possuir bom comportamento”⁸⁴. Sendo estes os requisitos exigidos para as órfãs estranhas, podiam os mesmos não se aplicar quando se tratava de “órfãs parentas”, como acontecia, por exemplo, com familiares de Manuel Soares de Oliveira em que não havia restrições na idade nem no estado conjugal⁸⁵. Este benfeitor preconizava ainda deixar dotes a raparigas pobres, independentemente de serem órfãs, pois, apesar de terem pais vivos, se fossem pobres era como se os não tivessem e, como tal, deviam ser dotadas⁸⁶.

O envolvimento das Misericórdias na dotação de órfãs dependeu do volume de legados e dos dotes que tinham para distribuir. Embora estivessem envolvidas nesta prática de caridade, nem todas conheceram o mesmo grau de intensidade e algumas, as mais pequenas, não foram solicitadas para fazer esta distribuição⁸⁷.

⁷⁹ Idem, p. 89.

⁸⁰ CMC, Cap. XXIV, § 17.

⁸¹ CMC, Cap. XXIV, § 16.

⁸² ARAÚJO, Maria Marta Lobo, *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000, p. 110.

⁸³ ARAÚJO, Maria Marta Lobo, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura e Memória, 2011, p. 50.

⁸⁴ Idem, p. 25.

⁸⁵ Arquivo da Misericórdia de Coimbra (Doravante AMC), *Documentos avulsos*.

⁸⁶ LOPES, Maria Antónia, “Manuel Soares de Oliveira, assessor e auditor do governador das Filipinas...,” cit., p. 285.

⁸⁷ ARAÚJO, Maria Marta Lobo, *Fazendo o bem...*, cit., p. 370.

Para se aceder a um dote, as órfãs tinham de efetuar uma candidatura à Mesa da Misericórdia e tinham de reunir as condições exigidas para o merecer. Os critérios estabelecidos, quer pelos dotadores, quer pelas instituições, e tal como referido, obrigavam as concorrentes a ter um comportamento exemplar. Depois de admitidas para irem a sortes, ficavam vigiadas pelos inquiridores e sujeitas a denúncias da vizinhança, perdendo o dote se faltassem às condições exigidas, só sendo dotadas as que provavam ser mulheres exemplares.

Com a falta do pai, as jovens ficavam em situação fragilizada e teria de haver forma de as proteger e ajudar, no sentido de lhes ser proporcionado acesso ao matrimónio. Nesta época, o casamento representava geralmente um fator de empobrecimento para os homens que viviam apenas do seu trabalho. Portanto, por mais pequeno que fosse, o dote podia atrair um noivo pois possibilitava não só um fundo maneio, como a aquisição de instrumentos de trabalho⁸⁸.

O casamento permitia ainda alguma estabilidade às mulheres uma vez que as retirava das casas de familiares, ou das casas de pessoas particulares onde muitas trabalhavam. Alcançar um dote significava ter o acesso a matrimónio facilitado e constituir família dentro dos cânones estabelecidos pela Igreja Católica, no seio da qual, deveriam ocorrer os nascimentos⁸⁹. Por sua vez, deter a capacidade para dotar elevado número de raparigas, conferia aos dirigentes das misericórdias um grande poder para impor disciplinas comportamentais.

Percebendo que os fracos recursos de uma órfã de pai que pouco ou nada deixava de herança era uma realidade social, os beneficentes possibilitavam-lhes o acesso ao matrimónio com a instituição de dotes. Para além desta razão, a criação e concessão de dotes perpetuava também a memória dos Instituidores pelos seus nomes. Outras vezes, podia ainda significar proteção à parentela ou a uma comunidade local, quando os instituidores impunham a seleção de parentes ou naturais de determinada povoação, como aconteceu na Vila de Pereira com Manuel Soares de Oliveira que, com a fortuna acumulada em Manila, promoveu não só dotes destinados para beneficiar parentes que

⁸⁸ LOPES, Maria Antónia, *Proteção social...*, cit., p. 89.

⁸⁹ ARAÚJO, Maria Marta Lobo, “Fazendo o bem olhando a quem”, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo, ESTEVES, Alexandra (coords), *Tomar Estado: Dotes e Casamentos (Séculos XVI-XXIX)*, Braga, p. 368.

viviam em Pereira, conforme dito, mas também outros benefícios para a população da vila⁹⁰.

2. DOTES DA MISERCÓRDIA DE COIMBRA

Conforme iremos ver mais à frente neste trabalho, a Misericórdia de Coimbra instituiu dotes de benfeitores e dotes dos cofres da própria Instituição, cujo processo de candidatura estava sujeito a um rigoroso escrutínio mediante as imposições do próprio compromisso⁹¹. As órfãs começavam por requerer o dote através de uma petição entregue à Mesa por mão própria, e não por outrem “para que se tenha maior notícia de suas pessoas”, onde declaravam nome, idade, filiação, naturalidade, morada e consentimento para que se tirassem as informações necessárias sobre as condições exigidas para ir a votos, a fim de ser dotada. Caso a órfã não recebesse o dote nesse ano, ficava sujeita a novas inquirições nos anos seguintes. Nesta petição, referiam ainda o desamparo em que viviam, para que se visse o perigo que havia em não lhes “acudir com remédio”⁹².

Para justificar da sua pobreza, traziam uma certidão dos juízes dos órfãos, do que lhes ficou de legítima ou se a tiveram por outra via⁹³ – situação confirmada nos documentos em análise⁹⁴. A informação ficava registada em livro. Depois do registo em livro de todos os elementos que permitiam a rigorosa identificação da órfã, por forma a averiguar-se com verdade e certeza a idade, qualidade e pobreza, a petição era destruída⁹⁵.

Os depoimentos obtidos pelos inquiridores, que interrogavam a vizinhança sobre as pretendentes acerca da sua vida e costumes, também eram registados no referido livro. As informações favoráveis eram anotadas com a indicação de que a órfã estava aprovada para “se poder votar nella”. Caso se não achasse boa informação no que tocava à virtude e recolhimento da órfã, não era aprovada para ir a votos, e, no registo figurava apenas

⁹⁰ LOPES, Maria Antónia, “Manuel Soares de Oliveira, assessor e auditor do governador das Filipinas...,” cit., pp. 284-285.

⁹¹ CMC, Cap. XXIV.

⁹² CMC, Cap. XXIV, § 3.

⁹³ CMC, Cap. XXIV, § 2.

⁹⁴ AMC, *Livro de inquirições das órfãs*, 1620, fl. 2.

⁹⁵ CMC, Cap. XXIV, § 5.

“como tal pessoa está reputada para não se votar nella por razões particulares”, não sendo declaradas quais eram⁹⁶.

A petição devia ser entregue até ao dia 1 de janeiro. Durante o mês de fevereiro, ou na primeira quinzena de março, procedia-se às inquirições. De quinze de março em diante eram analisadas todas as informações, de modo a estarem terminadas no dia 24, a fim de se proceder às dotações no dia seguinte, 25 de março, dia da Anunciação, embora pudessem ocorrer dotações em outro dia do ano como acontecia sempre no dia 8 de dezembro relativamente ao legado para dotes do testamento do cónego Francisco Lopes Teixeira⁹⁷ e quando havia impedimento da Mesa, como por exemplo, sucedeu com as dotações de 1627, que foram adiadas para dia 23 de abril do mesmo ano. Nesse ano, as eleições não se realizaram no dia da Anunciação de Nossa Senhora “pellas muitas e urgentes ocupações dos irmãos (...) sendo alguns deles ausentes e outros estarem impedidos”⁹⁸. O mesmo aconteceu nas eleições de 1712 ocorridas no dia 4 de abril do mesmo ano, por motivo idêntico ao exemplo anterior ⁹⁹, e nas eleições de 1717 que se fizeram a 19 de março na impossibilidade do dia 25¹⁰⁰. As justificações da impossibilidade eram idênticas para todos os casos: ocupação de alguns irmãos e ausência de outros.

Quando da redação do Compromisso da Misericórdia, em 1620, como foi dito, após a seleção das quinze órfãs que reuniam melhores condições quanto ao desamparo e virtude, seis saíam dotadas. Para se proceder à dotação, os nomes das quinze órfãs eram escritos em papéis iguais, dobrados da mesma maneira, metidos numa bolsa e baralhados, um menino tirava um papel de cada vez e o escrivão anotava-os. Depois de sorteadas as seis órfãs, era sacudida a bolsa, mostrados os nove bilhetes que sobravam e rasgados logo ali, diante da Mesa. Das seis que saíam dotadas advertia-se que as primeiras três eram

⁹⁶ CMC, Cap. XXIV, § 7.

⁹⁷ AMC, *Catálogo dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra*, suas disposições e legados, feito por mandato do Exm^o Dr. Joaquim Cardoso de Araújo, Lente Catedrático da Faculdade de Theologia na Universidade, sendo Provedor no ano de 1866 a 1867, fl. 61.

⁹⁸ AMC, *Livro de eleições*, 1620-1666, fl. 27.

⁹⁹ AMC, *Livro de dotes e recebimentos*, 1705-1719, fls. 110-115.

¹⁰⁰ AMC, *Livro de dotes e recebimentos*, 1705-1719, fls. 110-117.

contempladas com os dotes do bispo D. João Soares¹⁰¹, que impunha condições diferentes.

Nomeadas as seis dotadas, o escrivão escrevia junto do nome de cada órfã, registado no livro dos dotes, que “fulana” ficou provida. No livro ficava ainda consignado que se as órfãs contempladas com as obrigações do Bispo não casassem até ao dia 25 de março do ano seguinte, ficariam seus dotes para a Mesa os poder dar a outras¹⁰². Foi o que aconteceu por exemplo no ano de 1621, com Bárbara, residente na freguesia de Santiago. Bárbara perdeu o dote por não casar nesse ano nem no ano seguinte, sendo o mesmo entregue em 1623, a Madalena, residente na freguesia de Santa Cruz¹⁰³.

Para as órfãs que saíam dotadas era passada uma carta promessa de pagamento do dote, para ser recebido quando casassem. Na carta assinada pelo provedor eram declaradas as condições exigidas pelo compromisso, nomeadamente, a “perseverança na virtude” e cumprimento do prazo estabelecido para o matrimónio. Os dotes da instituição de D. João Soares, como já referido, obrigava ao casamento no período máximo de um ano. Nos outros dotes em que os instituidores não estabeleciam tempo limitado para as órfãs casarem, o prazo era de cinco anos¹⁰⁴. Excedido o limite temporal imposto, e se reunissem ainda as condições necessárias, poderiam candidatar-se uma segunda vez, mas se providas e não casassem no prazo estabelecido, não podiam mais concorrer.

A Misericórdia de Coimbra teve, de facto, relevante papel na instituição e atribuição de dotes a órfãs. Entre 1750 e 1849, concorreram 3671 órfãs, foram atribuídos 3085 dotes e dotadas 2970 (96%)¹⁰⁵. Na investigação em curso, procurar-se-á conhecer um período anterior, 1620-1749, relativamente às órfãs dotadas pela referida instituição.

Os instituidores de legados testamentários da Misericórdia de Coimbra, tal como os de outras confrarias, deixavam legados à Santa Casa destinados a dotar órfãs de pai. Todavia, quando os benfeitores deixavam dotes em testamento para parentas, podiam abranger mulheres independentemente de serem órfãs ou não, tal como referido acima e

¹⁰¹ CMC, Cap. XXIV, § 13.

¹⁰² CMC, Cap. XXIV, § 14.

¹⁰³ AMC, *Livro de dotes*, 1620-1666, fls. 17-18.

¹⁰⁴ CMC, Cap. XXIV, § 20.

¹⁰⁵ LOPES, Maria Antónia, *Pobreza assistência e controlo social ...*, vol. I, cit. p. 816.

que iremos abordar no decorrer desta investigação, quando apresentados e analisados alguns desses dotes.

2.1. INSTITUIDORES DOS DOTES ATRIBUÍDOS

No sentido de se conhecer a origem dos legados que serviram para dotar as órfãs, procurámos identificar os instituidores dos dotes providos entre 1620 e 1749, apresentados no quadro que se segue:

Quadro 1. Ano da instituição do legado para dotes, segundo o benfeitor e número de dotes providos entre 1620 e 1749

Ano	Instituidor	Dotes providos
1571	Bispo D. João Soares	442
1597	Mateus Pereira de Sá/Luís Correia	24
1598	Luís Correia	262
1635	Santa Casa	333
1635	Bento de Almeida	5
1639	Cofres da Casa	39
1655	Rodrigo Caldeira Azevedo	80
1661	João Batista, tabelião	32
1661	Jerónima	4
1662	Provedor	24
1668	Manuel Nunes Franco	29
1674	Manuel Soares de Oliveira	103
1669	Francisco Lopes Teixeira	258
1670	Bento Barreto	7
1672	“Devotos”	16
1673	Bispo D. Álvaro S. Boaventura	93
1685	André Bernardes Aires	162
1687	Bispo D. João de Melo	20
1687	João Dias, mercador	10
1689	Miguel Rios	64
1703	Manuel Carvalho Almeida	6
1705	João Mendes de Carvalho	32
1706	“Legados Miúdos”	164
1706	Cristóvão Correia	7
1706	João Manuel do Carmo	5
1706 1715	Legados miúdos associados a Luís Correia	249
1707	Dr. Filipe Araújo	8
1730	Bento Soares da Fonseca	56

Ano	Instituidor	Dotes providos
1731	José Heitor Ferreira	44
1731	Aguiar Melo Branco	9
1733	Francisco Dias	6
	Não identificados	30
Total		2648

Fonte: AMC, *Documentos avulsos*; *Livro de eleições*, 1620-1666; *Livro de eleições*, 1666-1676; *Livro de dotes e recebimentos* 1668-1704; *Livro de dotes e recebimentos*, 1705-1719; *Livro de dotes e recebimentos*, 1719-1734; *Livro de dotes e recebimento*, 1734-1747; *Livro de dotes e recebimentos*, 1747-1761.

Pelo quadro 1, verificamos que o legado do Bispo D. João Soares foi instituído em 1571, e nessa data, já dotava três órfãs por cada ano, com dote de 20.000 réis¹⁰⁶. Em 1574, a Misericórdia de Portel também já era detentora de um legado para dotes instituído por uma benfeitora, embora se ignore quando começaram a ser pagos, sendo “dotes de trigo e cevada”¹⁰⁷. Na década de quarenta do século XVI, a Misericórdia do Porto dotava órfãs pobres com o rendimento de um legado deixado por D. Manuel de Noronha¹⁰⁸. Em meados do século XVI, a Misericórdia de Viana do Castelo, administrava legados destinados a dotes de casamento, mas como se tratava de verbas específicas, não assumiam caráter permanente vindo a terminar quando as verbas se esgotavam¹⁰⁹. Com o testamento da rainha D. Maria, segunda mulher de D. Manuel I, é concedida à Misericórdia de Lisboa uma elevada doação que lhe permitia colocar as raparigas órfãs no centro das suas preocupações assistenciais¹¹⁰. Isto é, desde cedo, outras Misericórdias também já estavam atentas em ajudar no casamento de jovens pobres.

No que se refere às dotadas pela Misericórdia de Coimbra, foi o legado do Bispo D. João Soares, com 442 dotes, que entre 1620-1749 atribuiu o maior número e, para além

¹⁰⁶ Idem, p. 810.

¹⁰⁷ ARAÚJO, Maria Marta Lobo, “casadas com trigo e cevada os dotes das órfãs da Misericórdia de Portel no século XVIII”, *Faces de Eva*, nº 20, Edições Colibri/ Universidade Nova de Lisboa, 2008, pp. 59-71.

¹⁰⁸ MACHADO, Maria de Fátima, “Dotes e casamentos, as órfãs do Porto no século XVI”, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo, ESTEVES, Alexandra, (coords) *Tomar Estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010, pp. 235-236.

¹⁰⁹ MAGALHÃES, António, “mulheres órfãs e de boa fama os dotes de casamento na Misericórdia de Viana do Castelo”, idem, pp. 310-302..:

¹¹⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães e PAIVA, José Pedro, “Introdução”, In SÁ, Isabel dos Guimarães e PAIVA José Pedro, (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. III, cit., p. 12.

da dotação permanecer durante todo este período, os dotes deste legado foram atribuídos com regularidade até 1809¹¹¹.

Foi com três dotes de D. João Soares e três de Mateus Pereira de Sá, em conjunto com Luís Correia, que demos início à publicação do provimento dos dotes em 1620, data do início desta investigação. Mateus Pereira de Sá manteve aquela parceria até 1633 e, a partir desse ano, a Misericórdia continuou o processo de concessão de dotes do legado de Dr. Luís Correia, de forma individual com atribuição de dotes no valor de 15.000 réis. Em 1715 foram associados ao dote de Luís Correia 5.000 réis dos legados miúdos e o dote entregue passou a ter valor de 20.000 réis, mantendo-se esta estratégia de dotação, quer de forma associada aos legados miúdos com valores de 20.000 réis, quer de forma individual com valor de 15.000 réis durante todos os anos em análise.

Com início em 1635, dos cofres da Santa Casa foram distribuídos 333 dotes. Do legado de Francisco Lopes Teixeira foram contabilizados 258 dotes dos quais, 75 recebidos por parentas. André Bernardes Aires também esteve em destaque com 162 dotes no valor de 25.000 réis, iniciados em 1685 e que perduraram de forma regular. Em 1706 foram instituídos legados miúdos da Santa Casa que podiam oscilar entre 20.000 e 60.000 réis, tendo sido atribuídos um total de 164 dotes. Os referidos 5.000 réis de legados miúdos associados ao legado de Luís Correia em 1715, num total de 249, contemplaram as órfãs durante todos estes anos e foram da maior importância, sobretudo em dotar raparigas com morada em zonas fora da cidade. Do legado de Manuel Soares de Oliveira, instituído em 1674¹¹², de um total de 103 dotes atribuídos, 59 foram entregues a órfãs suas parentas – tema que será apresentado mais adiante – e 36, no valor de 20.000 réis, entregues a órfãs estranhas. Deste legado foram encontrados mais quatro dotes de 100.000 réis e quatro de outros valores em legados miúdos para órfãs estranhas, às quais não era exigida morada na vila de Pereira como acontecia para as parentas¹¹³. Em 1673, o bispo

¹¹¹ LOPES, Maria Antónia, *Pobreza assistência e controlo social ...*, vol. I, cit., p. 810.

¹¹² AMC, *Catálogo dos benfeitores da Misericórdia de Coimbra...*, cit., p. 68.

¹¹³ Os dotes de 100.000 réis destinados a órfãs estranhas foram entregues a: Maria Soares com morada em Casal Novo, filha de Francisco e de Maria Simões; Brízida com morada em Eiras e que depois casou com José Vaz; Ana, que contraiu matrimónio com Miguel Gomes, vivendo ambos em Coimbra na freguesia de Santiago; Águeda, a viver em Coimbra na freguesia de Salvador, que casou com José Barreto morador em Ceira. Os de 40.000 réis foram atribuídos: um a Teresa Maria, natural de Coimbra, filha de Luís Coelho Barbosa, a viver com a mãe na freguesia da Sé em Coimbra; outro, a Maria, filha de Manuel Rodrigues, natural da Pedrulha, onde vivia com a mãe. Dois de 35.000 réis foram atribuídos a Helena Aurélia, natural

D. Fr. Álvaro S. Boaventura, eleito provedor por um ano e reeleito nos anos seguintes até 1676¹¹⁴, criou 93 dotes que em determinados anos de dotação das órfãs eram atribuídos, 8, 9 e 10 em cada ano como iremos verificar na vintena de 1660-1679.

Em 1730 foi instituído o legado de Bento Soares da Fonseca¹¹⁵ que para além de dotar órfãs parentas com dotes de cem, cinquenta e duzentos mil réis, também dotava órfãs estranhas com dotes de vinte e de cinquenta mil réis.

Embora alguns instituidores tivessem legado dotes em menor número, houve outros que dotaram mais de uma ou duas dezenas de órfãs, como foram: João Batista, tabelião com 32 e mais 4 de Jerónima, sua irmã; Miguel dos Rios com 64; João Mendes Carvalho com 32 e José Heitor Ferreira com 44. Em 30 dos dotes contabilizados não foi possível identificar o instituidor. Os 80 dotes instituídos por Rodrigo Caldeira foram atribuídos a órfãs parentas, conforme ditava o testamento deixado à Misericórdia de Coimbra¹¹⁶.

Até aqui foi passada em revista a constituição de dotes em geral, na Idade Moderna, o envolvimento das misericórdias na distribuição desses dotes para órfãs pobres, a instituição dos dotes pela Misericórdia de Coimbra e, ainda, a identificação dos instituidores dos dotes atribuídos e recebidos entre 1620 e 1749.

Passamos agora ao estudo das órfãs a concurso e das dotadas, o que vai ser apresentado em dois capítulos. Primeiramente serão estudadas as órfãs parentas, em seguida, as órfãs estranhas.

de Coimbra, filha de Alexandre Dias Gomes e de Francisca Maria, a viver com a mãe na freguesia da Sé, e outro foi destinado a Maria Caetana, filha de António Francisco e de Maria São Boaventura, a viver com a mãe em Coimbra na freguesia de Salvador. AMC, *Livro de dotes e recebimentos, 1719-1746*.

¹¹⁴ AMC, *Livro das memórias n.º 1, 1500-1648*, fl. 6, rvr.

¹¹⁵ AMC, *Catálogo de benfeitores da Misericórdia de Coimbra...*, cit. p. 99.

¹¹⁶ Idem, p. 54.

CAPÍTULO III

ÓRFÃS PARENTAS

Na Misericórdia de Coimbra havia benfeitores que, além de deixarem dotes para órfãs pobres, criavam outros para familiares, mas de valores bastante mais elevados quando comparados com os que geralmente eram destinados a órfãs estranhas. Embora os laços de consanguinidade fossem um fator determinante para atribuição de dotes a parentas, também se atendia ao bom comportamento e ao bom nome e se estas condições “não coexistissem, o dote não era entregue”¹¹⁷ – aspeto igualmente relevante quanto às candidatas em estudo.

Recorrendo aos documentos avulsos e aos registos dos livros de dotes e recebimentos das órfãs, procurámos identificar os dotes que foram entregues a parentas de alguns dos benfeitores, dos quais destacamos: Manuel Soares de Oliveira; Bento Soares da Fonseca; Francisco Lopes Teixeira e Rodrigo Caldeira de Azevedo.

Nos documentos, por vezes não é possível identificar os nomes da noiva ou do noivo; portanto, os quadros em anexo para apresentação e análise dos resultados foram construídos de acordo com os elementos recolhidos. Contudo refira-se que sempre que os dados nos permitiram, procurámos identificar as órfãs e caracterizá-las relativamente à idade, morada, com quem tomavam estado de casadas, o valor do dote e outros aspetos relevantes.

1. PARENTAS DE MANUEL SOARES DE OLIVEIRA

O Licenciado Manuel Soares de Oliveira determinou que do seu legado se dotasse anualmente com 400.000 réis uma parenta sua, da parte do pai ou da mãe, cristã-velha e sem raça alguma. Se não houvesse candidatas parentas, o valor seria distribuído em dotes

¹¹⁷ ARAÚJO, Maria Marta Lobo, “Fazendo o bem olhando a quem” ..., cit., p. 370.

de menor quantia por órfãs estranhas pobres sem condição de parentesco¹¹⁸. Os valores para estranhas podiam oscilar entre 20, 35, 40 mil réis por cada dote e ainda 100.000 réis em legados miúdos conforme referido e comentado na análise do quadro 1.

Entre 1683 e 1749 foram identificados e entregues cinquenta e nove dotes. Deste total, 5 (8,5%) foram constituídos por dotes de 400.000 réis e 54 (91,5%) por dotes de 100.000 réis, resultando num valor global de 7.400.000 réis (cf. Quadro 1 em anexo).

Salientem-se algumas características destas dotadas ligadas por laços de sangue ao instituidor:

Isabel Soares, de 20 anos de idade, órfã de pai e mãe, foi dotada pela primeira vez em 1709 e casou com Manuel Dinis, de quem enviuvou, sem referência ao ano da viuvez. Casou sete anos após a primeira dotação, tendo então 27 anos de idade. Referia ter quatro filhos e grandes dificuldades económicas, o que a levou a pedir novo dote para voltar a casar. Foi novamente dotada em 1716 e casou no mesmo ano com Manuel Pires de Góis, a quem foi entregue o dote após o casamento. No mesmo ano de 1716, Francisca Soares, com 25 anos de idade e viúva de Manuel Correia, também pediu este dote de parentesco, referindo que estava comprometida com Francisco Simão também ele viúvo; foi dotada em março, casou em agosto e recebeu o dote ainda em agosto¹¹⁹.

Este legado contemplou outras viúvas. Em 1745, Isabel Soares de 38 anos de idade, viúva, filha de António Tomás, contraiu matrimónio com Manuel da Costa Mendes, também viúvo; em 1746, Estefânia Ferreira, de 44 anos de idade e viúva com quatro filhos, fez petição de dote e casou pela segunda vez em junho do ano seguinte¹²⁰; Ana Maria Soares, viúva de Cristóvão Ribeiro, filha do Dr. João Soares Ferreira e de Maria Batista, foi a concurso nas eleições de 1746 e casou com Manuel da Costa Mendes, tendo este apresentado folha corrida e recebido o dote ainda no mesmo ano.

Verificamos assim, que 5 (8,5%) das dotadas pelo legado de Manuel Soares de Oliveira eram viúvas, o que confirma a prática de algumas instituições também as

¹¹⁸ AMC, *Catálogo dos benfeitores da Misericórdia de Coimbra...*, cit., fl. 68. LOPES, Maria Antónia, “Manuel Soares de Oliveira, assessor e auditor do governador das Filipinas e benfeitor da Misericórdia de Coimbra (1598-1675)” ..., cit., p. 285.

¹¹⁹ AMC, *Livro de dotes e recebimentos, 1705-1719*, fls. 18-19.

¹²⁰ AMC, *Documentos avulsos*.

contemplarem¹²¹. Dois dos dezasseis noivos identificados, também apresentavam estado de viuvez. Os casamentos deveriam ter lugar na igreja da Santa Casa, tal como aconteceu em 1722 com Luísa, filha de Manuel Domingues e de Isabel Sores que casou com Manuel Francisco¹²².

Entre a entrega da licença de casamento por parte dos noivos e a data do matrimónio, podiam ocorrer alguns meses: Francisco Batista entregou licença em junho de 1731 e casou com Isabel Girão em setembro de 1732; Manuel Pais apresentou licença em novembro de 1730 e casou com Maria Marques em julho de 1732¹²³. Quanto à atribuição do dote e o casamento, geralmente ocorria no mesmo ano, celeridade que deve explicar-se pelo elevado valor deste dote.

A idade das dotadas à data do concurso variava entre os 18 e 44 anos, situando-se na média de 22 anos. Quanto à residência, 93% moravam na vila de Pereira ou em lugares da freguesia, conforme exigência do benfeitor, 5% em lugares limítrofes e 2% residiam em Coimbra.

2. PARENTAS DE BENTO SOARES DA FONSECA

Consta da doação à Misericórdia de Coimbra, feita em vida pelo jesuíta Bento Soares da Fonseca, residente na cidade da Bahia, em 1730, que do seu legado se dotasse, em cada ano, uma parenta sua com duzentos mil réis. Consta, também, que um legado de cinquenta mil réis anuais deixado a uma irmã, à morte desta ficasse para a Santa Casa dotar todos os anos uma órfã estranha, e, tanto esta como aquelas, se casassem na igreja do Salvador em Coimbra¹²⁴.

Entretanto, constatámos que para além dos dotes de 50.000 réis para dotar órfãs estranhas, provenientes do extinto legado deixado à irmã, também foram dotadas algumas órfãs suas familiares com dotes de cinquenta mil réis. Assim, entre 1732 e 1746, foram identificados 37 dotes entregues a órfãs parentas do Reverendo Bento Soares da Fonseca,

¹²¹ LOPES, Maria Antónia, *Pobreza assistência e controlo social...*, vol. I, cit., p. 805.

¹²² AMC, *Documentos avulsos*.

¹²³ AMC, *Documentos avulsos*.

¹²⁴ AMC, *Catálogo de benfeitores...*, cit., p. 99.

dos quais, 29 (78,4%) com valor de 200.000 réis, 3 (8,1%) de 100.000 e 5 (13,5%) de 50.000, num montante total de 6.350.000 réis (cf. Quadro 2 em anexo).

Em 1732, Maria, filha de Manuel da Costa e de Isabel Soares, casou “depois de conferida toda a informação recolhida pelas inquirições onde se confirmam os requisitos exigíveis no compromisso de 1620 foram lidos pregões conforme o disposto pelo Concílio Tridentino”¹²⁵.

Em 1735 era dotada com 100.000 réis uma prima do benfeitor em 3º grau e para receber o dote teve de apresentar uma certidão de nascimento passada pelo padre da paróquia porque estava em falta na petição¹²⁶. Ainda em 1735, contraíram matrimónio mais três órfãs, primas do benfeitor em 3º grau. Duas destas órfãs eram irmãs, Bernarda e Ana: a primeira casou com Francisco Cordeiro que assinou de cruz a carta de entrega do dote, sendo os dois naturais e residentes em Vila Pouca; Ana casou com Manuel Coelho também de Vila Pouca. A outra prima, Catarina Soares, era natural e residente em Farinha Podre casou com Miguel Simões, natural e residente em Poiães, que assinou documento com letra bem legível.

O dote, tanto podia ser entregue ao noivo, como requerido por um procurador e, naturalmente, só era pago após o casamento. Dos 37 dotes atribuídos, 13 (35%) foram requeridos por procuradores das órfãs. Quer num caso quer no outro eram gerados termos de entrega.

Sebastiana Maria Lourenço, de Vale de Remígio, filha de Pascoal Francisco, concorreu três vezes – não estão identificadas as datas –, mas só provida em 29 de junho de 1739, vindo a casar na freguesia de Mortágua com Pedro de Mendonça Camelo, natural do lugar do Poço de Travanca. Para receber o dote, o noivo teve de entregar à Mesa uma declaração que assina por mão própria, confirmando que se tinha recebido com Sebastiana na igreja de Mortágua¹²⁷. Apesar de estar indicado no testamento do benfeitor que os casamentos deveriam ocorrer na igreja do Salvador em Coimbra, neste caso o matrimónio ocorreu em igreja de outra localidade, o que pode ter sucedido noutros casos.

¹²⁵ AMC, *Documentos avulsos*.

¹²⁶ AMC, *Livro de dotes e recebimentos*, 1734-1747, fl. 33.

¹²⁷ AMC, *Livro de dotes e recebimentos*, 1734-1747, fl. 151.

Provavelmente estavam autorizados porque, segundo o compromisso, “depois de concertados os casamentos”, as órfãs tinham de comunicar à Mesa para lhes ser assinada a carta de promessa do dote e marcado o dia do recebimento¹²⁸,

Uma das órfãs que contraíram matrimónio no ano de 1739, Sebastiana, filha de Maria Rodrigues, casou com Pascoal Ferraz e só foi provida depois de concorrer por três vezes. Situação recorrente, que revela como este dote era disputado.

Foi possível também apurar que 54% dos nubentes viviam na mesma comunidade:

Quadro 2 -Distribuição das órfãs e dos noivos segundo a morada

Local	Órfãs	Noivos	Morada na mesma localidade
Aguada	1	1	1
Almada	1	-	-
Almalaguês	1	1	1
Antes	1	1	1
Coimbra	4	2	2
Lorvão	3	2	2
Marmeleira	1	1	1
Mortágua	1	1	1
Pedrulha	1	1	1
Poiães	2	2	2
Santarém	4	-	-
Sobral	8	3	3
Quinta do Tojal	3	-	-
Travanca	1	1	1
Vale Remígio	2	2	2
Vila Pouca	3	2	2
Total	37	20	20 (54%)

Fonte: AMC, *Documentos avulsos; Livro de dotes e recebimentos, 1719-1734; Livro de dotes e recebimentos, 1734-1747; Livro de dotes e recebimentos, 1747-1761.*

Dos 20 noivos identificados, 25% assinaram carta de entrega do dote e das 13 cartas entregues aos procuradores, 9 (69%) estavam assinadas por mão própria.

Embora o dotador o não previsse, foram encontrados quatro dotes de 50.000 réis entregues a parentas de Bento Soares da Fonseca freiras professoras num mosteiro de Santarém, representando 11% destes dotes, e sobre os quais eram elaborados processos com algumas especificidades.

¹²⁸ CMC, cap. XXIV, § XXII.

Em 1743, 1744 e 1745 três irmãs, Rosa Casimira de Mendonça, Isabel Luciana de Mendonça e Violante Angélica Casimiro de Mendonça, órfãs do Dr. Manuel Francisco de Mendonça e de D. Maria de Mendonça, freiras professoras no mosteiro de S. Domingos das Donas da vila de Santarém, requereram ser dotadas com o dote do seu familiar Bento Soares da Fonseca dando poder ao seu tio, o Dr. António Francisco Ribeiro, para ser procurador e receber o dote.

A fim de comprovar à Mesa da Misericórdia a sua situação, uma destas quatro candidatas a dote, Isabel Luciana, pede à priora Leonor Teles de Meneses que lhe passe declaração em como é freira professora neste mosteiro. A declaração é passada pela escritã, Soror Teresa de Jesus Maria, e assinada pela priora¹²⁹ (cf. Figura nº 1 em Anexos). Depois, a mesma Isabel e a priora constituem o Dr. António Ribeiro procurador para receber o dinheiro, “como procurador que sou da minha sobrinha D. Isabel Luciana de Mendonça religiosa professora no mosteiro de S. Domingos das Donas da Vila de Santarém recebi nesta Santa Casa 50.000 réis da Instituição do reverendo Bento Soares da Fonseca em maio de 1745”¹³⁰. Mas também no ano anterior Isabel Clara, prima das referidas três irmãs e também religiosa no mesmo mosteiro, recebe dote igual, sendo seu procurador o mesmo Dr. António Francisco Ribeiro. Em suma, o procurador era o mesmo para todas as candidatas e estamos perante uma rede familiar em que quatro jovens, irmãs e primas em 1º grau, ingressaram na vida religiosa e já depois disso obtiveram dotes proporcionados pelo seu parente e administrados pela Misericórdia de Coimbra.

Relativamente aos dotes de 50.000 réis constituídos depois da morte da irmã do instituidor, foram identificadas as seguintes beneficiárias: em 1737, Joana Maria Coelho residente no Recolhimento da Misericórdia; em 1738, Maria, também do Recolhimento; em 1739, Lourença Maria a viver com a mãe em Coimbra na freguesia de S. João de Almedina; em 1741, Rosa Maria, a viver em Coimbra em casa de um tio; e em 1742 Águeda da Nazaré a viver no Espinhal (cf. Quadro 3 em Anexos). Por se tratar de órfãs estranhas, estes dotes não estão contabilizados no rol de parentas. Foram mencionados nesta fase do trabalho, por estarem referidos no testamento do benfeitor.

¹²⁹ AMC, *Documentos avulsos*. Decerto que também as outras o fizeram, mas só localizámos este documento.

¹³⁰ AMC, *Documentos avulsos*.

3. PARENTAS DE FRANCISCO LOPES TEIXEIRA

No testamento do Cónego Francisco Lopes Teixeira foi estabelecido um legado à Misericórdia para

“que se dotassem annualmente duas parentas suas, uma por parte do pai e outra por parte da mãe com 100\$000 reis cada uma, e quando houvessem parentas só d’um lado se dotassem sempre duas; e não havendo parentas, se dotassem oito orphans com 25\$000 reis cada uma, sendo dotadas, tanto umas como outras no dia de Nossa Senhora da Conceição, e se recebessem na Capella da Companhia de Jesus”¹³¹.

Na porta da igreja da Santa Casa era colocado um edital para que “querendo alguma parenta pretendente aos ditos dotes façam apresentação à Mesa com suas petições para se lhes fazerem as devidas diligências”. Não havendo parentas e depois de tiradas inquirições sobre suas “virtudes e procedimentos”, eram passadas cartas de promessa a oito órfãs naturais e residentes em Coimbra. Este benfeitor determinou também que se algumas das suas parentas quiser entrar na vida religiosa, lhe seja entregue um dote, ainda que por outra via tenham bens para poderem ser religiosas. Relativamente às parentas em geral, não é mencionado nenhuma exigência de pobreza¹³².

No sentido de comparar o número de dotes para parentas com o número de dotes para estranhas deste legado, procedemos ao registo sistemático de uns e de outros, e do total de 258 dotes verificámos que 75 (29%) foram entregues a parentas e 183 (71%) a estranhas (cf. Quadros 4 e 5 em Anexos). Contudo, se compararmos os gastos, percebemos que as parentas receberam muito mais: 7.950.000 réis, valor muito superior ao que se doou às estranhas, a quem se deram 4.575.000 réis.

Das órfãs parentas identificadas, 3 (4,0%) foram dotadas com 250.000 réis cada uma, não sendo justificado nos documentos o acréscimo deste valor, e, 72 (96,0%) com 100.000 réis. Portanto, do legado de Francisco Lopes Teixeira e como dito, canalizaram-se para a dotação de órfãs parentas 7.950.000 réis. Passamos de seguida à caracterização de algumas destas jovens:

¹³¹ AMC, *Catálogo dos benfeitores...*, cit., p. 61.

¹³² AMC, *Livro de testamentos*, n.º 19, 1669, fls. 1-6.

Bárbara, filha de Manuel Gonçalves e de Maria João, moradores em Coimbra na freguesia de Santiago, saiu dotada nas eleições de 1703 e casou no dia 29 de dezembro do mesmo ano com António Rodrigues da Silva, filho de Jorge e de Úrsula Rodrigues, residentes em Coimbra na freguesia de Santa Cruz; Serafina, filha de Manuel Francisco Torres e de Maria Simões, moradores no lugar dos Lameiros, em Taveiro, saiu dotada em 1703 e casou no dia 22 de fevereiro de 1704 com Manuel da Silva, filho de Marcos da Silva e de Francisca João, moradores em Friúmes. Conforme estipulado, o casamento dos dois casais teve lugar na igreja da Companhia de Jesus, na capela de Nossa Senhora da Conceição fundada pelo testador. Depois da cerimónia do casamento, cada um dos noivos se dirigiu à casa do despacho da Misericórdia, onde lhe foi entregue o dito dote e assinado o termo de recebimento do mesmo na presença de testemunhas. Outras vezes, tal como acontecia com os legados de outros instituidores e já visto anteriormente, o dote era entregue a um procurador. Por exemplo, em 1739 o dote de D. Leonarda Galvão, no valor de 100.000 réis, foi entregue ao irmão da Casa, António da Mota como procurador que “demonstrou ser de José Pimentel Raposo e de sua mulher Dona Leonarda Maria Galvão do couto de S. Varão”. O irmão Manuel Gomes Louro, tesoureiro, fez a entrega. António Mota assina em como “recebeo” e o escrivão assinou também¹³³.

Outras órfãs, também foram identificadas com título de “Dona”: em 1708 Manuel da Costa assinou documento em como recebeu o dote para sua filha D. Teresa seguir a vida religiosa no convento de Tentúgal, mas se não professasse teria de o devolver à Santa Casa¹³⁴.

No ano de 1727 é entregue dote de 100.000 réis a Teotónio Valério de Figueiredo que se recebeu com D. Catarina Maria, órfã de José Manuel da Costa Gomes, todos residentes na cidade de Coimbra, assinando o noivo com letra bem delineada; em 1729 era entregue dote de 100.000 réis ao Irmão da Misericórdia António da Mota, procurador dos noivos D. Maria Clara e José Luís Gomes Lobato, moradores em Montemor-o-Velho; em 1743 foram dotadas, D. Jacinta Manso de Jesus, viúva de Bento Soares a viver na cidade do Porto, e sua irmã, D. Bernarda Joaquina Teresa de Sousa, recolhida no convento de Santa Ana. Estas duas órfãs eram filhas de Manuel da Costa, que fora

¹³³ AMC, *Livro de dotes e recebimentos*, 1734-1747, fl. 62.

¹³⁴ AMC, *Livro de dotes e recebimentos*, 1705-1719, fl. 76.

irmão da Santa Casa e a Mesa decidiu entregar-lhes os ditos dotes “sem embargo de se acharem huma viúva e outra recolhida”. No testamento do benfeitor não estava prevista a dotação de viúvas¹³⁵. Assim, parece-nos estar perante uma exceção da inteira responsabilidade da Mesa. Francisco de Moura foi o procurador de ambas e assinou o documento por mão própria¹³⁶.

Para além destas dotadas com título de “Dona”, em 1738 foram identificadas ainda, D. Jacinta Josefa de Sousa e D. Leonor¹³⁷ e em 1739 D. Leonarda Maria Galvão filha de Bernardo Peixoto Godinho e que depois casou com José Pimentel Raposo¹³⁸. Em suma, do total das órfãs, 9 (12%) faziam parte de um escol social com o título de “Dona”. Apesar de na Idade Moderna, as requerentes à esmola da Santa Casa com título de Dona terem sido uma realidade¹³⁹, neste caso, por serem familiares do benfeitor não estariam forçosamente em condição de pobreza, tal como acontecia com as candidatas à vida religiosa que por terem algo de seu não era impeditivo de serem dotadas¹⁴⁰.

Destas 75 órfãs, 50 (66,6%) residiam em Coimbra, 4 (5,3%) em Pereira, 5 (6,6%) em Taveiro, uma vivia no Porto, e as restantes, estavam distribuídas por diversas localidades do bispado. Por sua vez, dos 52 noivos identificados, 21 (40,4%) também tinham morada na cidade, 5 (9,6%) viviam em Taveiro e os restantes, espalhavam-se por diversas localidades (cf. Quadro 6 em anexo).

Três dos noivos eram alfaiates que viviam em Coimbra, outro era natural de Sortelha, vivia em Coimbra e era cordoeiro. Dois dos noivos (4,0%) assinaram carta de entrega do dote por mão própria.

4. PARENTAS DE RODRIGO CALDEIRA DE AZEVEDO

Em 15 de abril de 1655, Rodrigo Caldeira de Azevedo, irmão da Misericórdia, deixou em testamento à Santa Casa um legado para dotar em cada ano duas órfãs da

¹³⁵ AMC, *Livro de testamentos n° 19*, 1669, fls. 1-6.

¹³⁶ AMC, *Livro de dotes e recebimentos*, 1734-1747, 2ª parte do livro, fl. 37.

¹³⁷ AMC, *Livro de dotes e recebimentos*, 1734-1747, fl. 124.

¹³⁸ AMC, *Livro de dotes e recebimentos*, 1734-1747, fl. 126.

¹³⁹ LOPES, Maria Antónia, *Pobreza assistência e controlo social...*, vol. II, cit., p. 203.

¹⁴⁰ AMC, *Livro de testamentos n° 119*, 1669, fl. 3.

geração de sua mãe ou apenas uma se o rendimento da herança não chegasse para dotar duas¹⁴¹. Os dotes tinham o valor de 24.000 réis e em 1665 já eram atribuídos, mantendo-se esta dotação durante várias décadas. Em 1746, 1747 e 1748 eram entregues dotes a parentas deste benfeitor respetivamente: a Gertrudes, com morada em Sortelha e casada com Manuel da Costa residente em Lorvão¹⁴²; a Josefa, filha de Manuel Francisco e de Maria Marques, naturais e residentes em Sobral, vindo esta órfã a casar com Manuel Augusto morador em Coimbra; e a Maria, residente no lugar dos Carvalhos vindo a casar com Manuel Negrão do mesmo lugar¹⁴³. Os dotes deste benfeitor ainda subsistiam em finais do século XIX¹⁴⁴.

À semelhança de outras petições de parentas, era vulgar as candidatas exporem as razões que as levavam a requerer o dote: Elisa, “mossa donzela”, filha de António Pereira, carpinteiro, e de Mariana de Figueiredo do lugar da Portela, freguesia da Sé, diz na sua petição que é filha de pais pobres e não tem com que possa tomar estado de casada, mas como parenta de Rodrigo Caldeira pretendia ser dotada com um dos dotes que a Santa Casa costumava dar às parentas do dito Instituidor. Elisa é dotada em 1744, tal como já havia sido sua irmã Micaela em 1742¹⁴⁵. Refira-se outro caso: Josefa, filha de Francisco Tomás e de Maria Cristóvão, diz ser parenta das mais próximas de Rodrigo Caldeira de Azevedo e como tal pretende lhe seja entregue dote no valor de 24.000 réis que o mesmo deixou. O provedor e mais irmãos confirmam que é órfã “bem procedida, pobríssima e o dito parentesco lhe provém de sua bisavó Ana Cristóvão e seu marido Manuel Dias Palhinha do mesmo lugar, e, nasceu Maria Cristóvão avó da suposta prima do instituidor”¹⁴⁶. Podemos concluir assim, que através de árvores genealógicas¹⁴⁷ (cf. figuras 5, 6 e 7 em anexo) entregues à Mesa pelas candidatas, os mesários estariam bem informados sobre os meandros do parentesco.

¹⁴¹ AMC, *Catálogo dos benfeitores...*, cit., p. 54.

¹⁴² AMC, *Livro de dotes e recebimentos*, 1734-1747, fls. 110-113.

¹⁴³ AMC, *Livro de dotes e recebimentos*, 1747-1761, fls. 14-18.

¹⁴⁴ LOPES, Maria Antónia, “Dotar para disciplinar”, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo, ESTEVES, Alexandra (coords), *Tomar Estado: Dotes e Casamentos (Séculos XVI-XXIX)*, Braga, p. 284.

¹⁴⁵ AMC, *Documentos avulsos*.

¹⁴⁶ AMC, *Documentos avulsos*.

¹⁴⁷ AMC, *Livro dos termos e árvores da família de Francisco Lopes Teixeira, 1751-1793; Livro de árvores da geração e descendência de Rodrigo Caldeira de Azevedo fabricadas e dispostas no ano de 1786*.

As órfãs podiam viver dentro ou fora da cidade. Teresa de Jesus, filha de João Dias e dotada em 1720, vivia com a mãe, Páscoa Marques, na freguesia da Sé em Coimbra. Por sua vez, Maria e Jacinta, órfãs de José da Cruz, foram as duas dotadas em 1732 e viviam com a mãe em Sobral¹⁴⁸.

Foram identificadas 80 órfãs, 62 dos seus maridos e respetivas moradas. Ao relacionar as residências dos nubentes entre si, verificamos que 51,3% habitavam na mesma área geográfica, situação praticamente idêntica à constatada em relação às moradas dos maridos das parentas de Bento Soares da Fonseca em que 54% residiam nos mesmos locais das noivas. Apesar desta proximidade, na Época Moderna a escolha dos maridos era um assunto familiar e nunca da própria rapariga.

Viviam em Coimbra 14 (17,5%) destas jovens. Relativamente aos noivos, 13 (21,0%) também moravam em Coimbra. Os restantes nubentes estavam distribuídos por várias zonas, algumas que à época eram consideradas rurais, e outras que podiam ficar bem distantes da cidade, como eram os casos de Penela, Lorvão e Bustos. José Lopes que se casou com Úrsula, residente em Lagoa, era oriundo da Guarda (cf. Quadro 7 em anexo).

Manuel Rodrigues de Coimbra, casado com Isabel, e José António a viver em Eiras, casado com Maria Josefa, assinam documento de recebimento do dote com letra bem legível. António, a viver em Coimbra e casado com Maria com residência também em Coimbra, tinha a profissão de carpinteiro. Luís Simões, de Coimbra e casado com Luísa, do Sebal, também era carpinteiro. Simão, casado com Luísa, era cordoeiro e vivia em Coimbra. Em suma, podemos concluir que 2 (3%) dos homens sabiam escrever. 3 (5%) exerciam um ofício e, no total, foram gastos 1.900.000 réis deste legado.

No capítulo que se segue, e tal como referido, vão ser apresentadas as órfãs estranhas a concurso e dotadas pela Misericórdia de Coimbra.

¹⁴⁸ AMC, *Documentos avulsos*.

CAPÍTULO IV

ÓRFÃS ESTRANHAS

Eram consideradas órfãs estranhas ou órfãs “ordinárias” as órfãs pobres sem condição de parentesco que necessitavam de dote para casar e, tal como outras misericórdias, a de Coimbra também promoveu dotes sobretudo para essas órfãs, com os legados que tinha sob a sua responsabilidade deixados pelos testadores, por legados miúdos e dos próprios cofres da Casa, conforme apresentado no quadro 1.

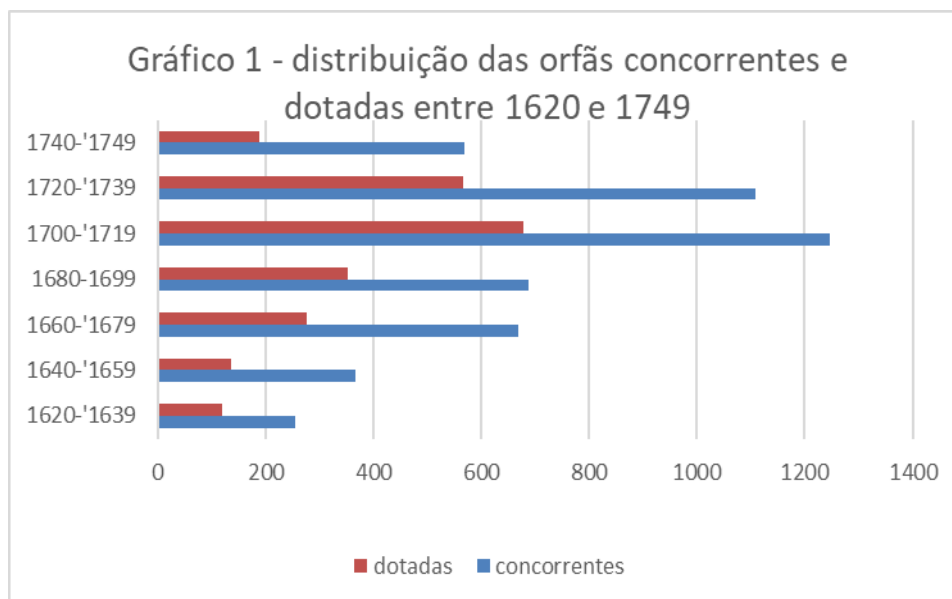
O total de dotes instituídos e providos pela Santa Casa somou, no período que trabalhamos, 2648. Todavia, depois de retirados ao total 251 recebidos por parentas, restaram 2397 atribuídos a órfãs estranhas, sendo com estes valores que prossegue o estudo. Assim, depois de uma apresentação geral através do quadro 2 e gráfico 1, segue-se uma análise detalhada em seis séries de vinte anos e uma de dez conforme acima referido e justificado.

1. DOTES INSTITUÍDOS E PROVIDOS

Quadro 3 – Órfãs “ordinárias” concorrentes e dotadas entre 1620 e 1749

Anos	Concorrentes	Dotadas	% de dotadas	Valores totais dos dotes
1620 - 1639	266	119	45,0	2.369.000
1640 - 1659	366	135	37,0	2.700.000
1660 - 1679	663	279	42,0	5.098.000
1680 - 1699	697	321	46,0	6.355.000
1700 - 1719	1277	667	52,2	13.263.000
1720 - 1739	1109	601	54,2	12.595.000
1740 - 1749	720	275	38,2	5.712.000
Total	5098	2397	47,0	48.092.000

Fonte: AMC, *Livro de esmolas perpétuas; Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1620-1666; *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1666-1676; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1747-1761.

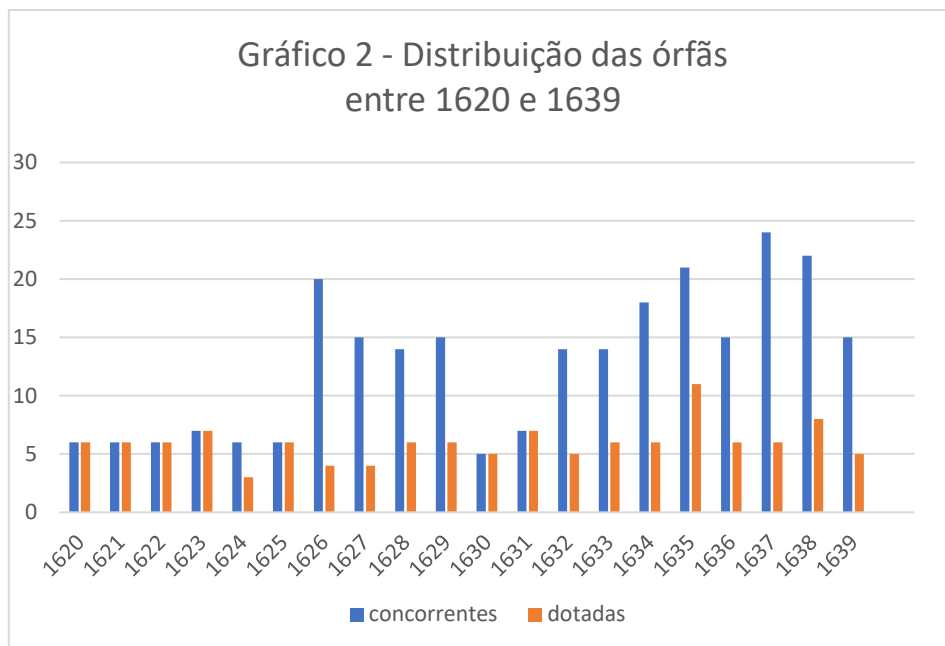


Fonte: AMC, *Livro de esmolas perpétuas*; *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1620-1666; *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1666-1676; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1747-1761.

Ao serem avaliados os primeiros 40 anos e comparando os resultados entre estes dois vinténios, verifica-se que o primeiro apresenta maior percentagem de dotações.

Depois destes primeiros 40 anos, as concorrentes e dotadas aumentam de forma gradual atingindo o maior volume entre 1700-1719, com 1277 concorrentes e 667 (52,2%) dotadas. Os vinte anos seguintes registam um pequeno decréscimo de concorrentes, mas aumenta o percentual de dotadas (54,2%). Nos últimos dez anos em análise, mantem-se a tendência de subida de candidatas, baixando a capacidade de dotação (38,2%).

Através dos gráficos que se seguem (e dos quadros em anexo n^{os} 8-14) apresenta-se a distribuição anual dentro de cada uma das séries definidas para avaliação estatística daqueles resultados.



Fonte: AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1620-1666.

Entre 1620 e 1639 concorreram 266 órfãs sendo dotadas 119 (45%) com dotes no valor total de 2.369.000 réis. Não foram dotadas 147 (55%). Nos primeiros três anos foram atribuídos dotes a seis órfãs, sendo três do bispo D. João Soares e três de Mateus Pereira de Sá associados aos dotes do Dr. Luís Correia, no valor de 20.000 réis¹⁴⁹.

Cada um dos dotes de Mateus Pereira e Luís Correia tinham o valor de 12.000 réis, mas “como era costume casar somente com dote de 20,000 réis cada hua”¹⁵⁰, em 1621 a Mesa juntou-os. Por ser um legado pio e para proceder à mudança era necessária dispensa papal, porque “só ele podia alterar para sempre”. Contudo, o provedor e Mesa fundaram a sua petição num despacho dado em 1605 por D. Afonso Castelo Branco, bispo de Coimbra. Teólogos e canonistas deram parecer positivo apenas por um ano, reforçando a ideia deixada acima, de que a alteração definitiva só podia ser feita pelo Sumo Pontífice¹⁵¹. Porém verificámos que os dotes de Mateus Pereira associados a Luís Correia continuaram atribuídos durante todos os anos até 1633¹⁵². Entre 1620 e 1633 os dotes

¹⁴⁹AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1620-1616, fls. 10-13.

¹⁵⁰ AMC, *Livro das esmolas perpétuas* 1620, fls. 249-250.

¹⁵¹ Idem, loc. cit.

¹⁵² AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1620-1666, fls. 1-49.

foram de facto providos pelos referidos benfeitores, tendo a Santa Casa iniciado provimento com dotes no valor de 20.000 réis em 1635.

Nos primeiros quatro anos eram atribuídos dotes ao total das concorrentes em cada ano. Isto é, 6 nos primeiros três anos e 7 no quarto ano. Nos anos seguintes verificou-se um aumento de concorrentes e o número de dotadas variou entre 3 e 11 por cada ano. De facto, nos primeiros anos o número de concorrentes era equiparado ao número dos dotes atribuídos, mas com a evolução temporal, não só aumentaram as candidatas como aumentou o número de dotes.

De 1626 a 1629 o número de candidatas foi bastante mais elevado em relação às dotadas¹⁵³. Nos anos de 1632 a 1639 verificou-se novamente um elevado número de concorrentes em relação ao número de dotadas. Cinco das órfãs contempladas com os dotes atribuídos em 1620 e 1621 casaram ainda no ano de 1621 e, como eram dotes do legado de D. João Soares, o casamento foi realizado dentro do prazo estipulado pelo benfeitor, que, como foi dito, era de um ano.

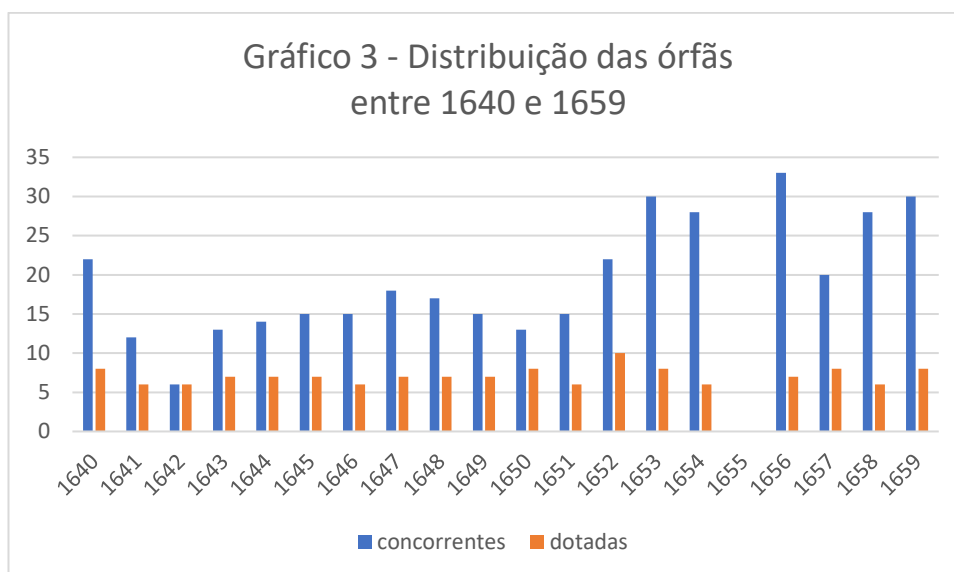
Até 1624 os dotes atribuídos foram custeados pelas funções de D. João Soares e pela dupla Mateus Pereira/Luís Correia, em número de três por cada legado e no valor de 20.000 réis cada um. Em 1625, dos seis dotes atribuídos, além dos habituais três dotes de D. João Soares, apareceram pela primeira vez três dotes atribuídos pela Santa Casa com o valor de 20.000 réis cada um. Como referido, os dotes de Mateus Pereira e Luís Correia foram atribuídos durante todos os anos até 1633 e, a partir daqui, Luís Correia vai aparecer isolado com dotes de 15.000 réis até 1715, altura em que, tal com referido acima vão ser associados 5.000 réis dos legados miúdos. Quando comparado com anos anteriores e com os que se seguiram até ao final deste vinténio, 1635 regista o valor mais elevado devido à entrega nesse ano de cinco dotes de Bento de Almeida, remidos de uma só vez¹⁵⁴.

De entre estas 119 órfãs dotadas havia uma a residir em Celas, à época considerada um arrabalde da cidade. As restantes moravam todas na cidade, nas freguesias de São

¹⁵³ AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs, 1620-1666*, fls. 1-49.

¹⁵⁴ AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs, 1620-1666*, fl. 66.

Pedro, Almedina, Salvador, Sé, S. Cristóvão, Santiago, Santa Cruz, Santa Justa, S. Bartolomeu ¹⁵⁵.



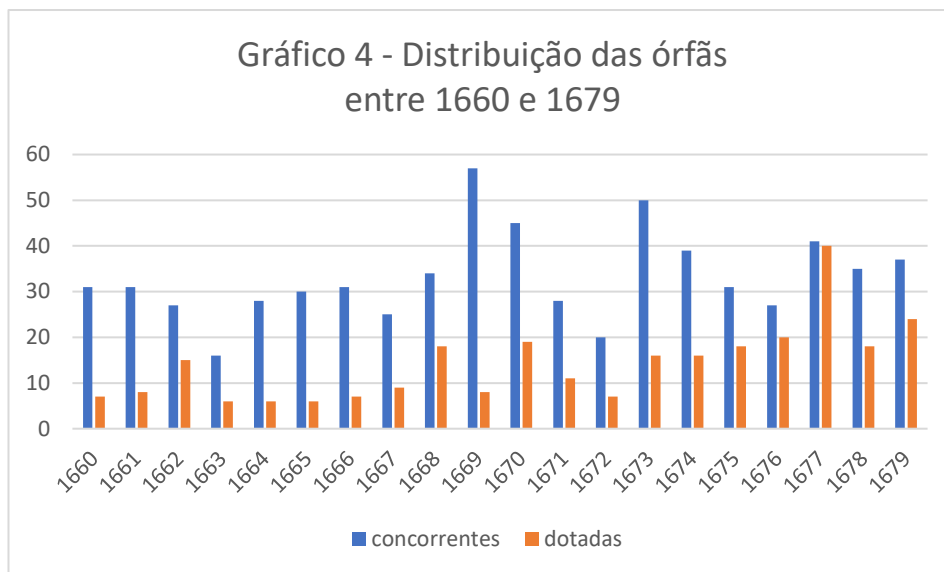
Fonte: AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs, 1620 1666*.

Entre 1640 e 1659 concorreram 366 órfãs e foram dotadas apenas 135 (37%) com dotes no valor 2.700.000 réis. Mas ressalve-se que estas cifras não correspondem à totalidade porque faltam os dados de 1655, cuja leitura dos registos não foi possível devido à degradação do documento¹⁵⁶. Durante estes vinte anos, os dotes corresponderam aos legados de D. João Soares e da Santa Casa.

Relativamente às órfãs dotadas, verifica-se uma tendência para ultrapassar as seis previstas no compromisso, chegando aos números de oito em vários anos e dez em 1652. Apesar disso, era grande o fosso entre concorrentes e dotadas.

¹⁵⁵ AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs, 1620-1666*, fls. 10-269.

¹⁵⁶ Idem.



Fonte: AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs, 1620-1666*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1668-1704*.

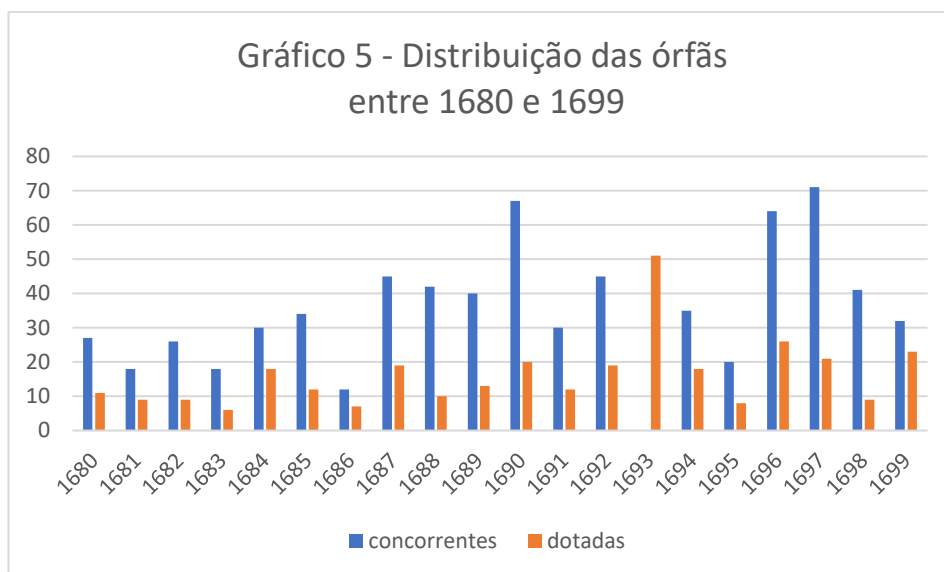
Durante estes vinte anos concorreram 663 órfãs e foram dotadas 279 (42%) com dotes no valor de 5.098.000 réis.

O elevado número de concorrentes revelava a vontade das órfãs em adquirir um dote que lhes desse a possibilidade de casar e constituir família. Pela primeira vez foi atingido o número de 15 dotadas no ano de 1662, seguindo-se os valores de 18 e 19, respetivamente em 1688 e 1670. De 1673 em diante até final da vintena mantem-se a tendência do aumento de candidatas e de dotadas com destaque para 1677, cujos valores atingem 41 concorrentes e 40 dotadas, demonstração da vontade dos benfeitores e da instituição em ajudar estas jovens a colmatar as dificuldades económicas possibilitando-lhes o acesso ao matrimónio, o que estava de acordo com o que era percebido pelo grupo beneficente, de que o acesso ao matrimónio seria a “única forma moralmente aceitável de exercício da sexualidade e da procriação”¹⁵⁷.

O aumento destes valores estava relacionado com o aparecimento de maior número de legados e elevado número de dotes distribuídos de uma só vez por cada benfeitor,

¹⁵⁷ LOPES, Maria Antónia, *pobreza assistência e controlo social...*, vol. I, cit., pp. 803-804.

como aconteceu por exemplo com os legados do bispo D. Álvaro S. Boaventura, que atribuiu oito, nove e dez, acontecendo o mesmo com os dotes da Santa Casa, com os dos legados miúdos e com os de “Devotos”. Durante estes 20 anos aparecem novos instituidores como João Batista tabelião com dotes anuais de 20.000 réis e o licenciado Manuel Nunes Franco que deu 29 dotes de 20.000 réis¹⁵⁸. No entanto, em três anos de provimento só foram dotadas 6 órfãs, noutros três anos foram 7 e, em mais três anos, os números situaram-se abaixo das 10 dotadas.

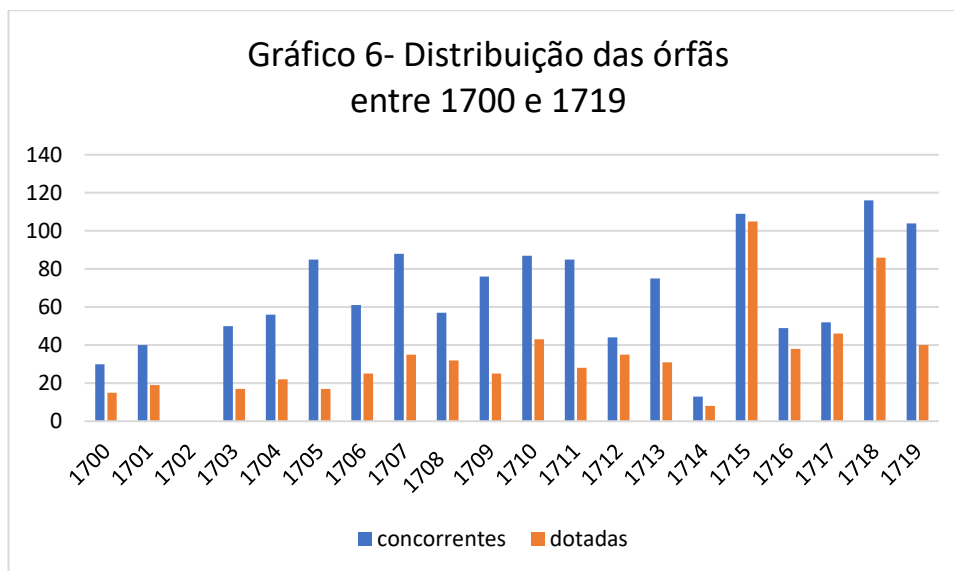


Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1668-1704*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1705-1719*.

Durante os vinte anos que decorreram entre 1680 e 1699 concorreram 697 órfãs e foram dotadas 321 (46%) com um total de 6.355.000 réis. O gráfico 5 e o quadro 11 em anexo mostram o ano de 1683 com 6 dotadas e 1686 com 7, verificando-se valores superiores nos restantes anos em análise com aproximação a 20 dotadas em cada ano, e noutros, ultrapassando muito este número, nomeadamente em 1693 com 51, 1696 com 26 e 1699 com 23. Mais uma vez se torna evidente a influência da entrada de novos legados como foram os de André Bernardes Aires e Miguel dos Rios, entre outros.

¹⁵⁸ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1668-1704*, fls. 39-42.

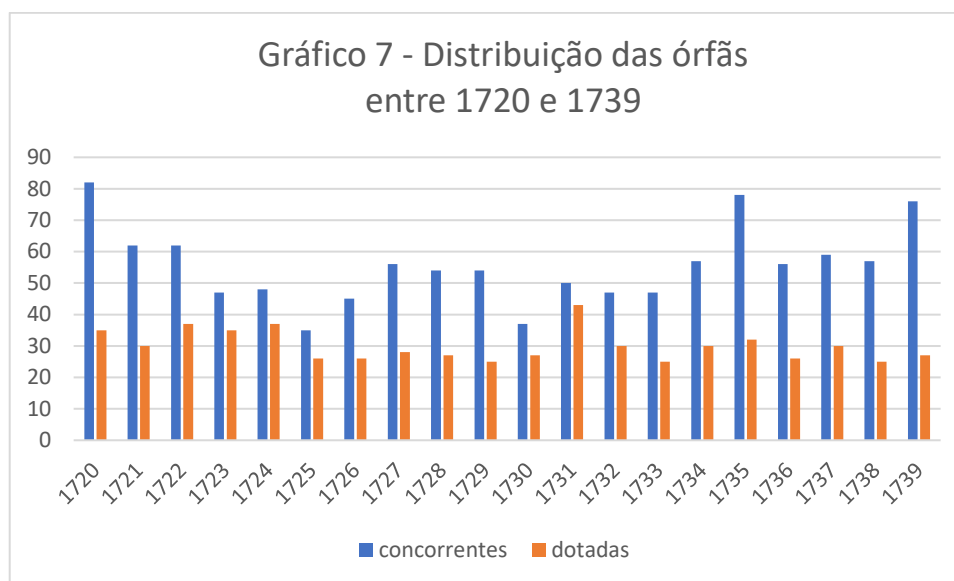
No que se refere às concorrentes, continua uma grande afluência de jovens, na sua maioria acima de 30, ultrapassando, em alguns anos, as 40 e as 60. Em 1693 não se localizou ou não se registou o número de concorrentes, mas foi o ano que apresentou o maior número de dotadas, com 51.



Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734.

O gráfico 6 e o Quadro 12 em anexo mostram a tendência do aumento de candidatas aos dotes, o que, como dito, confirma a vontade dos benfeitores e da instituição em ajudar órfãs sem recursos económicos. Excluindo o ano de 1702, com registos ilegíveis, concorreram 1277 jovens e foram dotadas 667 (52%) com dotes no valor total de 13.263.000 réis. Foi até aqui a série com o maior número de concorrentes e maior percentual de jovens dotadas. Durante estes 20 anos tiveram elevado peso na dotação das órfãs os dotes de Francisco Lopes Teixeira que, por falta de parentas, os mandou distribuir por “estranhas”. A subida exponencial de dotadas no ano de 1715 explica-se pelo elevado número de dotes (49) custeados por legados miúdos e pelos de André Bernardes Aires (17), para além dos dotes atribuídos por outros legados. Nos anos de 1718 e 1719 verificou-se situação idêntica, com elevado número de concorrentes e dotadas. Durante estes 20 anos em análise, o Irmão da Casa, João Mendes de Carvalho com 27 dotes, Cristóvão Correia com 2 dotes, e João Manuel do Carmo com outro, também contribuíram

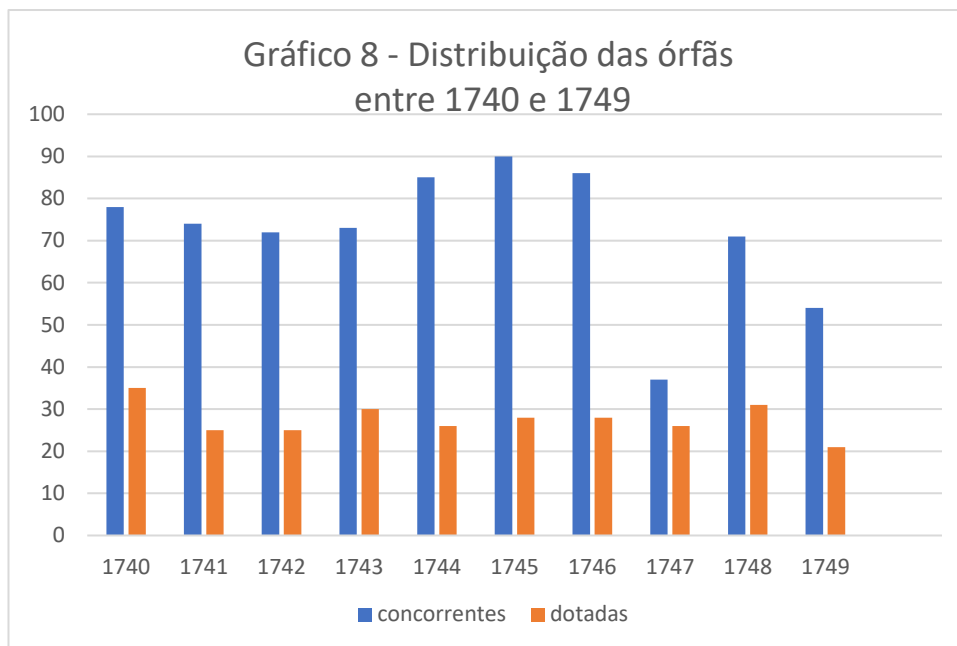
para o aumento das dotações¹⁵⁹. Note-se ainda que em 1714 foram atribuídos apenas 8 dotes, o que influenciou o elevado número registado no ano seguinte.



Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1734*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747*.

Entre 1720 e 1739, das 1109 concorrentes foram dotadas 601 (54%) com dotes no valor total de 12.595.000 réis. Em comparação com a série anterior, podemos concluir que ocorreu uma ligeira descida das concorrentes e aumentou a percentagem de dotadas. Permanecia de forma regular a atribuição de dotes de D. João Soares, Luís Correia, Santa Casa, André Bernardes Aires, legados miúdos da Casa e os 5.000 réis dos legados miúdos associados aos 15.000 réis de Luís Correia. Durante toda o vinténio os dotes atribuídos em cada ano foram sempre em números superiores a 25, tendo atingido 35 em 1720 e 1723, 37 em 1722 e 1724 e verificando-se um pico de 43 em 1731.

¹⁵⁹ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1715-1719*, fls. 162-170.



Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1747-1761*.

Durante os últimos dez anos em análise concorreram 720 órfãs e foram dotadas 275 (38%), gastando-se com dotes um total de 5.712.000 réis. O número de jovens que não viram as suas candidaturas providas é agora superior ao das dotadas, entre 21 e 35 por ano.

2. CARACTERIZAÇÃO DAS ÓRFÃS

Através da informação disponível, tentaremos caracterizar esta população relativamente à residência e naturalidade, idade, perfil socioeconómico e outras variáveis consideradas pertinentes e possíveis.

2.1. MORADA E NATURALIDADE

No quadro seguinte apresenta-se o resumo de uma avaliação sistemática por cada série estabelecida, permitindo perceber se viviam na cidade e fora da cidade e comparação entre dotadas e não dotadas. Refira-se que não nos foi possível identificar o total das residências, o que está indicado no quadro como “Desc.”.

Quadro 4 - Distribuição das órfãs dotadas e não dotadas segundo morada na cidade ou fora dela entre 1620 e 1749

ANO	DOTADAS				NÃO DOTADAS			
	Total	Cidade	Fora	Desc.	Total	Cidade	Fora	Desc.
1620-39	119	118 (99%)	1 (1%)	-	147	133 (91%)	-	14 (9%)
1640-59	135	119 (88%)	16 (12%)	-	231	137 (59%)	71 (31%)	23 (10%)
1660-79	279	195 (70%)	29 (10%)	55 (20%)	384	86 (22%)	80 (21%)	218 (57%)
1680-99	321	164 (51%)	147 (46%)	10 (3%)	376	49 (13%)	247 (66%)	80 (21%)
1700-19	667	239 (36%)	263 (40%)	165 (25%)	610	11 (2%)	300 (49%)	299 (49%)
1720-39	601	263 (44%)	289 (48%)	49 (8%)	508	82 (16%)	405 (80%)	21 (4%)
1740-49	275	164 (60%)	111 (40%)	-	445	70 (16%)	369 (83%)	6 (1%)
Total	2397	1156 (48%)	856 (35,7)	279 (11,6)	2701	568 (21%)	1472 (54%)	661 (24%)

Fonte: AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1620-1666; *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1666-1676; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1747-1761.

Apesar de 12% com morada desconhecida, a proporção de 48% das dotadas com morada na cidade, pode dar a ideia de que as órfãs residentes na urbe eram dotadas em maior número, facto não surpreendente, na medida em que, alguns dos benfeitores deixavam dotes em especial para a órfãs residentes em Coimbra, como foram Francisco Lopes Teixeira, André Bernardes Aires, João Batista tabelião e Miguel dos Rios¹⁶⁰.

Relativamente às órfãs não dotadas, a proporção de residentes na cidade diminuiu continuamente, sendo sempre a partir de 1660 uma minoria. Embora não tenha sido identificada a morada de 24%, a comparação de 21% residentes na cidade com 54% a viver fora na cidade revela a grande procura de dotes por parte das jovens a viver fora de Coimbra.

No sentido de visualizar na cidade o espaço de residência das dotadas, procurámos identificar nos vinténios de 1620-1639 e 1640-1659 os locais de morada por freguesias, apresentados nos quadros que se seguem.

¹⁶⁰ LOPES, Maria Antónia, *Pobreza assistência e controlo social...* Vol. I, cit., p. 811.

Quadro 5 – Distribuição das órfãs dotadas na vintena de 1620-1739 segundo a idade e residência por freguesias da cidade (núcleo urbano)

Freguesias	Nº	%	Média Idades
S. Pedro	10	8,4	16 anos
Almedina	8	6,7	16 anos
Salvador	6	5,1	20 anos
Sé	16	13,5	18 anos
S. Cristóvão	6	5,1	18 anos
Santiago	38	32,2	17 anos
Santa Cruz	7	6,0	17 anos
Santa Justa	13	11,0	19 anos
S. Bartolomeu	14	12,0	21 anos
Total	118	100	Média 18 anos

Fonte: AMC, *Livro de inquirições*, 1620; *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1620.

A maioria das dotadas residia na freguesia de Santiago (32%), seguida das freguesias da Sé (14%), S. Bartolomeu (12%) e Santa Justa (11%). A média de idades variava entre os 16 e 21 anos, sendo em S. Bartolomeu que se encontravam as órfãs com a média de idade mais elevada, 21 anos. S. Pedro e Almedina apresentavam jovens com as menores médias de idade, 16 anos.

Quadro 6 – Distribuição das órfãs dotadas na vintena de 1640-1659 segundo a residência por freguesias na cidade (núcleo urbano)

Freguesias	Nº	%
S. Pedro	8	6,7
Almedina	4	3,4
Salvador	5	4,2
Sé	20	16,8
S. Cristóvão	8	6,7
Santiago	22	18,5
Santa Cruz	19	16,0
Santa Justa	17	14,2
S. Bartolomeu	16	13,4
total	119	99,9

Fonte: AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1620-1666.

As freguesias de Santiago e Sé mantêm a tendência de valores mais elevados no sentido de albergar o maior número de jovens respetivamente, 22 (19%) e 20 (17%), seguidas de Santa Justa com 17 (14%) e S. Bartolomeu com 16 (13 %).

Quadro 7 - Residência fora da cidade de órfãs dotadas entre 1640-1659

Localidades fora da cidade	Nº	%
Celas	4	25,0
Santa Clara	2	12,5
Poço do Bispo	1	6,25
Corujeira	1	6,25
S, Martinho do Bispo	4	25,0
Ceira	2	12,5
Almalaguês	1	6,25
Antanhol	1	6,25
Total	16	100

Fonte: AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1620-1666.

Em 1640-1659 aparecem as primeiras órfãs dotadas com residência fora da cidade embora em números bastante reduzidos quando comparados com as residentes em Coimbra e todas de localidades próximas da cidade. Pelo quadro 7, Celas e S. Martinho do Bispo apresentam valores iguais (4) e Santa Clara e Ceira têm também resultados idênticos (2). Nas restantes localidades habitava uma jovem.

Relativamente à naturalidade, muitas órfãs a viver em Coimbra eram naturais de outras zonas que podiam ser quer de limítrofes da cidade, quer de outras mais distantes. Nas eleições de 25 de março de 1690 apurámos que das duas órfãs com morada na freguesia de Santa Justa, uma era natural de Poiães e outra natural de Mortágua; cinco órfãs com morada na freguesia de Santa Cruz, eram naturais de Sangalhos, Farinha Podre, Fala, Vacariça e Paião; quatro, com morada na freguesia de Santiago, tinham nascido no Freixial (concelho de Castelo Branco), Águeda, Pedrulha e Luso; duas, moradoras na freguesia de S. Bartolomeu, uma era natural de Fala e outra de Ançã; três, com morada na freguesia de S. Cristóvão eram naturais de Espinho, Mortágua e Ribeira de Frades; outra órfã a viver na freguesia da Sé era natural de Ançã; uma outra vivia na freguesia de Salvador e era natural de Taveiro¹⁶¹.

Entre 1705 e 1719 foi efetuado um levantamento sistemático da naturalidade e residência das concorrentes, onde foram identificadas algumas variáveis que nos podem servir de exemplo para esclarecer um pouco do que seria o comportamento migratório das órfãs em estudo, mas para um esclarecimento efetivo deste movimento das órfãs

¹⁶¹ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704, fls. 39-42.

concorrentes aos dotes da Misericórdia de Coimbra entre 1750 e 1850 veja-se o estudo de Maria Antónia Lopes “Dos campos para Coimbra”¹⁶².

Ainda assim em 1705, das 85 concorrentes foram dotadas 17 (20%) e destas, 10 (59%) viviam na cidade. As não dotadas foram 68 (80%) e destas, 25 (37%) eram naturais de fora da cidade, mas com residência em Coimbra. As restantes 43 eram naturais de fora da cidade e moravam nos lugares de origem.

Em 1706, das 61 concorrentes foram dotadas 25 (41%), sendo 11 (44%) naturais de fora da cidade e residentes em Coimbra, nas freguesias de Santa Cruz (2, vivendo com a avó), Santiago (3), São Bartolomeu (3), Almedina (2) e Sé (1). Havia 14 (56%) naturais de fora da cidade e a viver no lugar de origem. Neste ano de 1706, 36 (59%) das órfãs não foram dotadas e destas, 25 (69%) eram naturais de fora de Coimbra com residência na cidade, 11 viviam nos lugares de origem, fora da urbe.

Em 1707, das 88 concorrentes foram dotadas 35 (40%). Destas, 14 (40%) eram naturais de fora da cidade e residentes em Coimbra e 21 naturais e residentes fora da cidade. Destas 21 órfãs dotadas naturais e residentes fora de Coimbra, 14 (67%) receberam dotes de 15.000 réis do legado de Luís Correia, legado que esteve presente desde a sua origem e maioritariamente prevalente nas dotadas de naturalidade e residência fora da cidade. As órfãs residentes na cidade, geralmente recebiam dotes de valores mais elevados, conforme verificado neste ano. Sirvam de exemplos as catorze dotadas com 25.000 réis, oito do legado de Francisco Lopes Teixeira, três da instituição de Filipe de Araújo e outras tantas com os dotes de André Bernardes Aires. As 53 concorrentes não dotadas viviam todas fora de Coimbra.

Em 1708, das 57 concorrentes foram dotadas 32 (56%) e destas, 5 (16%) eram naturais e residentes na cidade, 10 (31%) residiam na cidade, mas naturais de fora dela. 17 (53%) eram naturais e residentes fora da cidade nomeadamente em: Almalaguês 3;

¹⁶² “Dos campos para Coimbra: os migrantes nos arquivos da assistência e da repressão em finais de Antigo Regime” in Júlio Hernández Borge & Domingo González Lopo (dir.), *Movilidad de la población y migraciones en áreas urbanas de España y Portugal*, Santiago de Compostela, Universidade de Santiago de Compostela, 2009, pp. 93-129.

Ancião 1; Arganil 2; Castelo Viegas 2; Cordinhã 1; Eiras 2; S. Martinho do Bispo 2; Poiares 1; S. Paulo de Frades 3. As 25 (44 %) não dotadas eram todas naturais e residentes fora de Coimbra.

Em 1709, das 76 concorrentes foram dotadas 25 (33%) e destas 2 (8%) eram naturais e residentes em Coimbra, 23 (92%) nascidas fora, mas residentes na cidade, nas freguesias de Santa Justa (4), Santa Cruz (3), Santiago (8), S. Bartolomeu (5), Sé (2), S. Pedro (2) e S. Cristóvão (1). Cinquenta e uma (67%) ficaram sem dote e não foram identificadas as moradas.

Em 1710, das 87 concorrentes foram dotadas 43 (49%) e destas, 13 (30%) eram naturais e residentes na cidade, 30 (70%) naturais e residentes fora de Coimbra. Neste ano estiveram em destaque os legados de André Bernardes Aires com 29 dotes de 20.000 réis, Francisco Teixeira com 7 de 25.000 réis e Luís Correia com 5 de 15.000 réis. 44 (51%) das órfãs a concurso não foram dotadas e não foram identificadas as moradas.

Em 1711, das 85 concorrentes foram dotadas 28 (33%) e destas, 11 (39%) viviam na cidade, mas naturais: de Arganil 1; Barcouço 1; Lorvão 2; Sebal 2; Poiares 2; Almalaguês 1; Montemor 2. Dezassete (61%) eram naturais e residentes fora da cidade nas localidades de: Almalaguês 1; Alcarraques 1; Carapinheira 1; Castelo Viegas 1; Ceira 2; Condeixa 2; Eiras 1; Frutuoso 1; Granja 1; S. Paulo de Frades 2; S. Martinho de Árvore 1; S. Martinho do Bispo 1; Semide 1; Trouxemil. Das 17 órfãs naturais e residentes fora da cidade, 9 (53%) receberam dote de 15.000 réis de Luís Correia confirmando a incidência deste legado na dotação de órfãs naturais e residentes fora da cidade. 57 (67%) das concorrentes não foram dotadas.

Em 1712, das 44 concorrentes foram dotadas 35 (80%) e destas, 13 (37%) eram naturais e residentes em Coimbra, 22 (63%) naturais e residentes fora da cidade. Neste ano, 9 (21%) não saíram dotadas.

Em 1713, das 75 concorrentes foram dotadas 31 (41%) e destas, 8 (26%) residiam em Coimbra, mas não foi identificado o lugar de origem. 23 (74%) eram naturais e residentes de fora da cidade. Neste ano, 44 (59%) das concorrentes não foram dotadas.

Em 1714, das 13 concorrentes foram dotadas 8 (62%) todas residentes na cidade. As cinco não dotadas residiam fora da cidade.

Em 1715, das 109 concorrentes foram dotadas 105 (96%) e destas, 40 viviam na cidade e 65 (62%) fora dela. Neste ano, das dotadas com residência fora da cidade, 28 (70%) receberam dotes do legado de Luís Correia/legados miúdos. Até então Luís Correia contribuía com dotes de 15.000 réis e é a partir deste ano que vamos encontrar esta associação (5.000 réis de legados miúdos mais 15.000 réis do legado de Luís Correia) como já referido.

Em 1716, das 49 concorrentes foram dotadas 38 (78%) e destas, 34 (90%) eram naturais e residentes fora da cidade a quem foram entregues dotes de 15.000 réis do legado de Luís Correia mais 5.000 réis dos legados miúdos. Estas órfãs não urbanas eram das seguintes localidades: Anobra 2; Botão 2; Ceira 2; Condeixa 4; Eiras 4; Figueira do Campo 3; Friúmes 1; Lorvão 3; Palheira 2; Poiares 3; Sebal 1; Semide 1; Cernache 3 e 3 em S. Paulo (de Frades?)¹⁶³. Com isto, não se pode dizer que todas as residentes fora da cidade fossem contempladas com dotes de valores mais baixos. Pois outras havia que recebiam dotes de valores iguais às da cidade e que podiam rondar 20.000 e 25.000 réis ou mais. Do total das 49 concorrentes, 11 (22%) não foram dotadas e todas viviam fora da cidade.

Em 1717, das 52 concorrentes foram dotadas 46 (89%) e destas, 29 (63%) eram naturais e residentes fora de Coimbra, 17 (37%) viviam na cidade, não sendo identificada a naturalidade. De notar que mais uma vez, nove das órfãs naturais e residentes fora da cidade receberam dotes dos legados Luís Correia/legados miúdos no valor de 20.000 réis.

Em 1718, das 116 concorrentes foram dotadas 86 (74%) e destas, 32 viviam fora da cidade, e todas receberam dotes de 15.000 réis do legado de Luiz Correia. 16 viviam na cidade, sem que fosse identificada a naturalidade e de 38 nem sequer a morada.

¹⁶³ AMC, *livro dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719, fls. 43-47.

Em 1719, das 104 concorrentes 40 (39%) foram dotadas e destas, 21 (53%) viviam na cidade, mas não foi identificada a naturalidade. 19 eram naturais e residentes fora da cidade. Mais uma vez verificamos que 15 (79%) destas órfãs naturais e residentes fora da cidade receberam dote de Luís Correia/legados miúdos no valor de 20.000 réis cada. Relativamente às órfãs dotadas residentes em Coimbra voltamos a observar diferenças nos valores do dote atribuído. Assim, havia 7 de 25.000 do legado de André Bernardes Aires, 8 de 25.000 réis de Francisco Lopes Teixeira, 3 de 20.000 réis dos legados miúdos da Casa.

Resumindo: de 1088 concorrentes entre 1705 e 1719, foram dotadas 594 (55%), tendo-se verificado números e percentuais idênticos entre as que moravam em Coimbra e as que residiam fora, respetivamente 283 (48%) e 286 (48%), havendo ainda 25 jovens (4%) cuja morada não foi registada. As residentes fora da cidade recebiam dotes de menor valor, ressaltando para essas órfãs a importância do legado de Luís Correia (cf. Quadro 15 em Anexos).

2.2 IDADES

Relativamente às idades, foi avaliada a média das idades de 2930 (57,5%) do total desta população dividida em dois grupos: num de 1101 (37,6%) de órfãs concorrentes entre 1705 e 1719 cujas idades variaram entre 20 e 24 anos, sendo a idade média de 22,6 anos (cf. Quadro 16 em anexo); num outro grupo de 1829 órfãs (62,4%) contabilizadas entre 1720 e 1749 as idades variaram entre os 19 e 24 anos, fixando-se a média nos 22 anos exatos (cf. Quadro 17 em anexo). Comparando estes resultados com os obtidos em relação às órfãs que concorreram aos dotes da Misericórdia de Coimbra entre 1750 e 1849 em que se registava uma variação entre 19 e 27 anos¹⁶⁴, estamos perante uma população mais jovem.

¹⁶⁴ LOPES, Maria Antónia, *Pobreza assistência e controle social...*, vol. I, cit., p. 838.

No intuito de perceber se houve alterações em relação a um tempo anterior, procedeu-se também à recolha das idades das órfãs residentes em Coimbra entre 1620 e 1639, concluindo-se que 118 órfãs apresentavam idades entre 16 e 21 anos, com média de 18 anos de idade, conforme quando 5.

2.3 PERFIL SOCIOECONÓMICO

Para traçar o perfil sócio económico das órfãs, recorreremos às particularidades encontradas nos documentos relativamente às jovens a concurso cujos anos de recolha da informação figuram para cada grupo em análise, as quais vamos expor de forma sucinta.

A informação recolhida sobre com quem viviam as órfãs, poderá retratar um pouco a sua situação económica. Numa amostra aleatória de 133 jovens, de 1668 a 1749, 62 (47%) viviam em casa de particulares sem que, aparentemente, tivessem com eles laços de família, 47 (35%) residiam com a mãe, 20 (15%) com outros familiares e 4 (3%) no Recolhimento da Misericórdia. Verifica-se assim, que a maioria vive em casa de particulares o que pode entender-se como indicador de dependência económica (cf. Quadro 18 em anexo) Num outro grupo de 45 órfãs recolhidas também de forma aleatória entre os ditos anos (1668-1749), naturais de fora da cidade, 22% viviam igualmente em casa de particulares, 16% com a mãe e 9% em casa de outros familiares, desconhecendo-se o local de residência das restantes. (cf. Quadro 19 em anexo). Com a análise destas duas amostragens conclui-se que a maioria vivia em casa de estranhos, o que, decerto, era uma solução para fazer face às dificuldades económicas. Ao comparar estes resultados com o estudo de Maria Antónia Lopes para os 100 anos posteriores, pode dizer-se que esta situação era recorrente, verificando-se que a percentagem de dotadas a viver com estranhos era sempre a situação mais vulgar, sendo as avós e a mãe que surgem em segundo e terceiro lugar seguidas do tio¹⁶⁵.

¹⁶⁵ LOPES, Maria Antónia, *Pobreza assistência social...*, vol. I, cit., p. 842.

Continuando a procurar a caracterização económica destas jovens, recolhemos, mais uma vez por amostra aleatória entre 1668 e 1749, a ocupação de 420 pais. Assim, verificámos que se distribuíam pelos seguintes ofícios: alfaiate com 44 casos, (11%), oleiros com 34 (8,1%), sapateiros com 32 (8%) e tendeiros com 28 (7%). Seguem-se os barqueiros com 20 (5%), os carpinteiros com 19 (4,5%), os hortelãos com 14 (3,3%), e, todos com 12 ocorrências (3%), os artesãos, albardeiros, cerieiros, padeiros, pedreiros e trabalhadores rurais. Existem outras ocupações menos representadas: cordoeiro, cortador de carnes, tanoeiro, lavrador, pescador, serralheiro, almocreve, entre outras. Neste grupo de pais destacam-se oito irmãos da Santa Casa socialmente distintos dos restantes: quatro licenciados, um fidalgo da casa real, dois priostes da igreja de Santa Justa e um prioste da igreja de Santiago (cf. Quadro 20 em anexo).

3. FILHAS DE IRMÃOS DA CASA

As órfãs filhas de irmãos da Casa também eram eleitas, conforme se pode observar pelo quadro que se segue, onde figura uma pequena percentagem de apenas 0,7% em relação ao total de dotadas.

Quadro 7 – Órfãs de irmãos da Casa: anos, idades, dotes recebidos e seus valores em réis

Ano	Nome	Idade	Benfeitor	Dote
1668	Marta	30	Cofres da Casa	50.000
1668	Úrsula	28	Cofres da Casa	50.000
1687	Maria	28	Cofres da Casa	50.000
1687	Teresa	36	Cofres da Casa	50.000
1687	Mariana	31	Cofres da Casa	50.000
1688	Ana	32	Cofres da Casa	50.000
1689	Maria	23	Cofres da Casa	50.000
1692	Rufina	20	Cofres da Casa	50.000
1694	Maria	28	Cofres da Casa	50.000
1694	Sebastiana de Amorim	28	Bispo D. João Soares	20.000
1722	Bernarda	28	Legados Miúdos	60.000
1723	Escolástica	28	Legados Miúdos	60.000
1725	Escolástica	32	Legados Miúdos	50.000

Ano	Nome	Idade	Benfeitor	Dote
1727	Maurícia	28	Legados miúdos	50.000
1728	Joana	30	Legados Miúdos	40.000
1742	Maria	30	Legados Miúdos	60.000
Total	16	Média: 29		570.000

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1744; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1747 1761.

Completem-se os dados destes casos com referência também às moradas e com quem viviam: Marta era filha de Maria Teresa e órfã de António Simões, sapateiro de profissão, e vivia em casa do tio Manuel Simões; Úrsula vivia na cidade com a mãe e contraiu matrimónio com António Gomes, cerieiro de profissão e também residente na cidade¹⁶⁶; Maria vivia com a mãe na cidade, na Travessa das Olarias; Teresa com um irmão na Rua Direita; Mariana com a mãe na Rua do Corpo de Deus; Ana em casa de Mário Gomes na Rua de Coruche; Maria com a mãe; Rufina com a mãe no Beco do Cais; Maria com um tio; Sebastiana Amorim com a mãe na freguesia de Santa Cruz, casou com Bento da Fonseca, alfaiate, da freguesia de Santa Justa; Maria com um tio; Maurícia, que era filha de João de Faria, “Cirurgião, que foi irmão da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra e de sua mulher Águeda moradores no Ameal”, casou com Francisco Soares, sapateiro, filho de Manuel Soares, natural e morador em Ventosa do Bairro, o noivo recebeu carta de dote de 50.000 réis dos legados miúdos e assinou de cruz; Bernarda, filha de Fernando Sousa, vivia em Coimbra na freguesia de Santa Cruz e casou com Jorge Gaspar, natural e residente em Poiães, recebendo dote no valor de 60.000 réis dos legados miúdos; Escolástica, filha de Manuel Lopes, sapateiro, residente na cidade freguesia da Sé, casou com Francisco Pires também sapateiro e morador na mesma freguesia; outra Escolástica, residente na cidade, na freguesia de Santa Cruz, era filha de Manuel Francisco e casou com outro Manuel Francisco também residente na cidade e na mesma freguesia, recebendo dote de 50.000 réis dos legados miúdos; Joana, órfã de José da Cruz, vivia com a mãe na freguesia de Santa Cruz, casou com Manuel Gomes, sapateiro,

¹⁶⁶ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704, fls. 231-234.

residente na cidade e na mesma freguesia, recebeu dote de 40.000 réis dos legados miúdos¹⁶⁷. Finalmente, a última, Maria vivia com a mãe na freguesia de S. Salvador, casou com Francisco Marques, natural e residente em Vilela, recebeu 60.000 réis de legados miúdos.

E suma: a média de idades era substancialmente superior à das órfãs em geral, com diferenças de dez anos quando comparadas com as dotadas no vinténio de 1620-1639 e de sete em relação às dotadas entre 1705 e 1749. Os dotes recebidos também eram de valores mais elevados comparativamente aos atribuídos às órfãs em geral. Note-se que só uma recebeu dote de 20.000 réis do legado de D. João Soares, pois as restantes foram dotadas com 40.000, 50.000 e 60.000 réis, provenientes dos legados miúdos e dos cofres da Casa, tendo sido entregue às órfãs filhas de irmãos da Santa Casa, um total de 570.000 réis.

4. ENJEITADAS

As jovens expostas na Roda, não conhecendo a família de sangue e destituídas de bens também se candidatavam aos dotes sem distinção entre as demais concorrentes. Entre 1710 e 1736 encontrámos treze enjeitadas que casaram e receberam dote. Em estudos efetuados na centúria seguinte verificou-se que 55 expostas receberam dote¹⁶⁸.

Relativamente à identificação, morada, família de acolhimento e noivo salienta-se o seguinte:

Úrsula, que crescera em Castelo Viegas, vivia em Coimbra na casa de Francisco Simões (alfaiate); outra jovem também de nome Úrsula, morava na Conraria e casou com Bernardo, filho de Manuel Henriques e natural de Tondela; Maria residia em Sebal

¹⁶⁷ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734, fls. 49-54.

¹⁶⁸ LOPES, Maria Antónia, *Pobreza assistência social...*, vol. I, cit., p. 838.

Grande; Jacinta vivia na Lousã, foi dotada em abril 1723 e o dote entregue em maio do ano seguinte por ter casado com Manuel Jorge, filho de outro Manuel Jorge e de Antónia Simões residentes no mesmo lugar; Isabel residia na vila de Pereira; Maria, que vivia também na vila de Pereira, casou com Herculano da mesma localidade; Margarida vivia na cidade em casa de Teresa Pimenta Ferra; Mariana vivia na cidade, freguesia de S. Cristóvão, e casou com António Ribeiro, sapateiro e morador na freguesia de S. Pedro; Josefa, também residente na cidade, freguesia de S. Salvador, casou com Domingos Francisco; Antónia vivia na cidade, freguesia de Santa Justa, em casa de Francisco Dias, e casou com António Rodrigues natural do Lorvão; Josefa, residente em Semide, casou com António Francisco morador em Ribeira de Frades; outra jovem também de nome Josefa, vivia na cidade em casa de Teresa Pimenta Ferra, tal como Margarida, mas 9 anos depois; Vitoriana vivia com a mulher que a criou, Natália do Nascimento, na freguesia de S. Salvador em Coimbra.

Resumindo: 7 (54%) das enjeitadas viviam em Coimbra e 6 estavam dispersas por diversas localidades pouco distantes: Pereira (duas), Lousã, Semide, Sebal Grande e Conraria (Castelo Viegas). Um dos noivos exercia o ofício de sapateiro. Uma destas jovens vivia com a mulher que a criou e havia quatro expostas em casas particulares de Coimbra onde, decerto, serviam.

Em termos globais, 5 (38,5%) receberam dotes dos legados miúdos e dotes da Casa no valor de 20.000 réis cada, 8 (61,5%) receberam dotes de Miguel dos Rios e de André Bernardes. Ao todo, foram gastos com estas expostas 300.000 réis. As idades variavam entre os 14 e 23 anos, situando-se a média nos 17 anos (cf. Quadro 21 em anexo).

5. CRISTÃS-NOVAS E ÓRFÃS COM BENS DE RAIZ

Encontrámos duas órfãs cristãs-novas de nome idêntico que não foram dotadas: «Cizilia», de 16 anos de idade e residente na freguesia de Almedina, candidatou-se pela primeira vez em 1618; seguiram-se mais três inquirições e em 1620 entrou em sortes, mas não foi aprovada por ser filha de mãe cristã-nova e ter bens de raiz no valor de 90.380 réis, “mais dezasseis mil e tantos réis” de legítima do pai; «Cizilia» órfã com 14 anos de

idade, de boa fama, também era cristã-nova por parte da mãe, tinha legítima de bens móveis no valor de cento e oitenta réis, mais 15.000 réis de bens de raiz. Foi reprovada em 1620. Bastariam os bens que possuíam para não terem direito ao dote, mas a sua cristã-novice não deixou de ser considerada.

Houve outras órfãs, detentoras de bens de raiz, a concurso no ano de 1620: Ana, com 14 anos de idade, residente na cidade, freguesia de Salvador, que era “moça virtuosa, modesta e de boa fama”, mas não saiu em sortes por ter legítima do pai no valor de 54.918 réis; Manuela, 20 anos de idade, vivia com a mãe na cidade, freguesia de S. Salvador, foi reprovada por ter de legítima 37.000 réis; Madalena, 18 anos de idade, residente na freguesia de Almedina, não foi aprovada por ter de legítima do pai mais de 9.223 réis e bens de raiz no valor de 29.850 réis; Maria, de 25 anos de idade, órfã de pai e mãe, natural de Semide e a morar em casa do Dr. Simão Rodrigues, entrou em sortes, mas foi reprovada por ter 95.000 réis de legítima de seus pais; Inocência, de 18 anos de idade, moradora na Rua da Pedreira da freguesia de S. Cristóvão, foi a sortes, mas reprovada por ter 43.700 réis de legítima do pai “fora o que de sua mãe pode herdar”¹⁶⁹; Margarida, de 22 anos de idade, órfã de pai e mãe, natural de Fala e a morar com a irmã na cidade, Rua do Poço, constou ser “virtuosa, modesta e de boa fama” e entrou em sortes, mas foi excluída por constar que tem na sua terra “huas cazas e húa vinha e que são três irmãos”¹⁷⁰.

Em 1711, Maria de 24 anos de idade, Sebastiana de 23 e Luísa de 22, eram irmãs, moravam na cidade, na freguesia de S. Pedro e não entraram em sortes por terem legítima cujo valor não foi referido¹⁷¹; em 1714, Ana, com 24 anos de idade e residente em Penacova, foi também reprovada por ter legítima (com valor omitido)¹⁷²; e em 1717, Josefa, de 24 anos de idade, não entrou a sortes por ter legítima de 28.000 réis¹⁷³.

Comparando a média das idades destas jovens (20 anos) com a idade das órfãs conrrentes aos dotes entre 1705 e 1749 (22 anos) apresentam uma média de idade

¹⁶⁹ AMC, *Livro de inquirições das órfãs*, 1620, fls. 2- 207.

¹⁷⁰ AMC, *Livro de inquirições da órfãs*, 1620, fl. 326.

¹⁷¹ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719, fls. 11-14.

¹⁷² AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719, fls. 78-83.

¹⁷³ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719, fls. 110-115.

inferior a 2 anos, verificando-se ainda, que as primeiras 3 dotadas revelam idades em conformidade com as verificadas anteriormente na vintena de 1620-1639, cujas idades oxilaram entre 16 e 21 anos situando-se na média de 18 anos. (cf. Quadro 22 em anexo). Estes resultados permitem afirmar que as órfãs dotadas no início desta investigação eram de facto, muito mais jovens.

6. IRMÃS A CONCURSO NO MESMO ANO DE ELEIÇÕES

Era frequente no mesmo ano apresentarem-se em simultâneo várias irmãs. Apesar de nos documentos começarem a aparecer estes registos apenas no ano de 1662 e não terem surgido depois de 1738, pode ser dada uma ideia de como muitas órfãs irmãs de sangue procuravam a sua sorte com recurso ao dote no mesmo ano de eleições. Entre 1632 e 1738 foram identificadas 52 irmãs que passamos a apresentar:

Jerónima de 16 anos de idade e Maria de 15, residentes na cidade, saíram dotadas em 1632, mas perderam o dote por não casarem dentro de um ano. Isabel e Catarina foram ambas dotadas e receberam o dote. Também as irmãs Maria e Isabel foram dotadas no mesmo ano, todavia uma delas perdeu dote do legado de D. João Soares por não casar dentro do prazo. Em 1643, mais duas irmãs saíram dotadas com dotes da Casa de 20.000 réis¹⁷⁴. Ana, de 22 anos de idade e Madalena de 23, órfãs de Simão António e a viver com a mãe no lugar da Mizarela (termo da cidade), foram dotadas com dote de 20.000 réis, um da Casa e outro do legado de D. João Melo¹⁷⁵. Em 1706, eram dotadas com 20.000 réis, duas irmãs residentes em Ceira e mais duas em Eiras, tendo uma recebido dote de 20.000 réis e outra de 15.000 réis do legado de Luís Correia. Em 1711, foi a vez das irmãs Maria, de 21 anos de idade, e Catarina de 23, residentes na cidade; foram as duas dotadas com dotes da Casa e de D. João Soares. Em 1712, Maria, de 20 anos de idade e Isabel de 21, filhas de Inácio Simões e de Ana, com morada no Arieiro, saíram as duas em sortes, mas só uma foi dotada, com 25.000 réis. Em 1713, Benta de 24 anos e Joana de 25, filhas Manuel Soares e residentes na cidade, foram dotadas com dotes de 20.000 réis, um da

¹⁷⁴ AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1620-1666, fls. 54 a 60.

¹⁷⁵ AMC, *Livro de dotes e eleições das órfãs*, 1668-1694, fls. 216-220.

Casa e o outra de D. João Soares. Em 1714, Bernarda de 24 anos de idade e Joana de 21, órfãs de Manuel Francisco e moradoras nos Carvalhais, foram também dotadas com 20.000 réis cada¹⁷⁶. Maria, de 27 anos de idade, e Úrsula de 23, filhas de Manuel Mota foram a sortes, mas não saíram dotadas¹⁷⁷ e o mesmo sucedeu em 1722, às irmãs Maria com 30 anos de idade e Mariana de 28¹⁷⁸.

Nas eleições de 1724 concorreram as seguintes irmãs: Maria de 19 anos de idade e Teresa de 22, residentes em S. Martinho do Bispo, que saíram dotadas com dotes de 20.000 réis, um de João Batista tabelião e outro de legados miúdos associados aos de Luís Correia; Comba, de 24 anos de idade e Benta de 21, com morada em S. Martinho do Bispo, tendo sido dotadas com 20.000 réis dos legados miúdos/Luís Correia. Ainda em 1724, mais duas órfãs com morada na cidade foram dotadas com 25.000 réis cada uma do legado de Francisco Lopes Teixeira; uma casou com Manuel Francisco residente na Pedrulha, (sapateiro), e a outra, com outro Manuel Francisco morador no Arieiro¹⁷⁹. Maria, de 30 anos, e Úrsula, de 28, residentes em Ceira saíram dotadas com dotes de 20.000 réis do legado de D. João Soares; Madalena, de 25 anos de idade e Maria de 30, de Condeixa, foram as duas a sortes, mas só Madalena saiu dotada com dote da casa no valor de 20.000 réis¹⁸⁰; Maria de 26 anos e Luísa de 19, órfãs de Manuel Francisco e com morada em S. Bartolomeu, saíram com dotes da Casa de 20.000 réis; Joana de 22 anos e Luísa de 19, filhas de Manuel Bernardes com morada na freguesia da Sé, foram dotadas com 25.000 do legado de André Bernardes Aires¹⁸¹; Josefa de 28 anos, Felícia de 25 e Joana 22 anos, todas irmãs a residir em S. Paulo (sic) foram a sortes, mas só Josefa saiu dotada com dote dos legados miúdos/Luís Correia; Maria de 24 anos e Úrsula de 20, filhas de Francisco, concorreram, mas não saíram dotadas¹⁸²; Antónia de 25 anos de idade e Maria de 22, filhas de André Simões residentes em S. Martinho do Bispo concorreram as duas, mas só uma foi dotada com 20.000 réis dos legados miúdos/Luís Correia¹⁸³; Joana

¹⁷⁶ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719, fls. 179-182.

¹⁷⁷ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734, fls. 56-63.

¹⁷⁸ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734, fl. 79.

¹⁷⁹ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734, fls. 125-129.

¹⁸⁰ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734, fls. 130-134.

¹⁸¹ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734, fls. 10-14.

¹⁸² AMC, *Livro de dotes e recebimento das órfãs*, 1719-1734, fls. 54-57.

¹⁸³ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747, fls. 62-67.

e Rosa, filhas de Luís Coelho, moradoras na cidade, freguesia de S. Bartolomeu foram dotadas com 47.000 réis dos legados miúdos¹⁸⁴; concorreram juntas as três irmãs Joana de 22, Isabel de 19 e Maria de 21 anos de idade, filhas de Luís Teixeira e residentes em Almalaguês, mas só duas saíram dotadas com 20.000 réis de legados miúdos/Luís Correia; por fim, Ana de 23 anos de idade e Luísa de 19, órfãs de Pedro Carvalho, não saíram dotadas¹⁸⁵.

Em síntese, destas 52 órfãs, foram dotadas 35 (67,3%), com dotes no valor total de 757.000 réis, não dotadas 14 (27%) e 3 (6,3%) perderam o dote. As idades variavam entre os 15 e 30 anos, situando-se a média em 22 anos, idêntica à observada nas órfãs em geral que concorreram entre 1705-1749. As residentes na cidade usufruíram de dotes de maior valor, pois os dos legados de André Bernardes Aires e Francisco Lopes Teixeira, que previam dotar órfãs da cidade, eram de 25.000 réis. Outras duas com morada na cidade, receberam dotes de 47.000 réis cada uma de legados miúdos. Às dotadas com residência fora de Coimbra eram atribuídos dotes de 20.000 réis, sendo os mais numerosos os de Luís Correia/legados miúdos, o que confirma como os dotes deste legado foram importantes na dotação de órfãs residentes fora da cidade conforme referido (cf. quadro 23 em anexo).

7. COMPORTAMENTOS E RELAÇÃO COM A PERDA DE DOTE

O comportamento das órfãs descrito pelos inquiridores influenciava as decisões da Mesa na atribuição de dotes, mas “os informes podiam ser (e eram certamente em muitos casos) concertados com as interessadas e seus protetores, condicionados por relações de poder ou motivados por inimizades”¹⁸⁶. Noutros casos, depois de dotadas perdiam o dote por não respeitarem as regras impostas pelo compromisso, conforme veremos de seguida.

Começamos pelos comportamentos que podiam levar à não atribuição do dote exemplificados com as informações recolhidas nas inquirições de 1620: Madalena,

¹⁸⁴ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734 -1747, fl. 83.

¹⁸⁵ AMC, *Livro de dotes e recebimento das órfãs*, 1734-1747, fls. 100-115.

¹⁸⁶ LOPES, Maria Antónia, *Pobreza assistência e controle social...*, vol.I, cit., p. 851.

residente na freguesia de S. Salvador, já tinha sido submetida a quatro inquirições, tendo as testemunhas declarado na última (1620), que “esta moça se queria enforcar e se não lhe acodissem a ter mão della e desatarenlhe o baraço que se enforcava por causa de uns tostões que ella tinha, os emprestou e lhos negaram”. Foi aprovada porque reunia todos os requisitos do compromisso¹⁸⁷. No mesmo ano, Maria, de 14 anos de idade, órfã de pai e mãe, entrou em sortes e foi aprovada porque segundo certidão do juiz dos órfãos, Domingos Francisco Silveira, “é moça recolhida e bem-parecida que não anda por fora e se recolhe com sua avó velha e muito pobre”¹⁸⁸.

Mas também nesse ano de 1620, várias foram reprovadas por não terem sido consideradas virtuosas. Maria, filha de Domingos com morada na freguesia de S. Salvador, porque segundo as testemunhas “não conservou a virtude”¹⁸⁹. Outra Maria, de 20 anos de idade, órfã de Manuel Simões, teve a mesma sorte. Soube-se por testemunhas “de autoridade dignas de fee não conservar a virtude que para ser dotada com os dotes desta Santa Casa se requiere”. Como estipulava o Compromisso, foram destruídas a petição com a certidão de idade e inquirições, ficando o assento no livro para lembrança da Casa assinado pelo provedor D. Miguel de Castro em abril de 1620¹⁹⁰. E Ângela, órfã de Gaspar Rodrigues e natural de S. Pedro de Farinha Podre com morada em Coimbra, freguesia de Santa Justa, foi reprovada porque se constou que “não tem as partes que se requerem para ser dotada com os dotes desta Santa Casa”¹⁹¹. Ainda em 1620, Maria de 17 anos de idade, órfã de pai e mãe, natural do Avelar e moradora em casa de Isabel Bernardes, viúva, na Rua de Coruche, freguesia de Santiago, segundo as inquirições constava ser “virtuosa, modesta e boa fama”. Mas no fim de todas as informações foi lançado o seguinte termo:

“esta órfã por informação que o provedor tomou comigo, escrivão e alguns irmãos da Mesa ficou reprovada e não pode entrar a sortes por não ter as partes que se requerem de que tudo se [...] que constou per testemunhas de autoridade e dignas de fee não

¹⁸⁷ AMC, *Livro de inquirições das órfãs*, 1620, fl. 101.

¹⁸⁸ AMC, *Livro de inquirições das órfãs*, 1620, fl. 106.

¹⁸⁹ AMC, *Livro de inquirições das órfãs*, 1620, fl. 103.

¹⁹⁰ AMC, *Livro de inquirições da órfãs*, 1620, fl. 326.

¹⁹¹ AMC, *Livro de inquirições das órfãs* 1620, fl. 435.

conservou a virtude que para ser dotada com os dotes desta Santa Casa se requiere, pelo que se reprova”¹⁹².

Já a Margarida, em 1716, não lhe permitiu entrar em sortes porque vivia só¹⁹³.

Outras razões, não comportamentais, levaram à exclusão dos concursos como sucedeu com Manuela, de 20 anos de idade, e Maria, de 19 anos, ambas em 1620, que foram reprovadas por não apresentarem um atestado do juiz dos órfãos com declaração do valor da legítima¹⁹⁴. Ou, como sucedeu em 1711, Isabel de 25 anos de idade, órfã de André Rodrigues e a viver com a mãe na cidade, freguesia de Santiago, não recebeu o dote porque se soube que estava jurada¹⁹⁵.

Noutros casos, eram dotadas, mas depois a carta de promessa era cassada ou porque não conseguiam casar dentro do prazo ou porque violavam as condições impostas. Exemplo da primeira situação é o de Maria, de 30 anos de idade, filha de António Rodrigues e de Ana João, ambos falecidos, e a viver na Marmeleira em casa do cunhado, que em 1694 perdeu o dote por não casar dentro do prazo. Voltou a candidatar-se em 1696, mas não saiu dotada¹⁹⁶. Por desvios cometidos após a atribuição de promessa de dote, encontram-se os casos de Ana, órfã de pai, filha de José Rodrigues e de Maria Vieira, naturais de Vila Nova de Gaia, com residência em Coimbra Rua Direita, freguesia de Santa Justa, que tinha saído dotada em 1695, mas perdeu o dote três anos depois por faltar às condições do compromisso, sem que se esclareça quais. No mesmo ano, Isabel, órfã de António Rodrigues Fatela e de Isabel Simões, com morada na Quinta do Dr. António da Maia Aranda, freguesia da Sé, perdeu o dote por casar sem licença da Mesa. O provedor, Dr. André Bernardes Aires, e mais irmãos reunidos em Mesa, decidiram prover com estes dois dotes, a quem mandaram passar cartas de promessa, duas órfãs que tinham sido aprovadas no ano anterior por serem “bem procedidas estarem capazes e merecedoras dos ditos dotes”: Maria, órfã de António Campos e de Catarina Moreira, moradora na freguesia de S. Cristóvão, e Francisca, órfã de Manuel Francisco Godinho,

¹⁹² AMC, *Livro de inquirições das órfãs*, 1620, fl. 324.

¹⁹³ AMC, *Livro de dotes e recebimento das órfãs*, 1705-1719, fls. 135-137

¹⁹⁴ AMC, *Livro de inquirições*, 1620, fls. 2-207.

¹⁹⁵ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719, fls. 133-134.

¹⁹⁶ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1666-1704, fl. 179.

irmão da Santa Casa e de Domingas João, moradora em Santa Clara¹⁹⁷. E, como último exemplo, em 1716 e 1717 duas dotadas perderam os dotes porque se ausentaram sem licença da Mesa¹⁹⁸.

Podemos, portanto, concluir que o processo de dotação das órfãs pela Misericórdia de Coimbra estava de facto, sujeito a rigoroso escrutínio, tanto na altura da seleção, como nos anos que se seguiam, até se casarem.

8. ÓRFÃS DOTADAS E CASADAS

Segue-se a apresentação das órfãs dotadas e casadas entre 1667 e 1749. Esta avaliação inicia-se só a partir de 1667 porque antes não foram encontrados registos de casadas. Para avaliação da evolução ao longo destes 83 anos, foram estabelecidas quatro séries de 20 anos e uma de 23, sendo esta a fórmula encontrada para incluir todos os anos em análise.

Quadro 9 - Órfãs dotadas e casadas entre 1667 e 1749

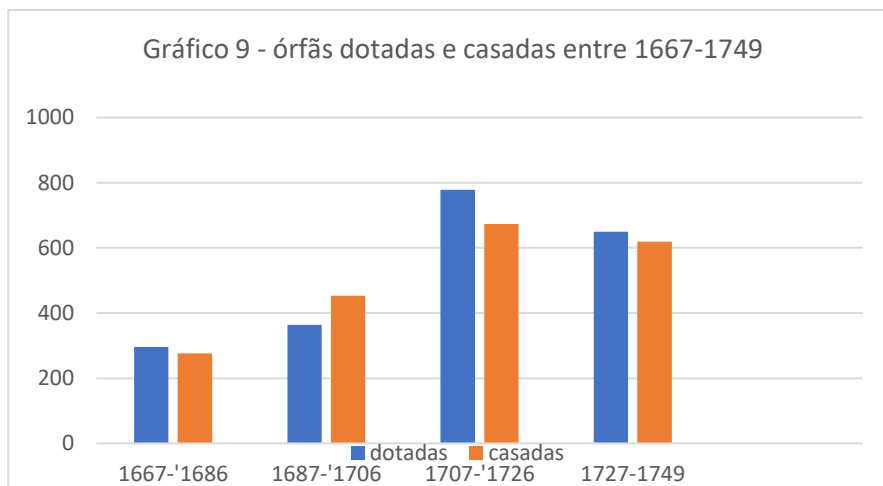
Anos	Dotadas	Casadas	% dotadas/casadas
1667-1686	296	276	93,2
1687-1706	364 ¹⁹⁹	453	124,5
1707-1726	778	673	85,5
1727-1749	650	619	95,2
Total	2088	2021	96,8

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1667- 1678; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1704-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1744; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1747-1761.

¹⁹⁷ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1666-1704, fls. 146-236.

¹⁹⁸ AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719, fls. 135-139.

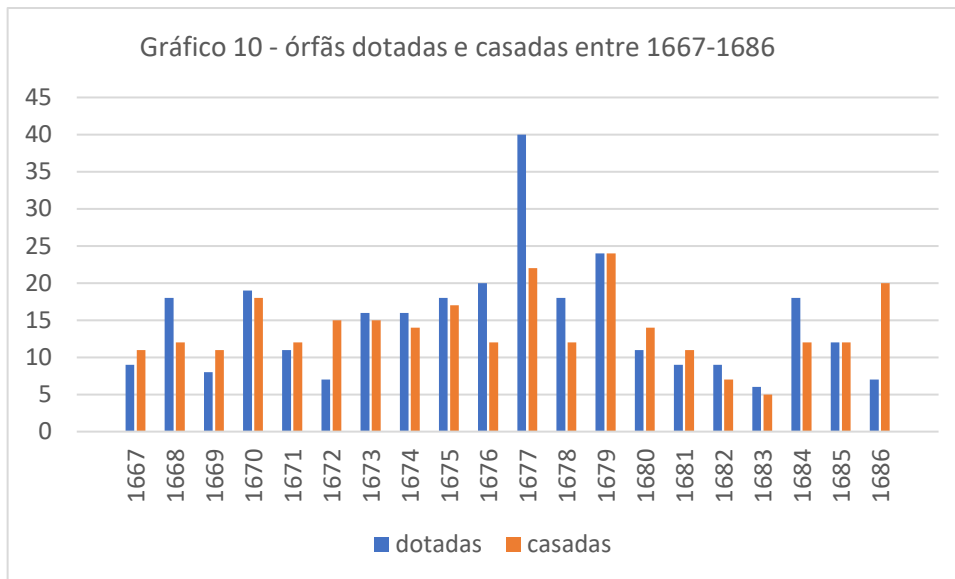
¹⁹⁹ Ignoramos o número de dotadas em 1702.



Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1667- 1678*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1668-1704*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1704-1719*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1744*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1747-1761*.

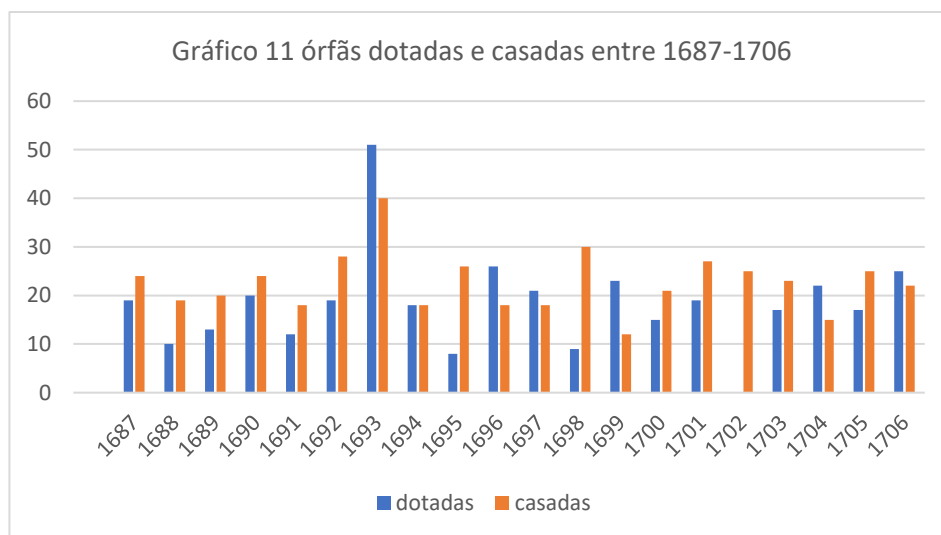
Nos primeiros 20 anos em análise, o número de dotadas é superior ao número de casadas, verificando-se o inverso no vinténio seguinte. É claro que isto só é possível porque casaram nestes anos jovens dotadas no período anterior. Em 1707-1726 essa proporção baixa, voltando a subir nos últimos 23 anos. O que importa salientar é que, em termos globais, 97% das órfãs dotadas contraíram matrimónio – o que revela uma grande eficácia destes dotes no auxílio ao casamento.

Através dos gráficos que se seguem (e dos quadros nº 24-27) apresenta-se a distribuição anual dentro de cada uma das séries definidas para avaliação da sua variabilidade.



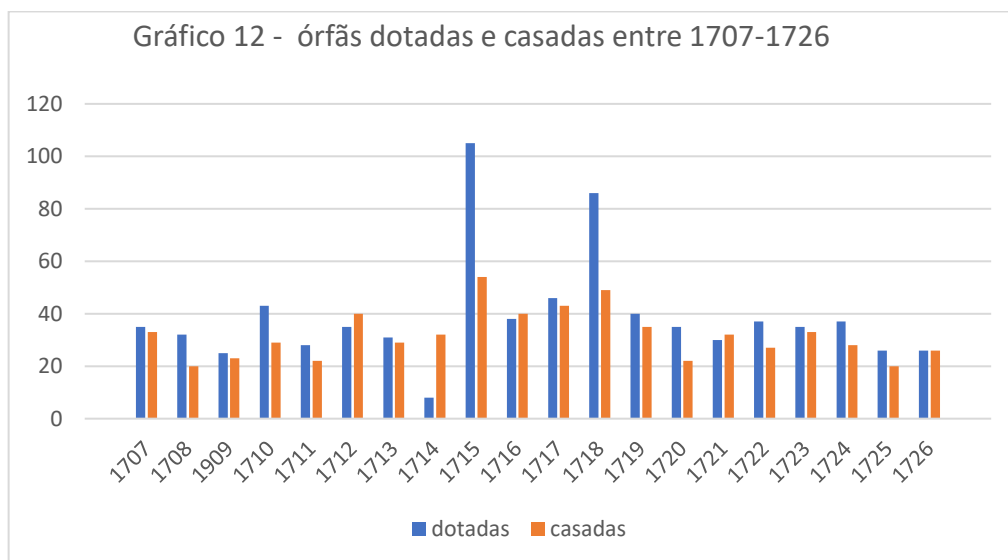
Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1667 1678*; *Livro de dotes e recebimento das órfãs, 1668-1704*.

Entre 1667-1686 verifica-se um relativo equilíbrio entre dotadas e casadas embora 1677 apresente um pico acentuado de dotadas em relação às casadas. Contudo, 93% de casadas é um indicador de que os anos negativos foram compensados por outros que apresentavam elevado número de casadas em relação às dotadas conforme indicam as colunas do Gráfico e os valores enumerados no quadro de referência.



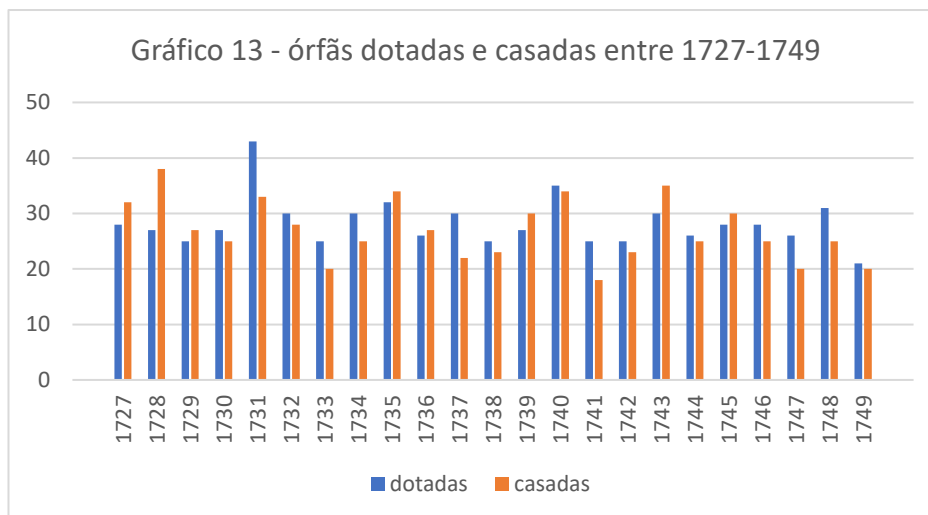
Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimento das órfãs, 1668-1704*; *livro de dotes e recebimento das órfãs, 1704-1719*.

Na maioria dos anos 1687-1706, o número de casamentos foi superior ao de dotações, verificando-se alguns anos com grandes diferenças como, 1695 quando se registam 325% de casadas em relação às dotadas e em 1698, com 333%. Estamos perante um resultado indicativo de casamentos não coincidentes com o ano em que são atribuídos os dotes.



AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1704-1719; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1744.*

Nos primeiros sete anos do vinténio 1707-1726 verificou-se que a relação entre dotadas e casadas estava equiparada. Em 1714 os casamentos sobem para 400% em relação às dotadas, voltando ao equilíbrio nos restantes anos, com exceção de 1715 e 1718 em que casaram poucas em relação às que foram dotadas



AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1744*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1747-1761*.

Nos últimos 23 anos em análise a relação dotadas/casadas apresenta-se equilibrada praticamente em todos os anos.

CONCLUSÃO

Findo este trabalho, apresentamos as conclusões de cada um dos capítulos.

No capítulo I foi passada em revista quando, como, e quem fundou a primeira Misericórdia em Portugal, quantas foram fundadas até aos dias de hoje, como estavam organizadas e qual era a sua vasta ação social. Esteve em destaque a fundação e organização da Misericórdia de Coimbra com referência aos requisitos exigíveis aos mesários e mais irmãos. Tal como outras, esta Santa Casa também começou por ser pobre. Inicialmente instalada na então catedral da cidade, hoje conhecida por “Sé Velha”, no período que tratamos funcionava na Baixa, em edifício construído por cima da igreja de Santiago. Veio depois a instalar-se no extinto Colégio de Santo Agostinho, também conhecido por colégio Novo, que recebeu em doação pela Carta de Lei de 15 de novembro de 1841, e onde ainda se encontra.

No segundo capítulo foi contextualizada a filosofia que preconizava a dotação de mulheres, principalmente órfãs pobres, e outros, durante a Idade Moderna, com destaque para os requisitos exigidos às candidatas em termos comportamentais, quer antes, quer depois de passada carta de promessa de pagamento do dote. Foi ainda, e de forma minuciosa, descrito todo o processo de candidatura das órfãs aos dotes da Misericórdia de Coimbra segundo o compromisso de 1620. Também foram identificados os instituidores dos dotes atribuídos entre 1620 e 1749, bem como o número de dotes providos por cada um, num total de 2.648.

No capítulo III, dedicado às órfãs parentas, estiveram em destaque os criadores destas dotações cuja administração entregaram à Misericórdia de Coimbra: Manuel Soares de Oliveira, Bento Soares da Fonseca, Francisco Lopes Teixeira e Rodrigo Caldeira de Azevedo.

Determinou Manuel Soares de Oliveira no seu testamento em 1674 que se dotasse anualmente com 400.000 réis uma parenta sua, da parte do pai ou da mãe; e, que, não havendo candidatas parentas, o valor seria distribuído em dotes de menor quantia por órfãs estranhas pobres sem condição de parentesco. Verificou-se o seguinte: entre 1683 e 1749 foram entregues 59 dotes e deste total 5 (8,5%) foram constituídos por dotes de

400.000 réis e 54 (92%) por dotes de 100.000 réis num valor global de 7.400.000 réis; a idade das dotadas variava entre os 18 e 44 anos, situando-se na média de 22 anos; 93% moravam na vila de Pereira ou em lugares limítrofes, conforme exigência do benfeitor, e 2% residiam em Coimbra; 5 (9%) das dotadas eram viúvas e dois de dezasseis noivos (12,5%) também apresentavam estado de viuvez. A atribuição da promessa do dote e o casamento geralmente ocorriam no mesmo ano. Entre a entrega da licença de casamento por parte dos noivos e a data do matrimónio podiam decorrer alguns meses e os casamentos realizavam-se na igreja da Santa Casa.

Bento Soares da Fonseca fazia constar no seu testamento deixado à Misericórdia de Coimbra em 1730, que se dotasse em cada ano uma parenta sua com duzentos mil réis. Num total de 37 dotes, 29 tiveram esse valor, três foram de 100.000 réis e cinco de 50.000 réis, tendo sido distribuídos com dotes deste legado, um montante de 6.350.000 réis. O dote tanto podia ser entregue ao noivo, como requerido por um procurador. Quer num caso quer no outro, eram gerados termos de entrega do dote. Dos 37 dotes, atribuídos, 35% foram requeridos por procuradores e 65% entregues ao noivo. Dos 20 noivos identificados, 25% assinaram carta de entrega do dote, 69% dos procuradores assinaram por mão própria e 31% assinaram de cruz. 54% dos nubentes viviam na mesma comunidade. Quatro dotes de 50.000 mil réis foram entregues a freiras que professaram no mosteiro de S. Domingos das Donas em Santarém, das quais três eram irmãs e a quarta prima em 1º grau, tendo em comum o mesmo procurador, o Dr. António Francisco Ribeiro.

Em 1699, Francisco Lopes Teixeira mandou que do seu legado se dotassem anualmente duas parentas suas com 100.000 réis cada. Dos 258 dotes do legado deste benfeitor, 75 (29%) foram entregues a parentas. Destas, 3 (4%) receberam dotes no valor de 250.000 réis cada uma e 72 (96%) de 100.000 réis. Portanto, deste legado canalizou-se para a dotação de órfãs parentas um total de 7.950.000 réis. Neste grupo de dotadas, nove (12%) tinham o título de Dona e apesar do testamento não prever dotar viúvas, foi uma viúva dotada. 50 (67%) destas dotadas residiam em Coimbra, 5 (7%) em Taveiro, 4 (5%) em Pereira e as restantes estavam distribuídas por diversas localidades do bispado. Por sua vez, dos 52 noivos identificados 21 (40,4%) também tinham morada na cidade. Três dos noivos eram alfaiates, e viviam em Coimbra, outro era natural de Sortelha,

residia em Coimbra e era cordoeiro; portanto, pelo menos 8% dos noivos exerciam um ofício. 4% assinaram carta de entrega do dote por mão própria.

Rodrigo Caldeira de Azevedo, em 1655, deixava em testamento à Santa Casa um legado para dotar em cada ano duas órfãs da geração de sua mãe no valor de 24.000 réis cada dote. De 1665 até 1749 foram entregues 80 dotes num valor total de 1.920.000 réis. Foram identificadas 80 órfãs e 60 dos seus maridos com respectivas moradas. 51% dos nubentes residiam na mesma área de influência.

O capítulo IV foi dedicado às órfãs ordinárias, a larga maioria das dotadas, pois de um total de 2.648 dotes providos pela Santa Casa de Coimbra, 2.397 (91%) foram concedidos a órfãs estranhas, sendo com estes valores (dotes atribuídos) e ainda com o total de órfãs concorrentes, dotadas e não dotadas, que se trabalhou. Assim, entre 1620 e 1749 concorreram a estes dotes 5.098 órfãs, foram dotadas 2.397 (47%) no valor de 48.092.000 réis, ficando, portanto, afastadas dos concursos 2.701 (53%) raparigas.

Ao serem avaliados os primeiros 40 anos e comparando os resultados entre si, o primeiro vinténio com 45%, apresentou maior percentual de dotações face aos 37% do segundo vinténio. Depois destes quarenta anos, as concorrentes e dotadas aumentaram de forma gradual e atingiram-se 52% e 54% de dotações nos dois vinténios seguintes com tendência para a subida de candidatas aos dotes nos últimos dez anos em análise. O aumento constante de concorrentes e dotes atribuídos ficou a dever-se não só à crescente apetência das órfãs em adquirir dote para possibilitar o casamento e constituir família, como à receção de novos legados destinados a dotes.

No que se refere à naturalidade das órfãs, muitas a viver em Coimbra eram naturais de outras zonas que poderiam ser limítrofes da cidade ou mais distantes, como Poiares, Mortágua, Sangalhos, Farinha Podre, Paião, Águeda, Luso, Ançã e outras localidades. Das 2.397 dotadas, 1.156 (48%) moravam na cidade, 856 (35,7%) viviam fora da cidade e de 279 (12%) ignora-se a residência. Das 2.701 não dotadas, 568 (21%) viviam na cidade, 1.472 (54%) viviam fora, sendo desconhecida a morada de 661 (24%). As residentes no núcleo urbano da cidade viviam em maior número nas freguesias de

Santiago, Sé, S. Bartolomeu e Santa Justa seguidas de Almedina, Santa Cruz, Salvador e S. Cristóvão.

Num grupo de 133 órfãs a concurso verificou-se que 46 (35%) eram naturais de Coimbra e 87 (65%) naturais de fora. Num outro grupo de 45 concorrentes, 23 (51%) não eram naturais de Coimbra, mas viviam aqui, 22 (49%) eram naturais de fora da cidade e habitavam nos locais de origem. A morada em Coimbra era um fator favorável à atribuição de dotes o que se refletia nas maiores percentagens (55%) de dotadas, mas outro fator estava relacionado com os dotes deixados por alguns benfeitores, como acontecia com Francisco Lopes Teixeira, Miguel dos Rios, André Bernardes Aires e João Batista tabelião, que privilegiavam as jovens com morada em Coimbra.

A média de idades das órfãs concorrentes aos dotes entre 1705 e 1719 variava entre 20 e 24 anos, situando-se na média de 22,6 anos. A média de idades das concorrentes entre 1720-1749 variava entre 19 e 24 anos sendo a média de 22 anos.

Quanto à caracterização socioeconómica das órfãs: num grupo das 133, 62 (47%) viviam em casas particulares e num outro grupo das 45 órfãs (22%) residiam em casas de particulares e no Recolhimento. Numa amostragem de 420 pais das órfãs, 44 (11%) tinham tido o ofício de alfaiate, 34 (8%) de oleiro, 32 (8%) de sapateiro, 28 (7%) de tendeiro, 20 (5%) de barqueiro, 19 (4,5%) de carpinteiro e 14 (3,3%) de hortelão. Havia ainda albardeiros, cerieiros, padeiros, pedreiros e trabalhadores rurais com valores iguais 12 (3%). Existiam outros ofícios com menor representatividade, como cordoeiro, cortador de carnes, tanoeiro, lavrador, pescador, serralheiro, almocreve e outros. Havia também entre esses pais falecidos oito irmãos da Santa Casa, quatro licenciados, um fidalgo da casa real e três priostes.

Entre 1668 e 1742 foram identificadas dezasseis órfãs de irmãos da Casa com dotes cujos valores se situaram entre 40.000 e 60.000 réis, à exceção de um de 20.000 réis, tendo sido gastos neles um total de 570.000 réis. As idades destas órfãs variavam entre 20 e 36 anos, situando-se na média de 29 anos. O pai de uma destas órfãs havia sido cirurgião e o pai de outras duas fora sapateiro. Quanto aos noivos, houve três sapateiros, um alfaiate e um cerieiro.

Foram identificadas 52 irmãs de sangue que, entre 1662 e 1738, se apresentaram a concurso no mesmo ano de eleição, das quais 35 (67%) foram dotadas com um total de 757.000 réis. As idades variavam entre os 15 e os 30 anos, situando-se a média nos 22 anos.

Entre 1710 e 1736 foram identificadas treze jovens enjeitadas que casaram e receberam dotes no valor total de 300.000 réis. As idades variaram entre os 14 e 23 anos, com a idade média de 17 anos.

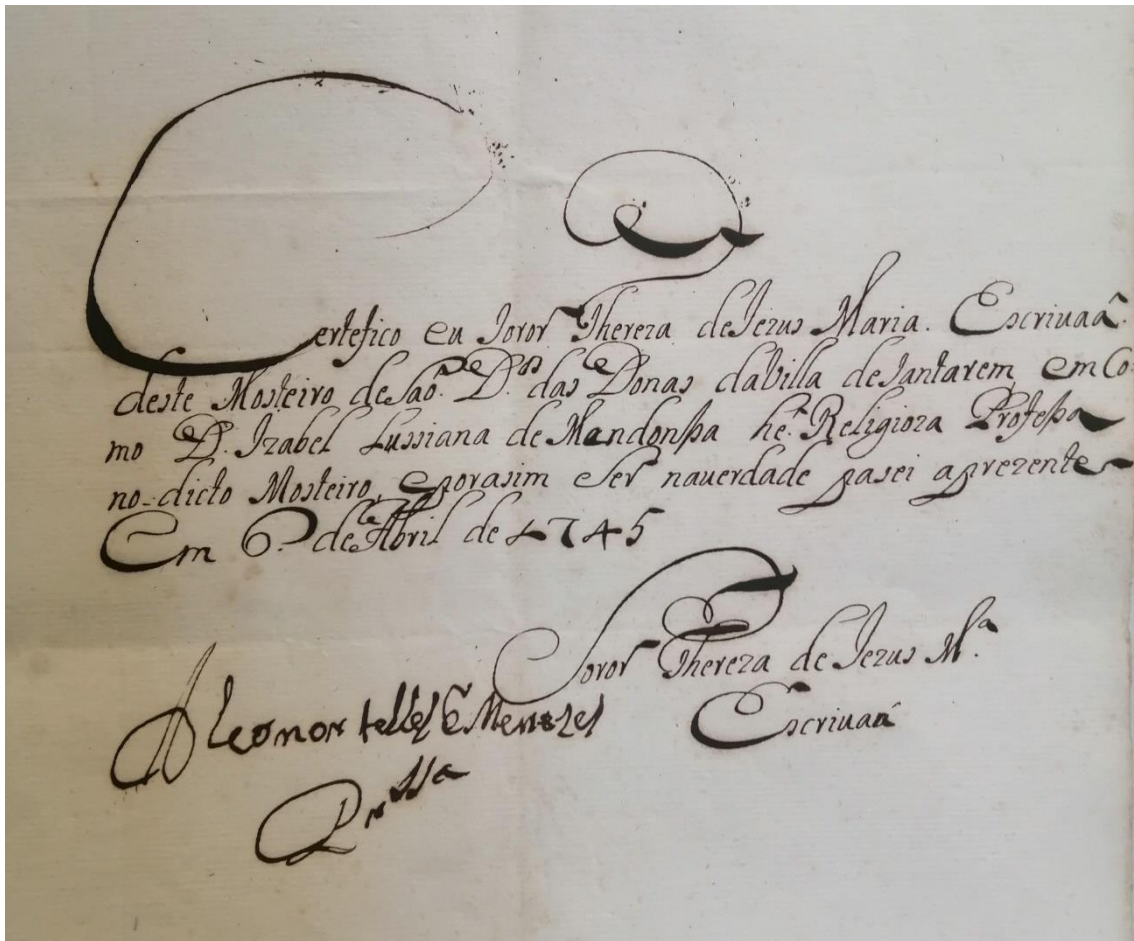
Sobre cristãs novas e órfãs com bens de raiz, encontraram-se duas candidatas cristãs novas que não foram dotadas por terem mãe cristã nova e bens de raiz. Foram identificadas mais nove órfãs excluídas por terem bens de raiz. A média de idades destas jovens situava-se nos 20 anos, o que representava menos 3 anos e menos 2 anos quando comparadas com os grupos de concorrentes nos anos de 1705-1719 e 1720-1749 respetivamente.

Relativamente aos comportamentos pessoais que impediram a atribuição do dote ou posteriormente a sua perda, os mais frequentes foram: “estava jurada”, “não conservou a virtude”, “ausentou-se do domicílio”, “casou sem licença da Mesa”, “ausentou-se da cidade”.

Entre 1667-1749 a Misericórdia de Coimbra dotou 2.088 órfãs e acompanhou o casamento de 2.021 (97%), o que foi, sem dúvida, um sucesso desta modalidade assistencial, comprovando a eficácia da organização e a relevância social dos dotes de caridade atribuídos a órfãs pobres.

ANEXOS

Figura 1 - Declaração da priora do mosteiro de S. Domingos das Donas



Este foy eu Soror Thereza de Jezus Maria. Escriuaã.
deste Mosteiro de Sao. D. das Donas da Villa de Santarem em Co.
mo D. Izabel Lusiana de Mendonça he Religioza Professa
no dicto Mosteiro e por assim ser na verdade passei a presente
Em 6. de Abril de 1745

Leonora Feliz Menezes
Quella Soror Thereza de Jezus M.
Escriuaã

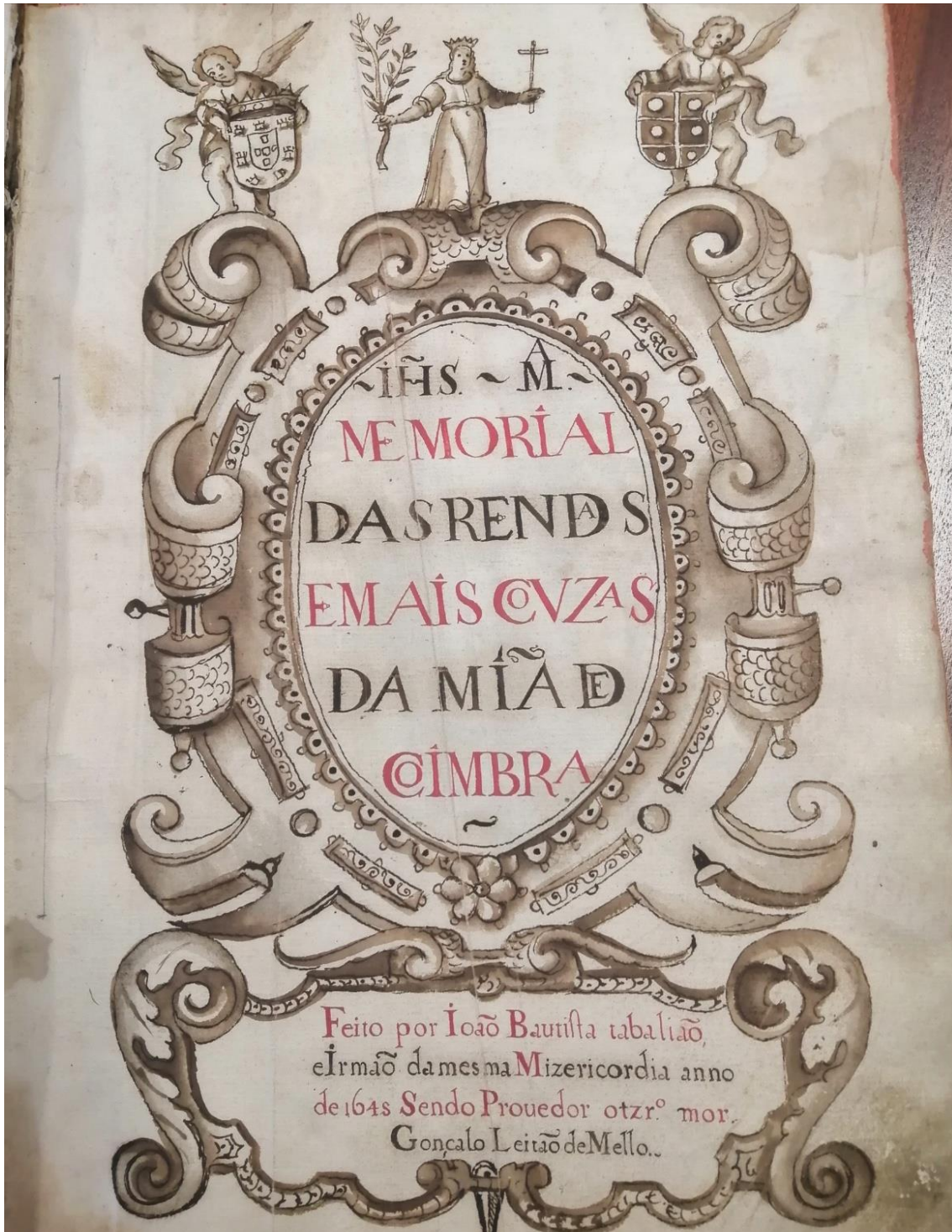
Fonte: AMC, Documentos avulsos.

Figura 3 - Carta de promessa de dote de 400.000 réis



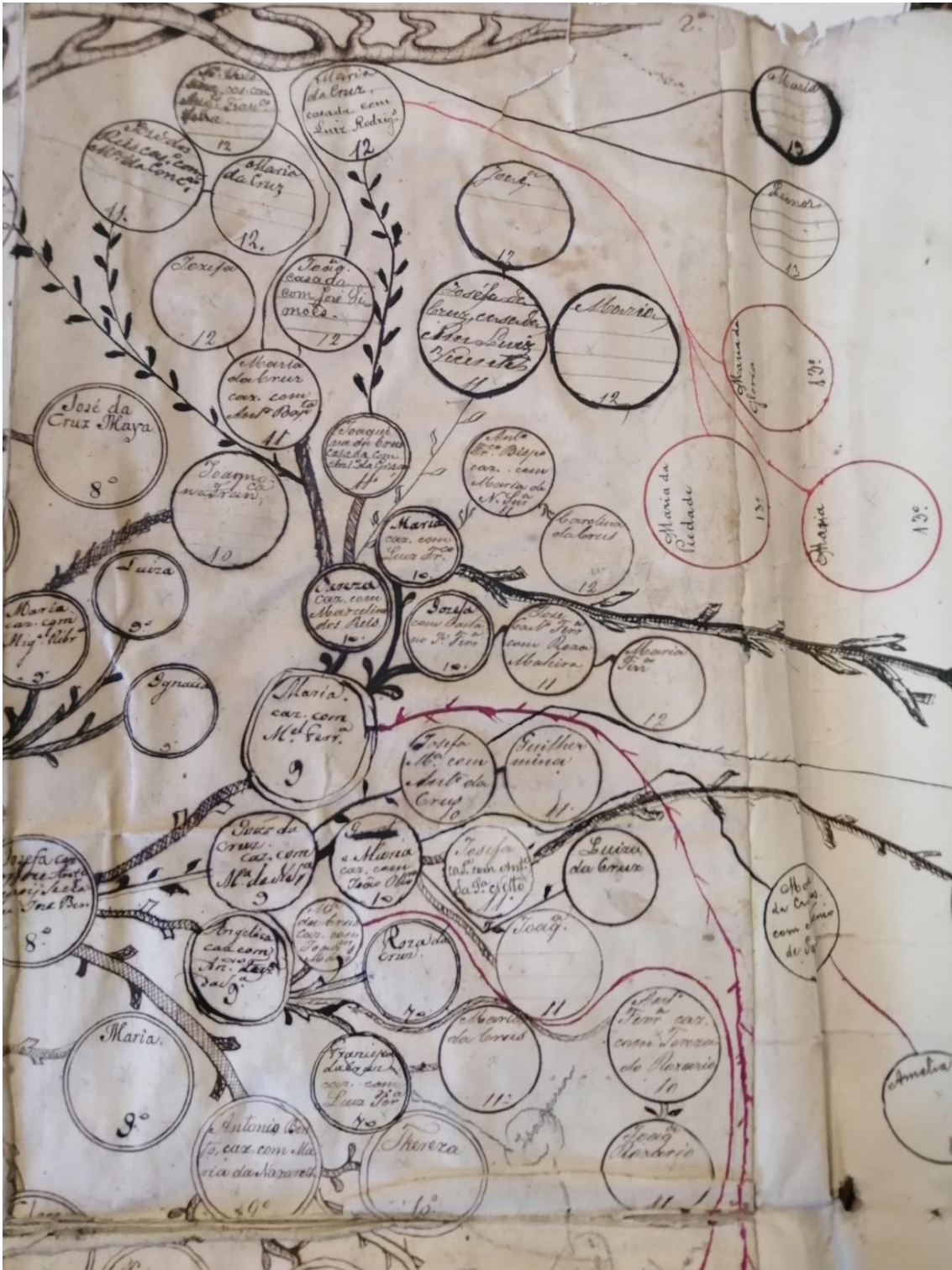
Fonte: AMC, Documentos avulsos

Figura 4 - Folha de rosto do livro Memorial das rendas e de mais coisa da Misericórdia de Coimbra, 1500-1648



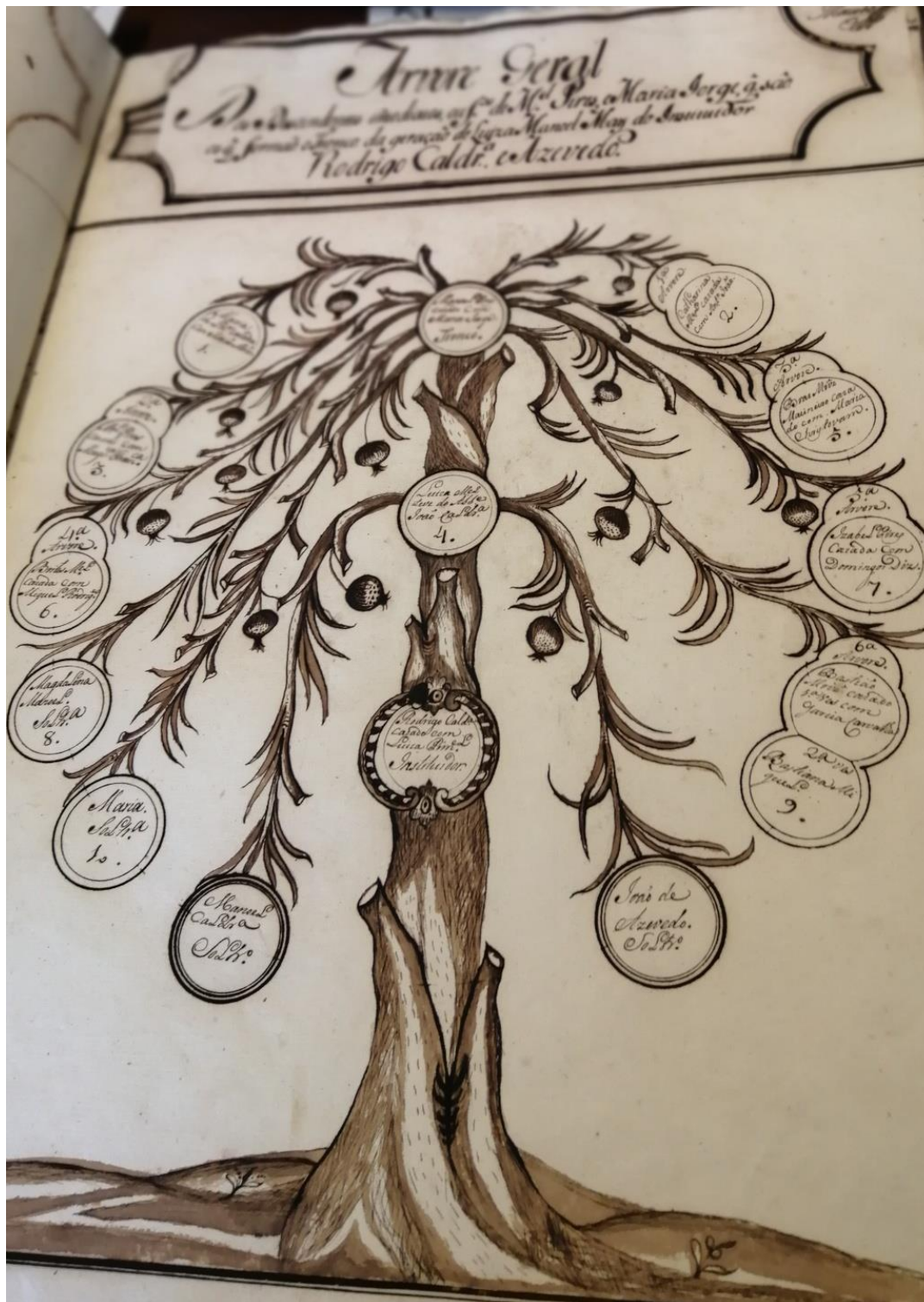
Fonte: AMC, Livro de Memórias nº1, 1500-1648.

Figura 5 - Árvore Genealógica da família de Francisco Lopes Teixeira para comprovação de parentesco



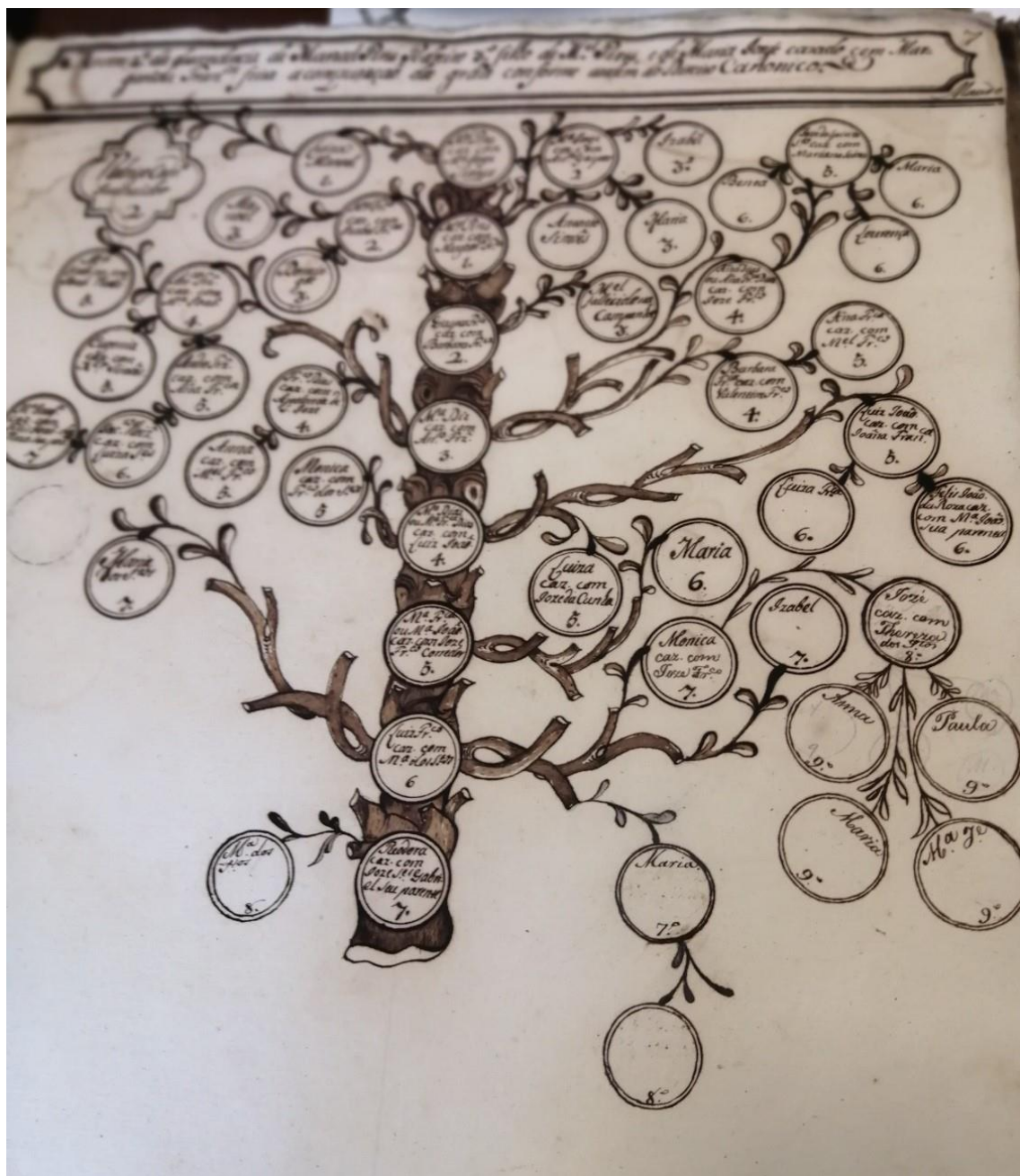
Fonte: AMC, Livro dos termos e árvores da família de Francisco Lopes Teixeira, 1751-1793.

Figura 6 - Árvore Genealógica de familiares de Rodrigo Caldeira de Azevedo para comprovação de parentesco



Fonte: AMC, Livro de árvores da geração e descendência de Rodrigo Caldeira de Azevedo, “fabricadas e dispostas no ano de”, 1786.

Figura 7- Árvore Genealógica de familiares de Rodrigo Caldeira de Azevedo para comprovação de parentesco



Fonte: AMC, Livro de árvores da geração e descendência de Rodrigo Caldeira de Azevedo, “fabricadas e dispostas no ano de”, 1786.

Quadro 1 – Distribuição das parentas de Manuel Soares de Oliveira, segundo o ano identificação, idade, localidade de residência, freguesia e valor do dote

Ano	Parentas de Manuel Soares de Oliveira	Idade	Freguesia	Dote
1663	Maria Soares, filha de Francisco José, residente em Casal Novo.	20	Pereira	100.000
1683	Isabel Soares, residente em Pereira.	20	Pereira	100.000
1684	Mariana Simões.	20	Pereira	100.000
1685	Joana, filha de Eliseu, residente no Casal Novo.	20	Pereira	100.000
1695	Maria, filha de Manuel, residente em Pereira.	27	Pereira	100.000
1696	Maria Bernardes Soares residente em Casal do Nabal.	21	Pereira	100.000
1696	Joana Batista, filha de Manuel Soares.	20	Pereira	100.000
1699	Francisca Soares, filha de Manuel Rodrigues.	22	Pereira	100.000
1699	Maria Soares, filha de João Simões.	20	Pereira.	100.000
1703	Maria Aires Molim, filha de Manuel Aires.	18	Pereira	100.000
1704	Isabel Bernardes, filha de Manuel António e de Maria Simões.	20	Pereira	100.000
1706	Maria Josefa, filha de Simão Ribeiro e de Joana Batista Fernandes.	20	Pereira	100.000
1707	Isabel Soares, filha de António Carvalho e de Josefa.	20	Pereira	100.000
1709	Isabel Soares, filha de António Ribeiro Monteiro; casou com Manuel Diniz.	20	Pereira.	100.000
1709	Maria Teresa, filha de João Alves Girão.	25	Pereira	100.000
1716	Isabel Soares, filha de António Ribeiro Monteiro, viúva de Manuel Diniz e com 4 filhos, casou 2ª vez com Manuel Pires, natural de Góis.	27	Pereira	100.000
1716	Francisca Soares, viúva de Manuel Correia casou com Francisco Simões, viúvo de Maria da Luz.	25	Pereira	100.000
1716	Joana, filha de Manuel Correia.	18	Pereira	100.000
1716	Mariana Soares, filha de Pedro Aires.	20	Pereira	100.000
1717	Maria Soares, filha de Manuel Simões.	21	Pereira	100.000
1717	Pascoal Soares, filha de Manuel Mateus.	20	Pereira	100.000
1717	Mariana Soares, filha de Manuel Simões.	18	Pereira	100.000
1721	Maria Sousa, filha de Manuel Costa e de Maria de Lurdes.	21	Pereira	100.000
1722	Maria Aires.	21	Pereira	100.000
1722	Luísa, filha de Pedro João.	25	Pereira	100.000

Ano	Parentas de Manuel Soares de Oliveira	Idade	Freguesia	Dote
1722	Luísa, filha de Manuel Dias Caldeira.	25	Pereira	100.000
1722	Luísa, filha de Manuel Domingues e de Isabel Soares, casou com Manuel Francisco.	20	pereira	400.000
1724	Isabel, filha de António Duarte.	20	Pereira	100.000
1725	Isabel Soares de Oliveira, filha de Simão Girão de Oliveira.	18	Pereira	100.000
1725	Luísa Soares, filha de Pedro Girão.	20	Pereira	100.000
1728	Isabel Soares, filha de Manuel Gouveia.	18	Pereira	100.000
1730	Maria Marques, filha de Domingos Silva, casou com Francisco Batista residente em S. Martinho de Árvore.	20	Pereira	100.000
1730	Madalena Soares.	22	Pereira	100.000
1730	Antónia, filha de Manuel Aires Flores.		Taveiro	100.000
1731	Isabel Girão, filha de Francisco Girão e de Maria Francisca, casou com Francisco Batista.	20	Pereira	100.000
1732	Maria Marques casou com Manuel Pais.	18	Pereira	100.000
1732	Isabel Soares casou com Francisco Rodrigues.	18	Pereira	100.000
1732	Isabel Soares, filha de António Soares.	27	Anobra	100.000
1732	Teresa Caetana, filha de Caetana, casou com António Rodrigues.		Coimbra	100.000
1732	Maria casou com António Navalhas residente em Tentúgal.	20	Pereira	100.000
1732	Maria Marques casou com Manuel Pais, de S. Martinho de Árvore.	20	Pereira	100.000
1733	Estefânia Ferreira Soares, filha de Fernando Ferreira Soares.	36	Pereira	100.000
1733	Catarina Soares, filha de Manuel Rodrigues Canelas.		Pereira	100.000
1733	Maria Santos Girão, filha de Jacinto Girão, residente na Granja do Ulmeiro.	20	Granja Ulmeiro	100.000
1735	Antónia casou com Miguel Simões, residente no Lugar do Casal.		Pereira	100.000
1735	Maria, moradora em Tentúgal.	20	Pereira	100.000
1738	Maria Soares, filha de João Fernandes, casou com António Tavares.	22	Pereira	100.000

Ano	Parentas de Manuel Soares de Oliveira	Idade	Freguesia	Dote
1739	Madalena Soares, filha de António Pimentel e de Maria Aires, casou com Mateus Pereira de Figueiró do Campo.	20	Pereira	100.000
1739	Ana Soares filha de António Marques e de Mariana Marques, casou com António Tavares.	28	Pereira	400.000
1742	Bernarda Aires, moradora no Casal Novo.	23	Pereira	100.000
1742	Maria, filha de José Soares e de Antónia Francisca	20	Pereira	100.000
1742	Elsa Maria, residente no Casal Novo.	20	Pereira	100.000
1745	Maria Soares, filha de Francisco Carvalho e de Antónia, residente no Casal Novo.		Pereira	400.000
1745	Isabel Soares, viúva, filha de António Tomás, casou com Manuel da Costa Mendes (viúvo).	38	Pereira	400.000
1746	Ana Maria Soares, viúva de Cristóvão Ribeiro da freguesia de Pereira, filha do Dr. João Soares Ferreira e de Maria Batista, casou com Manuel da Costa Mendes que apresentou folha corrida. Recebeu dote no ano do concurso.	37	Vila da Pereira	400.000
1746	Estefânia Ferreira, viúva com quatro filhos.	44	Pereira	100.000
1747	Teresa de Jesus, residente no Casal.	18	Pereira	100.000
1747	Josefa dos Reis, filha de Baltazar dos Reis e de Maria Soares, residente no Casal.	20	Pereira	100.000
1748	Joana Maria, filha de João Tomas Forte e de Maria de Oliveira, residente no Casal Novo	22	Pereira	100.000
Total	59	média 22 anos		7.400.000

Fonte: AMC, *Documentos avulsos; Livro de dotes e recebimento das órfãs, 1668-1704; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1705-1719; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1734; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1747-1761.*

Quadro 2 – Distribuição das parentas de Bento Soares da Fonseca, segundo o ano de entrega do dote, identificação, morada por freguesia e valor do dote

Ano de entrega do dote e identificação da órfã	Freguesia	Valor do dote
1732 – Maria, filha de Manuel da Costa e de Isabel Soares	Sobral	200.000
1734 – Sebastiana, filha de Pascoal Francisco e de Maria Rodrigues do lugar de Vila Nova	Sobral	200.000
1734- Lourença, filha de Lourenço da Cunha e de Comba Ribeiro, morada na Pedrulha	Pedrulha	50.000
1735 –Dotada uma prima em 3º grau.	Sobral	100.000
1735 – Bernarda (irmã de Ana), casou com Francisco Cordeiro e os dois moradores em Vila Pouca.	Lorvão	200.000
1735 – Catarina Soares, residente em Vila Pouca, casou com Miguel Simões de Poiares que assina carta por mão própria.	Poiares	200.000
1735 – Ana (irmã de Bernarda), com morada em Vila Pouca casou com Manuel Coelho de Vila Pouca.	Lorvão	200.000
1735 – Ana, filha de António, residente em Vila Pouca.	Lorvão	200.000
1735 – Sebastiana Soares de Farinha Podre casou com Miguel Simões de Poiares que assina documento com letra bem legível.	Poiares	200.000
1736 – Luísa Caetana de Melo. Dote recebido pelo procurador.	Tojal	200.000
1737 – Caetana Teresa Soares de Melo com morada em Aguada, recebeu dote através do procurador Inácio Tavares e Silva, seu cunhado.	Aguada	200.000
1739 – Sebastiana, residente em Vila Pouca.	Vila Pouca	200.000
1739 – Lourença, residente em Vila Nova do Sobral.	Sobral	200.000
1739 – Sebastiana, com morada em Mortágua, casou com Pascoal Ferraz também de Mortágua.	Mortágua	200.000
1739 – Sebastiana, residente em Vale Remígio, casou com Pedro Almeida de Vale Remígio que assina documento.	Vale Remígio	200.000
1739- Sebastiana Maria Lourenço da freguesia de Vale de Remígio casou com Pedro de Mendonça Camelo da freguesia de Travanca. Assina documento.	Vale de Remígio	200.000
1740 – Maria Rodrigues, residente em Vila Nova do Sobral.	Sobral	200.000

Ano de entrega do dote e identificação da órfã	Freguesia	Valor do dote
1740 – Maria, de Vila Nova do Sobral.	Sobral	200.000
1740 – Josefa Fonseca, residente na Marmeleira.	Marmeleira	200.000
1740 Maria Ferreira filha de Miguel Ferreira e de Mariana Rodrigues, residente na freguesia do Sobral.	Sobral	200.000
1741- Bárbara, vivia em Almada.	Almada	200.000
1741 – Rosa, prima em 3º grau, filha de Miguel Francisco residente no Sobral.	Sobral	200.00
1741 – Rosa Maria prima em 3º grau, filha de Luís Sousa com morada em Coimbra.	Coimbra	200.000
1742 – Rosa, filha de Miguel Ferreira e de Mariana Rodrigues de Almalaguês.	Almalaguês	200.000
1743 – Maria Rodrigues, residente no Remígio (Gândara), casou com Manuel Gomes e tinha como procurador Amaro Marques.	Remígio	200.000
1743- Rosa Casimira de Mendonça, religiosa do mosteiro de S. Domingos das Donas da vila de Santarém dá poder ao seu tio António Francisco Ribeiro para ser seu procurador e receber dote de Bento Soares da Fonseca.	Mosteiro das Donas Santarém	50.000
1744 – Caetana Tavares, moradora na Quinta do Tojal. Recebeu dote o seu procurador.	Tojal	200.000
1744 – Angélica Maria Caetana Tavares, vive na Quinta do Tojal e foi seu procurador João Carlos Abrantes.	Tojal	200.000
1744- Isabel Clara, prima de Rosa Casimira pretende ser dotada com dote da instituição de Bento Soares da Fonseca para professar na vida religiosa. É seu procurador o Dr. António Francisco Ribeiro.	Mosteiro Das Donas Santarém	50.000
1744- Violante Angélica Casimiro de Mendonça filha do Dr. Manuel Francisco Ribeiro e de Maria de Mendonça, falecidos É dotada para ingressar no mosteiro. É procurador seu tio Dr. António Francisco Ribeiro.	Mosteiro das Donas Santarém	50.000
1745– Isabel Luciana de Mendonça. A priorisa do mosteiro e S. Domingos das Donas de Santarém (D. Leonor Teles de Meneses) e D. Isabel Luciana de Mendonça dão poder ao seu procurador o reverendo	Mosteiro das	50.000

Ano de entrega do dote e identificação da órfã	Freguesia	Valor do dote
padre Dr. António Francisco Ribeiro, tio da dita religiosa que seja cobrado 50.000 réis como dote do seu familiar. Isabel Luciana, pede à priora uma declaração em como é “soror do coro”.	Donas Santarém	
1745 Miguel Simões Pedrosa (Sabe ler) casa na igreja da santa casa com D. Caetana Maria Tavares de Melo morada na sua quinta do Tojal de Recardães (procurador).	Águeda	200.000
1746 – Luísa Bernardes, com morada em Mortágua, foi seu procurador Manuel Castanheira.	Mortágua	200.000
1746 – Isabel Soares de Antes, foi seu procurador o seu irmão Manuel Fonseca.	Antes	200.000
1746 – Existe termo de recebimento para uma órfã com morada em Coimbra e casada com Miguel Lino a viver em Coimbra.	Coimbra	200.000
1746 – Mariana vive em Coimbra casa com Miguel Simões (assina) de Coimbra.	Coimbra	100.000
1746 – Isabel vivia em Coimbra e teve como procurador um irmão da Casa.	Coimbra	100.000
Total 37		
29x200.000=5.800.000; 3x100=300.000; 5x50.000=250.000		6.350.000

AMC, *Documentos avulsos*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1747-1761.

Quadro 3 – Cinco órfãs dotadas com 50.000 réis da irmã de Bento Soares da Fonseca

Ano	Órfã	Morada	Dote
1737	Joana Maria coelho	Recolhimento	50.000
1738	Maria	Recolhimento	50.000
1739	Lourença Maria	Coimbra em S. João de Almedina	50.000
1741	Rosa Maria	Coimbra em casa de um tio	50.000
1742	Águeda da Nazaré	Espinhhal	50.000
total	5		250.000

AMC, *Documentos avulsos*; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1734; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1747-1761.

Quadro 4 – Valores de dotes atribuídos por cada ano para parentas de Francisco Lopes Teixeira

Ano	Dotes	Valor
1668	1	100.000
1669	1	100.000
1674	1	100.000
1693	2	200.000
1694	1	100.000
1696	2	200.000
1697	2	200.000
1698	2	200.000
1699	2	200.000
1700	3	300.000
1703	5	500.000
1704	2	200.000
1705	1	100.000
1706	1	100.000
1707	1	100.000
1710	3	300.000
1711	1	100.000
1714	1	100.000
1714	1	250.000
1716	1	100.000
1718	1	100.000

Ano	Dotes	Valor
1719	1	100.000
1720	1	100.000
1723	1	100.000
1724	1	250.000
1726	1	100.000
1727	2	200.000
1728	2	200.000
1729	1	100.000
1730	1	100.000
1730	1	250.000
1732	2	200.000
1734	2	200.000
1737	3	300.000
1738	3	300.000
1739	2	200.000
1740	2	200.000
1742	5	500.000
1743	3	300.000
1744	2	200.000
1745	1	100.000
1746	1	100.000
1748	1	100.000
1749	1	100.000
Total	75	7.950.000

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimento das órfãs, 1668-1704*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1705-1719*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1734*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1747-1761*.

Quadro 5 – Dotes de Francisco Lopes Teixeira atribuídos a órfãs estranhas

Ano	Nº	Valor dote	Ano	Nº	Valor dote	Total	Total
1688	8	200.000	1713	8	200.000		400.000
1692	9	225.000	1714	6	150.000		375.000
1693	12	300.000	1714	8	200.000		500.000
1697	2	50.000	1715	7	175.000		225.000
1700	8	200.000	1715	7	175.000		375.000
1702	8	200.000	1718	9	225.000		425.000
1703	6	150.000	1720	8	200.000		350.000
1705	8	200.000	1722	8	200.000		400.000
1708	8	200.000	1723	8	200.000		400.000
1709	4	100.000	1724	8	200.000		300.000
1711	8	200.000	1727	8	200.000		400.000
1711	9	225.000	1730	8	200.000		425.000
Total	90	2.250.000		93	2.325.000	183	4.575.000

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimento das órfãs, 1668-1704*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1705-1719*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1734*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1747-1761*.

Quadro 6 – Distribuição das parentas de Francisco Lopes Teixeira e alguns dos noivos, segundo a morada e dote

Ano	Órfã	Morada	Noivo	Morada	Dotes
1668	Maria	Almalaguês			100.000
1669	Brites	Coimbra			100.000
1674	Serafina	Celas	Manuel Silva	Friúmes	100.000
1693	Joaquina	Coimbra	Francisco Oliveira	Ceira	100.000
1693	Clara Neves	Coimbra			100.000
1694	Luísa	Coimbra	João Ferreira	Celas	100.000
1696	Luísa	Coimbra	Francisco Silva	Taveiro	100.000
1696	Ana	Coimbra	Joaquim	Ega	100.000
1697	Josefa (procurador)	Coimbra			100.000
1698	Maria	Taveiro	Manuel José	Taveiro	100.000
1698	Luísa	Coimbra	Luiz	Pereira	100.000
1699	Mariana	Almalaguês	Jorge Correia	Coimbra	100.000

Ano	Órfã	Morada	Noivo	Morada	Dotes
1699	Úrsula	Coimbra	Bento Luiz	Ribeira de Frades	100.000
1700	Rufina	Coimbra	Manuel Anes	Coimbra	100.000
1700	Luísa	Pereira	António Pilar	Pereira	100.000
1700	Josefa	Coimbra	António da Mota	Coimbra	100.000
1703	Maria (procurador)	Coimbra			100.000
1703	Bárbara,	Coimbra	António Rodríguez	Coimbra	100.000
1703	Joaquina	Coimbra	Manuel Simões	Coimbra	100.000
1703	Josefa (procurador)	Coimbra			100.000
1703	Gertrudes	Coimbra	Joaquim Simões	Coimbra	100.000
1704	Serafina	Pereira	Manuel Francisco	Fornos	100.000
1704	Serafina	Taveiro	Manuel Silva	Friúmes	100.000
1705	Maria	Ceira			100.000
1707	Teresa	Coimbra	Manuel Cruz	Sobral	100.000
1708	D. Teresa	Convento Tentúgal			100.000
1710	Teresa	Coimbra	João Santos	Coimbra	100.000
1710	Maria	Coimbra	André (cordoeiro)	Natural de Sortelha, residente em Coimbra	100.000
1710	Maria Silva	Coimbra	João Tomaz (alfaiate)	Coimbra	100.000
1711	Maria	Coimbra	Francisco Simões	Coimbra	100.000
1714	Sebastiana	Coimbra	António vieira (alfaiate)	Coimbra	250.000
1714	Maria Santos	Pereira	Luís	Torres	100.000
1716	Leonor Maia	Ribeira de Vizela	Manuel Conceição	Ribeira de Vizela	100.000
1718	Maria Santos	Pereira	Luís António	Torres	100.000
1719	Maria	Coimbra	Luís	Coimbra	100.000
1720	Isabel	Coimbra	Bernardo	Coimbra	100.000
1723	Josefa	Coimbra			100.000
1724	Ana	Coimbra	Manuel Simões	Vila Seca	250.000
1726	Ana Maria	Coimbra	José Simões	Coimbra	100.000
1727	D. Catarina	Coimbra	Teotónio (assina)	Coimbra	100.000
1727	Josefa	Coimbra	Francisco Correia	Coimbra	100.000

Ano	Órfã	Morada	Noivo	Morada	Dotes
1728	Isabel	Coimbra	João Martins	Coimbra	100.000
1728	Mariana	Coimbra	Luiz Francisco	Misarela	100.000
1729	D. Maria Clara	Montemor	José Luís	Montemor	100.000
1730	Josefa	Taveiro	Manuel Simões	Taveiro	100.000
1730	Teresa	Coimbra	António Costa	Bustos	250.000
1732	Luiza	Casal Misarela	Manuel Pires	Casal Misarela	100.000
1732	Teresa	Taveiro	José Borges	Taveiro	100.000
1734	Felizarda	Lorvão	Pedro Francisco	Lorvão	100.000
1734	Teresa de Jesus	Coimbra	Pedro Francisco	Oliveira do Bairro	100.000
1737	Francisca Maria	Coimbra	António Fonseca (assina)	Almalaguês	100.000
1737	Joaquina	Coimbra	Manuel Francisco	To vim	100.000
1738	Teresa	Coimbra	José Sousa	Coimbra	100.000
1738	Úrsula	Coimbra			100.000
1738	D. Leonor	Coimbra			100.000
1738	D. Jacinta Josefa de Sousa	Coimbra			100.000
1739	D. Leonarda	S. Varão	José Pimentel	S. Varão	100.000
1739	Isabel	Lousã	José Francisco	Lousã	100.000
1740	Cecília	Coimbra	Sebastião	Cantanhede	100.000
1742	Maria Soares	Coimbra			100.000
1742	Rosa	Coimbra			100.000
1742	Luísa Maria	Coimbra			100.000
1742	Cecília	Coimbra			100.000
1742	Teresa Sousa	Coimbra			100.000
1743	D. Bernarda	Coimbra			100.000
1743	D. Bernarda Joaquina	Convento de Santa Ana (Coimbra)			100.000
1743	D. Jacinta Manso	Porto			100.000
1744	Rita Maria	Coimbra	José Rodrigues	Coimbra	100.000
1744	Maria da Cruz	Coimbra			100.000
1745	Feliciana	Ribeira de Frades	António Lopes	Pombal	100.000
1746	Mariana	Mealhada	Manuel Gomes	Espinhhal	100.000
1746	Isabel Soares	Antes			100.000
1746	Esperança	Taveiro	Bernardo	Taveiro	100.000

Ano	Órfã	Morada	Noivo	Morada	Dotes
1748	Maria	Misarela	Miguel Lino	Coimbra	100.000
1749	Maria Angélica	Coimbra			100.000
Total	75		52		7.950.

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1668-1704*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1705-1719*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1734*; *Livro de eleições e recebimentos das órfãs, 1734-1747*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1747-1761*.

Quadro 7 – Distribuição das parentas de Rodrigo Caldeira de Azevedo e maridos, segundo a morada

Data	Noiva	Morada	Noivo	Morada
1665	Ana Antunes	Midões	-	-
1665	Maria Vaz	Anegais	-	-
1666	Ana Margarida	Midões	-	-
1668	Maria	Abilheira	-	-
1668	Luísa	Cartaxos	-	-
1668	Brites Luís	Torres	-	--
1669	Brites	Torres	-	
1670	Maria Assunção	Sobral	-	-
1670	Maria	Coimbra	António	Coimbra
1671	Domingas	Almalaguês	António Gonçalves	Sobral
1675	Maria	Ceira	António Dias	Ceira
1677	Antónia	Pé-de-Chão	João Dias	Pé-de-Chão
1678	Margarida	Coimbra	Domingos Francisco	Coimbra
1680	Isabel	Torres	Tomaz Dias	Torres
1689	Sebastiana	Abilheira	José Francisco	Abilheira
1689	Maria	Barcouso	Manuel Luís	Barcouso
1689	Madalena	Sobral	Diogo Mota	Ceira
1690	Maria	Castelo Viegas	Leonel	Castelo Viegas
1690	Isabel	Barcouso	Manuel Domingues	Barcouso
1690	Úrsula	Ceira	João Simões	Ceira
1690	Maria	Sebal	Manuel Salvador	Sebal
1691	Maria	Castelo Viegas	António Henriques	Castelo Viegas
1692	Brígida Figueiredo	Souselas	Manuel Luís	Portela

Data	Noiva	Morada	Noivo	Morada
1692	Maria	Torres	Manuel Rodrigues	Torres
1693	Maria	Ceira	Manuel Francisco	Almalaguês
1693	Maria	Almalaguês	Manuel Luís	Almalaguês
1694	Sebastiana	Ceira	Domingos Costa	Ceira
1694	Maria	Almalaguês	João Correia	Almalaguês
1697	Barbara	Ceira	Valentin	Ceira
1699	Úrsula	Lagoa	José Lopes	Guarda
1699	Teresa	Almalaguês	Jorge Correia	Coimbra
1700	Maria	Almalaguês	Simão Rodrigues	Coimbra
1700	Maria Assunção	Sobral	António Francisco	Sobral/Penela
1701	Maria	Coimbra /Sé	João da Silva	Coimbra/ Sé
1701	Isabel	Ceira	João da Cruz	S. Pedro
1702	Isabel	Torres	Simão	Torres
1702	Maria	Abilheira	Manuel Rodrigues	Torres
1702	Teresa	Coimbra	-	-
1703	Brígida	Pereira	Gabriel	Pereira
1706	Madalena	Ribeira de Frades	-	-
1706	Luísa	Ribeira de Frades	Bernardo Rodrigues	Ribeira de frades
1709	Maria	Arieiro	António Rodrigues	Arieiro
1709	Maria	Ribeira de Frades	Jorge Francisco	Bolho
1710	Bárbara	Coimbra	António Silveira	Coimbra
1710	Maria	Coimbra	António	Coimbra
1711	Úrsula	Correria	José Almeida	Correria
1711	Mónica	Sobral	Francisco Santos	Bouça
1715	Josefa	Torres	Elias António	Torres
1715	Teresa	Coimbra /Sé	Joaquim	Torres
1716	Josefa	Ceira	Hilário	Ceira
1717	Luísa	Sobral /Penela	José da cunha	Sobral/Penela
1717	Maria	Sobral	João Rodrigues	Sobral
1718	Benta	Coimbra	Pedro Francisco	Antuzede
1720	Teresa de Jesus	Coimbra /Sé	-	-
1720	Jacinta	Sobral	-	-
1720	Isabel	Coimbra	Manuel Rodrigues	Coimbra (assina)
1721	Maria	Lamarosa	António Negrão	Lamarosa
1722	Luísa	Coimbra /Sé	Simão (Cordoeiro)	Coimbra /Sé
1723	Teresa	Sobral	Manuel Francisco	Sobral

Data	Noiva	Morada	Noivo	Morada
1725	Ana	Ceira	Manuel Francisco	Correria
1727	Eugénia	Lorvão	-	-
1728	Paula	Ceira	Marcos	Assafarge
1729	Ana	Ceira	João Costa	Ceira
1730	Angélica	Castelo Viegas	Paulo Travassos	Castelo Viegas
1730	Teresa	Coimbra / Sé	António Costa	Bustos
1732	Maria	Carapinheira	Luís Simões	Carapinheira
1732	Maria (irmã de Jacinta)	Sobral	-	-
1732	Jacinta (irmã de Maria)	Sobral	-	-
1736	Maria	Fala	Luís Francisco	Ribeira Frades
1738	Luísa	Sebal	Luís Simões (carpinteiro)	Coimbra
1739	Francisca	Bouça	António Francisco	Bouça
1739	Mariana	S. Martinho	João Luís	Outil
1742	Micaela	Coimbra/ Sé	Isaque	Ceira
1742	Maria	Eiras	António José (assina)	Eiras
1744	Elisa	Coimbra/sé	João Simões	Coimbra
1744	Ana	Sobral	Manuel Francisco	Meãs
1745	Inês	Sobral	Manuel Simões	Coimbra
1746	Gertrudes	Sortelha	Manuel Costa	Lorvão
1747	Josefa	Sobral	Francisco Augusto	Coimbra
1748	Maria Nascimento	Lugar dos Carvalhos	Manuel Negrão	Lugar dos Carvalhos
Total	80	Lugares comuns: 41 (51,3%)	62	Lugares comuns: 41 (51,3%)

Fonte: AMC, *Documentos avulsos; Livro de eleições e dotes 1620-1666; Livro de eleições e dotes, 1666-1676; Livro de dotes e recebimento das órfãs; 1668-1704; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1705-1719; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1734; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1747-1761.*

Quadro 8 – Distribuição das órfãs concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano de provimento e valor do dote entre 1620 e 1639

Ano	Concorrentes Nº	Não dotadas Nº - %	Dotadas Nº - %	Valor dos dotes
1620	6	-	6 – 2,25	120.000
1621	6	-	6 – 2,25	120.000
1622	6	-	6 – 2,25	120.000
1623	7	-	7 – 2,63	140.000
1624	6	3 – 1,12	3 – 1,12	60.000
1625	6	-	6 – 2,25	120.000
1626	20	16 – 6,01	4 – 1,50	80.000
1627	15	11 – 4,13	4 – 1,50	80.000
1628	14	8 – 3,00	6 – 2,25	120.000
1629	15	9 – 3,38	6 – 2,25	120.000
1630	15	10 – 3,75	5 – 1,88	100.000
1631	7	-	7 – 2,63	140.000
1632	14	9 – 3,38	5 – 1,88	80.000
1633	14	8 – 3,00	6 – 2,25	120.000
1634	18	12 – 4,51	6 – 2,25	120.000
1635	21	10 – 3,75	11- 4,13	220.000
1636	15	9 – 3,38	6 – 2,25	120.000
1637	24	18 – 6,76	6 – 2,25	120.000
1638	22	14 – 5,26	8 – 3,0	160.000
1639	15	10 – 3,75s	5 – 1,88	100.000
Total	266	147 – 55%	119 – 45%	2.369.000

Fonte: AMC, *Livro de eleições e dotes das órfãs*, 1620- 1666

Quadro 9 – Distribuição das órfãs concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano de provimento e valor do dote entre 1640 e 1659

Ano	Concorrentes	Não dotadas	Dotadas	Dotes atribuídos
	Nº	Nº - %	Nº - %	
1640	22	14 – 3,82	8 – 2,18	160.000
1641	12	6 – 1,63	6 – 1,63	120.000
1642	6	-	6 – 1,63	120.000
1643	13	6 – 1,63	7 – 1,91	140.000
1644	14	7 – 1,91	7 – 1,91	140.000
1645	15	8 – 2,18	7 – 1,91	140.000
1646	15	9 – 2,45	6 – 1,63	120.000
1647	18	11 – 3,00	7 – 1,91	140.000
1648	17	11 – 3,00	7 – 1,91	140.000
1649	15	11- 3,00	7 – 1,91	140.000
1650	13	7 – 1,91	8 – 2,18	160.000
1651	15	10 – 2,73	6 – 1,63	120.000
1652	22	12 – 3,27	10 – 2,73	200.000
1653	30	22 – 6,01	8 – 2,18	160.000
1654	28	15 – 4,09	6 – 1,63	120.000
1655	-	-	-	-
1656	33	26 – 7,10	7 – 1,91	140.000
1657	20	12 – 3,27	8 – 2,18	160.000
1658	28	22 – 6.01	6 – 1,63	120.000
1659	30	22 – 6.01	8 – 2,18	160.000
Total	366	231-63,0%	135 – 37,0%	2.700.000

Fonte: AMC, *Livro de eleições e dotes das órfãs*, 1620-1666.

Quadro 10 – Distribuição das órfãs concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano de provimento e valor do dote entre 1660 e 1679

Ano	Concorrentes	Não dotadas	Dotadas	Valor dos dotes
	Nº	Nº - %	Nº - %	
1660	31	24 – 3,61	7 – 1,05	140.000
1661	31	23 – 3,46	8 – 1,20	160.000
1662	27	12 – 1,80	15 – 2,26	300.000
1663	16	10 – 1,50	6 – 0,90	120.000
1664	28	22 – 3,31	6 – 0,90	120.000
1665	30	24 – 3,61	6 – 0,90	120.000
1666	31	24 – 3,61	7 – 1,05	140.000
1667	25	16 – 2,41	9 – 1,35	200.000
1668	34	16 – 2,41	18 – 2,71	360.000
1669	57	49 – 7,39	8 – 1,20	140.000
1670	45	26 – 3,92	19 – 2,86	320.000
1671	28	17 – 2,56	11 – 1,65	228.000
1672	20	13 – 1,96	7 – 1,05	140.000
1673	50	34 – 5,12	16 – 2,41	320.000
1674	39	23 – 3,46	16 – 2,41	360.000
1675	31	13 – 1,96	18 – 2,71	360.000
1676	27	7 – 1,05	20 – 3,01	400.000
1677	41	1 – 0,15	40 – 6,03	620.000
1678	35	17 – 2,56	18 – 2,71	180.000
1679	37	13 – 1,96	24 – 3,61	370.000
Total	663	384-58%	279 – 42%	5.098.000

Fonte: AMC, *Livro de eleições e dotes 1620-1666*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704.

Quadro 11- Distribuição das concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano e valor do dote entre 1680 e 1699

Ano	Concorrentes	Não dotas	Dotadas	Valor
	Nº	Nº - %	Nº - %	dos dotes
1680	27	16 – 2,29	11 – 1,57	240.000
1681	18	9 – 1,29	9 – 1,29	180.000
1682	26	17 – 2,43	9 – 1,29	180.000
1683	18	12 – 1,72	6 – 0,86	120.000
1684	30	12 – 1,72	18 – 2,58	380.000
1685	34	22 – 3,15	12 – 1,72	315.000
1686	12	5 – 0,71	7 – 1,00	140.000
1687	45	26 – 3,73	19 – 2,72	460.000
1688	42	32 – 4,59	10 – 1,43	200.000
1689	40	27 – 3,87	13 – 1,86	230.000
1690	67	47 – 6,74	20 – 2,86	450.000
1691	30	18 – 2,58	12 – 1,72	260.000
1692	45	26 – 3,73	19 – 2,72	350.000
1693	-	-	51 – 7,31	980.000
1694	35	17 – 2,43	18 – 2,58	290.000
1695	20	12 – 1,72	8 – 1,14	165.000
1696	64	38 – 5,45	26 – 3,73	490.000
1697	71	-	21 – 3,01	380.000
1698	41	31 – 4,44	9 – 1,29	180.000
1699	32	9 – 1,29	23 – 3,29	365.000
Total	697	376 – 54%	321 - 46%	6.355.000

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1668-1704*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1705-1719*.

Quadro 12 – Distribuição das concorrentes não dotadas e dotadas, Segundo o ano e valor do dote entre 1700 e 1719

Ano	Concorrentes Nº	Não dotadas Nº - %	Dotadas Nº - %	Valor dos dotes
1700	30	15 – 1,17	15 – 1,17	270.000
1701	40	21 – 1,64	19 – 1,48	350.000
1702	-	-	-	-
1703	50	33 – 2,58	17 – 1,33	350.000
1704	56	34 – 2,66	22 – 1,72	405.000
1705	85	68 – 5,32	17 – 1,33	360.000
1706	61	36 – 2,81	25 – 1,95	500.000
1707	88	53 – 4,15	35 – 2,74	725.000
1708	57	25 – 1,95	32 – 2,50	640.000
1709	76	51 – 3,99	25 – 1,95	480.000
1710	87	44 – 3,44	43 – 3,36	950.000
1711	85	57 – 4,46	28 – 2,19	510.000
1712	44	9 – 0,70	35 – 2,74	725.000
1713	75	44 – 3,44	31- 2,42	670.000
1714	13	5 – 0,39	8 – 0,62	200.000
1715	109	4 – 0,31	105 – 8,22	2.103.000
1716	49	11 – 0,86	38 – 2,97	760.000
1717	52	6 – 0,46	46 – 3,60	745.000
1718	116	30 – 2,34	86 – 6,73	1.720.000
1719	104	64 – 5,01	40 – 3,13	800.000
Total	1277	610-48%	667-52%	13.263.000

Fonte: AMC, *Livro dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1744.

Quadro 13 - Distribuição das órfãs concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano e valor do dote entre 1720-1739

Ano	Concorrentes Nº	Não dotadas Nº - %	Dotadas Nº - %	Valor dos dotes
1720	82	47 - 4,23	35 - 3,2	700.000
1721	62	32 - 2,88	30 - 2,7	510.000
1722	62	25 - 2,25	37 - 3,3	780.000
1723	47	12 - 1,08	35 - 3,2	765.000
1724	48	11 - 0,99	37 - 3,3	785.000
1725	35	9 - 0,81	26 - 2,3	560.000
1726	45	19 - 1,71	26 - 2,3	560.000
1727	56	28 - 2,52	28 - 2,5	575.000
1728	54	27 - 2,43	27 - 2,4	570.000
1729	54	29 - 2,6	25 - 2,2	500.000
1730	37	10 - 1,0	27 - 2,4	585.000
1731	50	7 - 0,6	43 - 4,0	875.000
1732	47	17 - 1,5	30 - 2,7	659.000
1733	47	22 - 2,0	25 - 2,2	660.000
1734	57	27 - 2,4	30 - 2,7	600.000
1735	78	46 - 4,1	32 - 3,0	640.000
1736	56	30 - 2,7	26 - 2,3	540.000
1737	59	29 - 2,6	30 - 2,7	620.000
1738	57	32 - 2,9	25 - 2,2	546.000
1739	76	49 - 4,4	27 - 2,4	565.000
Total	1109	508-46%	601-54%	12.595.000

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747.

Quadro 14 - Distribuição das órfãs concorrentes não dotadas e dotadas, segundo o ano e valor dos dotes atribuídos entre 1740 e 1749

Ano	Concorrentes n°	Não dotadas N° %	Dotadas N° %	Valor dos dotes
1740	78	43 – 5,97	35 - 4,86	770.000
1741	74	49 – 6,66	25 - 3,47	520.000
1742	72	47 – 6,52	25 - 3,47	525.000
1743	73	43 – 5,97	30 - 4,16	700.000
1744	85	59 – 8,19	26 - 3,61	522.000
1745	90	62 – 8,61	28 - 3,88	679.000
1746	86	58 – 8,05	28 - 3,88	534.000
1747	37	11 – 1,52	26 - 3,61	447.000
1748	71	40 – 5,55	31 - 4,30	460.000
1749	54	33 – 4,58	21 - 2,91	555.000
Total	720	445 - 61,8%	275 - 38,2%	5.712.000

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747; Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1747-1761.*

Quadro 15 – Distribuição das concorrentes dotadas e não dotadas entre 1705 e 1719, segundo a naturalidade e morada

Ano	Naturalidade e morada das concorrentes dotadas e não dotadas entre 1705 e 1719.
1705	85 concorrentes. 17 (20%) dotadas e destas, 10 (59%) naturais e residentes na cidade e 7 (41%) naturais e residentes fora da cidade. 68 (80%) não dotadas e destas, 25 (37%) eram naturais de fora da cidade, mas residentes em Coimbra. 43 (63,2%) naturais de fora da cidade e residentes no lugar de origem.
1706	61 concorrentes. 25 (41%) dotadas e destas, 11 (44%) naturais de fora da cidade e moradoras em Coimbra nas freguesias de: santa cruz (2) recolhidas com a avó; Santiago (3); São bartolomeu (3); Sé (1); Almedina (2). 14 (56%) naturais de fora da cidade e moradas nos lugares de origem. 36 (59%) não dotadas e destas, 25 (69%) naturais de fora de Coimbra e morada em Coimbra 11 (31%) naturais de fora da cidade e vivem nos lugares de origem.
1707	88 concorrentes. 35 (40,0%) dotadas e destas, 14 (40%) naturais de fora da cidade e residentes em Coimbra. 21(60%) naturais e residentes fora da cidade dotadas – pequena nota: destas 21 dotadas a residir fora de Coimbra 14 (67%) foram dotadas com 15.000 réis cada dote do legado de Luis Correia. 53 (60%) não dotadas vivem fora da cidade.
1708	57 concorrentes 32 (56%) dotadas das quais, 5 (16%) naturais e residentes na cidade, 10 (31%) residentes na cidade, mas naturais de fora dela, 17 (53%) naturais e residentes fora de Coimbra nomeadamente em: Almalaguês 3, Ancião 1, Arganil 2, Castelo Viegas 2, Cordinhã 1, Eiras 2, S. Martinho do Bispo 2, Poiares 1, S. Paulo de Frades 3.

Ano	Naturalidade e morada das concorrentes dotadas e não dotadas entre 1705 e 1719.
	25 (44%) não dotadas e todas a residir fora de Coimbra
1709	76 concorrentes 25 (33%) dotadas sendo 2 (8%) naturais e residentes em Coimbra, 23 (92%) naturais de fora da cidade, mas residentes em Coimbra, nas freguesias de: Santa Justa (4); Santa Cruz (3); Santiago (8); S. Bartolomeu (5); Sé (2); S. Pedro (2); S. Cristóvão (1). Nota: - 13 destas órfãs foram dotadas com dotes de 15.000 réis do legado de Luís Correia. 51 (67%) não foram dotadas e não identificadas as moradas
1710	87 concorrentes, 43 (49%) dotadas e destas, 13 (30%) naturais e residentes na cidade, 30 (70%) são naturais e residentes fora de Coimbra. Nota: (5) dotes no valor de 15,00 réis do legado de Luis Correia, (2) de 20.000 réis do legado de João Soares, (29) de 25.000 de Bernardes Ayres e (7) de Francisco Lopes Teixeira. 44 (51%) não dotadas e não foram identificadas as moradas
1711	85 concorrentes 28 (33%), dotadas das quais, 11(39%) viviam na cidade, mas naturais de: Arganil 1, Barcoço 1, Lorvão 2, Sebal 2, Poiães 2, Almalaguês 1, Montemor 2; 17 (61%) eram naturais e residentes fora da cidade nas localidades de: Almalaguês 1, Alcarraques 1, Carapinheira 1, Castelo Viegas 1, Ceira 2, Condeixa 2, Eiras 1, Frutuoso 1, Granja 1, S. Paulo de Frades 2, S. Martinho de Árvore 1, S. Martinho do Bispo 1, Semide 1, Trouxemil 1. Nota: das 17 órfãs naturais e residentes fora da cidade, 9 receberam dote de 15.000 réis de Luiz Correia 57 (67%) das concorrentes não foram dotadas.
1712	44 concorrentes 35 (80%) dotadas sendo 13 (37%) naturais e residentes em Coimbra e 22 (63%) naturais e residentes fora da cidade. 9 (21%) das concorrentes não foram dotadas.
1713	75 concorrentes 31 (41%) dotadas das quais, 8 (26%) residentes em Coimbra e 23 (74%) naturais de fora da cidade e residentes no lugar. 44 (59%) das concorrentes não foram dotadas.
1714	13 concorrentes 8 (62%) dotadas e viviam todas na cidade. 5 (39%) não dotadas, naturais residentes fora da cidade
1715	109 concorrentes 105 (96%) foram dotadas e destas, 40 (38%) viviam na cidade e 65 (62%) viviam fora da cidade. 28 (70%) destas a residir fora de Coimbra receberam dotes do legado de Luiz Correia. 4 (4%) não foram dotadas
1716	49 concorrentes 38 (78%) dotadas e destas, 34 (90%) eram naturais e residentes fora de Coimbra tendo estas 34 recebido dote no valor de 15.000+5.000 réis. 11(22%) não dotadas e todas a viver fora de Coimbra
1717	52 concorrentes 46 (89%) dotadas e destas, 29 (63%) eram naturais e residentes fora de Coimbra, 17 (37%) viviam em Coimbra e não identificada a naturalidade. 9 destas órfãs naturais e residentes de fora da cidade foram dotadas com 15.000+5.000 réis. de Luís Correia e legados miúdos 6 (12%) não foram dotadas.
1718	116 concorrentes 86 (74%) dotadas e destas, 32 (37%) viviam fora da cidade e recebiam dotes de 15.000 réis de Luiz Correia, 16 (19%) viviam na cidade, mas não identificada a naturalidade. 38 (44%) não identificada naturalidade nem morada. 30 (26%) não dotadas
1719	104 concorrentes

Ano	Naturalidade e morada das concorrentes dotadas e não dotadas entre 1705 e 1719.
	40 (38,5%) dotadas destas, 21(52%) vivia na cidade, mas não identificada a naturalidade. 19 (48%) eram naturais de fora da cidade e residentes no lugar. 15 destas órfãs residentes e naturais de fora da cidade receberam dote de Luis correia/legados miúdos. 64 (62%) não dotadas.
TOTA2	Concorrentes -1088 – Dotadas 594 (55%) Morada na cidade 283 (48%); fora da cidade 286 (48%); desc. 25 (4%) Não dotadas – 482 (44%)

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1704-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734.

Quadro 16 – Média de idades das órfãs concorrentes entre 1705-1719

Ano	Concorrentes	Média de Idade
1705	85	22
1706	61	22
1707	88	21
1708	57	24
1709	76	23
1710	87	23
1711	85	23
1712	44	22
1713	75	31
1714	13	23
1715	109	20
1716	49	20
1717	52	20
1718	116	22
1719	104	23
Total	1101	22,6 anos

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719

Quadro 17– Média de idades das órfãs concorrentes entre 1720-1749

Ano	Concorrentes	Média de Idade
1720	82	22
1721	62	24
1723	62	24
1724	47	22
1725	35	23
1726	45	22
1727	56	23
1728	54	22
1729	54	22
1730	37	22
1731	50	19
1732	47	19
1733	47	19
1734	57	21
1735	78	22
1736	56	22
1738	57	23
1739	76	22
1740	78	22
1741	74	22
1742	72	22
1743	73	23
1744	85	22
1745	90	22
1746	86	23
1747	37	22
1748	71	23
1749	54	22
Total	1829	22 anos

Fonte: AMC: *Livro de dotes e recebimentos*, 1719-1734; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1747-1761.

Quadro 18 - Distribuição das órfãs segundo a naturalidade, local de residência e família ou pessoa que as recolhe (1668-1749)

Naturalidade	Local de residência	Família ou pessoa que as recolhe
Coimbra	Coimbra	Casa de sua senhora Maria da Nazaré, Rua das Ginjas.
Zouparria	Ribeira de Coselhas	Mãe, Ribeira de Coselhas.
Lavos	Coimbra	Casa de Manuel Rodrigues, Rua dos Sapateiros.
Penela	Penela	Mãe, Rua do Gatinho.
Coimbra	Coimbra	Mãe, Rua do Poço.
Murtede	Coimbra	Casa do Sr. Casimiro Miranda, Rua do Corvo.
Vagos	Coimbra	Mãe, junto ao castelo.
Franciscas	Coimbra	Casa de Maria Antónia na Ribeira de Cose-lhas.
Franciscas	Coimbra	Casa de Francisco Barbosa.
Meãs	Coimbra	Casa de Ana Sousa, arco do lar Formão.
Miranda	Coimbra	Casa de Maria do Sacramento.
Meãs	Coimbra	Casa de Sr. Manuel, no lugar do To vim.
Arregaça	Coimbra	Recolhimento
Ançã	Ançã	Casa de Bárbara Estarreja, rua larga.
Corais	Coimbra	Casa de Sr. António, Chão do Bispo
Galhos	Carvalhos	Casa de Manuel Francisco
Ançã	Ançã	Casa de Barbara Ataíde, rua larga.
Poiares	Poiares	Casa do bispo.
Coimbra	Coimbra	Casa de Manuel Francisco, lugar dos galheiros.
Coimbra	Coimbra	Suas duas irmãs, freguesia de S. Cristóvão
Felgueira	Coimbra	Avó, em Monte Arroio.
Aguada de Cima	Coimbra	Avó, em Monte Arroio.
Semide	Coimbra	Avó, em Monte Arroio.
S. Martinho	Coimbra	Mãe, freguesia de S. Bartolomeu.
Carvalho	Coimbra	Casa de Marinha Martins, ao Ramal.
Serpins	Coimbra	Casa de António Castanho, freguesia da Sé.
Galvão	Coimbra	Casa de Manuel Neves, freguesia de Almedina.
S. João Campo	S. João do Campo	Mãe, no lugar de S. João do campo.
Luso	Coimbra	Casa de dona Ascensão, freguesia S. Salvador.
S. Martinho	S. Martinho Bispo	Mãe, junto à capela.
S. Martinho	S. Martinho Bispo	Mãe, nas Casas Novas.
Semide	Castelo Viegas	Quinta do Sr. António Rodrigues de Almeida.
Coimbra	Coimbra	Mãe, beco sem saída, freguesia santa justa.
Coimbra	Coimbra	Casa de Francisco Marques, rua da Redinha.
Coimbra	Coimbra	Casa de Manuel Rodrigues.

Naturalidade	Local de residência	Família ou pessoa que as recolhe
Coimbra	Coimbra	Casa da Sr. Gertrudes, freguesia da Sé.
Coimbra	Coimbra	Casa Sr. Rodrigues, freguesia da Sé.
Coimbra	Coimbra	Casa de Francisco Amaro, freguesia S. Pedro.
Coimbra	Coimbra	Casa Sr. Manuel Francisco freguesia S. pedro.
Coimbra	Coimbra	Casa Sr. Francisco Manuel Meneses Sampaio
S. João Campo	Coimbra	Casa de Amaro Costa Coelho, Irmão da Santa Casa.
Figueira da Foz	Coimbra	Casa do Reitor Costa Tomé.
Bemposta	Coimbra	Casa de Senhor Manuel na rua da Moeda.
Figueira da Foz	Coimbra	Avó, em Montarroio.
Famalicão	Coimbra	Casa de António de Távora Souto Mayor.
Famalicão	Coimbra	Casa de irmão da Santa Casa.
Famalicão	Coimbra	Casa de irmão da Santa Casa.
Pena	Coimbra	Casa de Sra. Angélica, rua da Loiça.
Vale de Lobos	Coimbra	Casa de Sr. João no Terreiro da Praça.
Coimbra	Coimbra	Mãe, no Paço do Conde.
Coimbra	Coimbra	Mãe, por detrás do Paço do Conde.
Coimbra	Coimbra	Mãe, no Paço do Conde.
Lousã	Lousã	Avós.
Coimbra	Coimbra	Mãe, no Romal.
Coselhas	Coimbra	Irmã, rua das Azeiteiras.
Barcouço	Coimbra	Casa de sr. António no Romal.
Casais	Casais	Casa de Catarina Velha.
Casais	Casais	Mãe.
Coimbra	Coimbra	Casa de Angélica no Romal.
S. Frutuoso	Ribeira de frades	Cunhada.
Coselhas	Cose-lhas	Casa de Manuel Silva Barbosa.
Aguada de Baixo	Aguada de Baixo	Casa de António Joaquim (alfaiate), rua Larga.
Coimbra	Coimbra	Casa de António Simões Louro (irmão da casa).
Pereira	Coimbra	Casa de Dona Mariana, rua Direita.
Coimbra	Coimbra	Casa do senhor António Beco do Forno.
Coimbra	Coimbra	Tia, rua Direita.
Castelo Viegas	Castelo Viegas	Casa de Francisco Simões (alfaiate).
Caramulo	Coimbra	Avó em Montarroio.
Coimbra	Coimbra	Casa de Sra. Maria na rua dos Sapateiros.
Coimbra	Coimbra	Mãe, na Cortelha.
Cose-lhas	Coimbra	Mãe, no Romal.

Naturalidade	Local de residência	Família ou pessoa que as recolhe
Famalicão	Coimbra	Casa de António de Távora.
Almalaguês	Almalaguês	Mãe.
Assafarge	Assafarge	Mãe.
Bolho	Venda Nova	Tia.
Brasfémias	Brasfémias	Mãe.
Carregado	Coimbra	Recolhimento.
Carvalho	Carvalho	Mãe.
Coimbra	Coimbra	Mãe.
Corais	Chão do Bispo	Mãe.
Cortegaça	Geria	Tio.
Cortegaça	Coimbra	Recolhimento.
Águeda	Coimbra	Casa do bispo.
Carapinheira	Coimbra	Casa de Senhor Manuel ourives, rua dos Sapateiros.
Lorvão	Lorvão	Mãe.
Sore	Lorvão	Irmã.
Poiares	Coimbra	Irmã.
Sobreiro	Coimbra	Tio, freguesia da Sé.
Lousã	Lousã	Mãe.
Antanhol	Coimbra	Irmã.
Coimbra	Coimbra	Mãe, Adro de Santa Justa.
Coimbra	Coimbra	Casa da D. Angélica.
Coimbra	Coimbra	Casa de Senhor Rodrigues, rua de cima da Montaria.
Coimbra	Coimbra	Casa de viúva de Irmão da Casa.
Coimbra	Coimbra	Casa de Irmão da Misericórdia.
Coimbra	Coimbra	Casa de Manuel António, rua das Azeiteiras.
Coimbra	Coimbra	Casa de Maria Antónia, no lugar da cruz.
Coimbra	Coimbra	Irmã, rua sob ripas.
Góis	Coimbra	Recolhimento.
S. Martinho do Bispo	Fala	Mãe.
Pereira	Pereira	Mãe.
Pereira	Lugar do Lameiro	Mãe.
Ceira	Ceira	Mãe.
Ceira	Ceira	Mãe.
Torres	Torres	Mãe em S. Martinho da Torre.
Escapães	Escapães	Mãe, no lugar.
Ceira	Vilela	Casa do Sr. António no lugar de Vilela.

Naturalidade	Local de residência	Família ou pessoa que as recolhe
Amial	Amial	Tia, no lugar do Amial.
Pereiros	Pereiros	Mãe, nos Pereiros.
Coimbra	Coimbra	Mãe, rua da Cabreira
Coimbra	Coimbra	Tia, na Fornalhinha
Coimbra	Coimbra	Mãe, Paço do Conde.
Coimbra	Coimbra	Mãe, Portela
Coimbra	Coimbra	Mãe, junto à Sé.
Coimbra	Coimbra	Casa do Sr. António no Arsenal das Freiras.
Coimbra	Coimbra	Mãe, na Copoeira.
Coimbra	Coimbra	Mãe, lugar do Forno.
Coimbra	Coimbra	Mãe, lugar do Forno.
Coimbra	Coimbra	Mãe, lugar do Dianteiro.
Coimbra	Coimbra	Mãe, travessa das Olarias (Stª Justa)
Coimbra	Coimbra	Recolhimento.
Coimbra	Coimbra	Mãe, rua Corpo de Deus (Santiago).
Coimbra	Coimbra	Mãe, rua Corpo de Deus (Santiago).
Coimbra	Coimbra	Casa de Irmão Santa Casa.
Coimbra	Coimbra	Casa de um irmão da Santa Casa.
Coja	Coimbra	Casa do Sr. Miguel ourives.
Aguada de Cima	Coimbra	Casa do Sr. José Oliveira.
Aveiro	Coimbra	Casa Sr. Rodrigo, costa da calçada.
Moita	Coimbra	Mãe, freguesia S. Bartolomeu.
Poiares	Coimbra	Casa de Senhora Gertrudes por detrás da igreja S. Bartolomeu
Celavisa	Coimbra	Casa de sr. Jerónimo, freguesia da Sé.
Mortágua	Coimbra	Mãe, junto ao forno da Sé
Serpins	Coimbra	Mãe, por baixo da porta dos apertos.
Chão do Bispo	Chão do bispo	Mãe, em Chão do Bispo
Total 133 46 (35%) - Naturais de Coimbra 87 (65%) - Naturais fora	Total 133 95 (71%) Vivem em Coimbra. 38 (29%) Vivem fora	Total 133 62 (46,6%) vivem em casas de particulares 47 (35,3%) vivem com a mãe (35,3%) 20 ((15,0%) vivem com outros familiares 4 (3,0%) vivem no recolhimento.

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1747-1761.

Quadro 19 - Distribuição de órfãs naturais de fora da cidade, local de residência e com quem viviam (1668-1749)

Naturalidade	Residência e coabitação
Almalaguês	Almalaguês
Ançã	Coimbra - em casa de Bárbara de Ataíde na rua Larga
Ançã	Coimbra – em casa de Bárbara Estarreja na rua Larga
Assafarge	Assafarge- vive com a mãe.
Bolho	Venda Nova
Brasfemes	No lugar- vive com a mãe.
Carregado	Coimbra - no recolhimento.
Carvalho	Vive com a mãe.
Corais	Coimbra
Corais	Chão do Bispo.
Cortegaça	Geria- em casa de um tio.
Cortegaça	Coimbra – vive no Recolhimento.
Franciscas	Coimbra – vive com seu tio Francisco Barbosa.
Galhos	Casa de Manuel Francisco Vive no lugar dos Carvalhos
Lavos	Coimbra - casa do primo Manuel Francisco na rua dos Sapateiros
Lavos	Coimbra – casa do Sr. José à Portagem.
Meãs	Coimbra – casa de Ana Sousa.
Miranda do Corvo	Coimbra – casa de Maria do Sacramento junto à Sé.
Murtede	Coimbra – casa do Sr. Casimiro Miranda na rua do Corvo.
Penela	Coimbra – vive com a mãe na rua do Gatinho.
S. João do bispo	Coimbra – vive com a mãe ao Marco da Figueira.
Trouxemil	Vive no lugar.
Castelo Viegas	Vive no lugar com a mãe junto ao castelo.
Zouparia	Vive com a mãe junto à Ribeira de Coselhas.
Aguada	Coimbra – casa de João Rodrigues Velho no Marmeleiro.
Benfeita	Coimbra – casa de Rodrigo Dias na rua Direita.
Lavos	Coimbra – casa de um primo na rua dos Sapateiros.
Carapinheira	Vive no lugar.
Lorvão	Vive em Lorvão.
Soure	Coimbra.
Poiares	Coimbra
Águeda	Coimbra – Santa Justa.
Arouca	Arouca.
Abrantes	Coimbra - freguesia da Sé.
Sobreiro	Vive no lugar.
Lousã	Coimbra – Almedina.

Naturalidade	Residência e coabitação
Antanhol	Antanhol.
Ardazubre	Ardazubre.
Serpins	Coimbra.
Carvalho	No lugar.
Remígio	No lugar.
Ribeira de Frades	Ribeira de Frades.
Friúmes	Friúmes.
Penacova	Penacova
Ourentã	Coimbra – mora na Praça.
Total - 45	
Identificados 45	23 (51%) vivem em Coimbra 22 (49%) vivem no lugar (fora da cidade) 7 (16%) vivem com a mãe 4 (9%) vivem em casa de outros familiares 10 (22%) vivem em casa de particulares e no recolhimento. 24 (53%) vivem no lugar (fora da cidade) sem identificação de pessoas.

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1747-1761.

Quadro 20 – Distribuição dos pais das órfãs segundo a ocupação/caracterização (1668-1749)

Ocupação/Caracterização	Nº	%
Alfaiate	44	10,476
Oleiro	34	8,095
Sapateiro	32	7,619
Tendeiro	28	6,666
Barqueiro	20	4,761
Carpinteiro	19	4,523
Barbeiro	15	3,571
Hortelão	14	3,333
Artesão	12	2,857
Albardeiro	12	2,857
Cerieiro	12	2,857
Padeiro	12	2,857
Pedreiro	12	2,857

Ocupação/Caracterização	Nº	%
Trabalhador rural	12	2,857
Caldeireiro	10	2,380
Cordoeiro	9	2,142
Cortador de carnes	8	1,904
Tanoeiro	8	1,904
Lavrador	8	1,904
Irmão da SCM	8	1,904
Caldeireiro	7	1,666
Pescador	6	1,428
Serralheiro	6	1,428
Almocreve	6	1,428
Chineleiro	5	1,190
Tecelão	5	1,190
Serrador	5	1,190
Serralheiro	5	1,190
Sombreireiro	5	1,190
Armador	4	0,952
Pintor de loiça	4	0,952
Ferrador	4	0,952
Ferreiro	4	0,952
Cutileiro	4	0,952
Licenciado	4	0,952
Cirurgião	3	0,714
Prioste	3	0,714
Tumbeiro(?)	2	0,476
Familiar SCM	2	0,476
Ourives	2	0,476
Oficial dos órfãos	2	0,476
Solicitador da SCM	2	0,476
Fidalgo da Casa Real	1	0,238
Total	420	99,982

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1668-1704; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1705-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1734; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1747-1761.

Quadro 21 - Distribuição das órfãs enjeitadas segundo o nome, idade, naturalidade, morada, dotes e benfeitor

Ano	Nome	Idade	Naturalidade	Morada	Dote	Benfeitor
1710	Úrsula	23	Castelo Viegas	Coimbra (em casa de Francisco Simões)	20.000	Dotes da Casa
1711	Úrsula	16	Correria	Correria	20.000	Casa
1721	Maria	19	Sebal Grande	Sebal Grande	20.000	Luís Correia /Legados
1724	Jacinta	17	Lousã	Lousã	25.000	Bernardes Aires
1726	Isabel	18	Pereira	Pereira	20.000	Legados Miúdos
1726	Maria	17	Pereira	Pereira	25.000	Miguel Rios
1726	Josefa	14	Coimbra	Coimbra	25.000	Miguel Rios
1727	Margarida	16	Coimbra	Coimbra	25.000	Bernardes Aires
1728	Mariana	15	Coimbra	Coimbra	25.000	Bernardes Aires
1732	Antónia	15	Coimbra	Coimbra	25.000	Miguel Rios
1734	Josefa	14	Coimbra	Coimbra	25.000	Bernardes Aires
1736	Josefa	16	Semide	Semide	20.000	Casa
1736	Vitoriana	16	Coimbra	Coimbra	25.000	Bernardes Aires
Total	13	Média 17			300.000	

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1705-1719*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1734*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747*.

Quadro 22 - Distribuição de cristãs novas e outras órfãs com bens de raiz, segundo a idade (1620-1717)

Nome	idade
Cecília	14
Ana	14
Cecília	16
Madalena	18
Inocência	18
Manuela	20
Margarida	22
Maria	24
Ana	24
Josefa	24
Maria	25
Média idade	20 anos

Fonte: AMC; *Livro de inquirições das órfãs*, 1620; *Livro de eleições e recebimentos das órfãs*, 1705-1719.

Quadro 23 – Distribuição de órfãs irmãs de sangue a concurso no mesmo ano de eleições segundo a idade e valor do dote

Ano	Irmãs	Idade	Concorrentes	Não Dotadas	Perderam o dote	Dotadas	Valor dos dotes
1632	Jerónima Maria	16 15	2	-	2	-	-
1634	Isabel Catarina	16 18	2	-	--	2	40.000
1643	Maria Isabel	20 17	2	-	1	1	20.000
1643	Duas		2	-	-	2	40.000
1687	Ana Madalena	22 23	2	-	-	2	40.000
1706	Duas de Ceira		2	-	-	2	40.000
1706	Duas de Eiras		2		-	2	35.000
1711	Maria Catarina	21 23	2	-		2	40.000
1712	Maria Isabel	20 21	2	1	.	1	25.000
1713	Benta Joana	24 25	2	-	-	2	40.000
1714	Bernarda Joana	24 21	2	-	-	2	40.000
1714	Maria Sebastiana Luísa	24 23 22	3	3	-	-	-

Ano	Irmãs	Idade	Concorrentes	Não Dotadas	Perderam o dote	Dotadas	Valor dos dotes
1721	Maria Úrsula	27 23	2	2	-	-	-
1722	Maria Mariana	30 28	2	2	-	-	-
1724	Maria Teresa	19 22	2	-	-	2	40.000
1724	Comba Benta	24 21	2	-	-	2	40.000
1724	Duas		2		-	2	40.000
1724	Maria Úrsula	30 28	2	-	-	2	40.000
1724	Maria Madalena	30 25	2	1	-	1	20.000
1726	Maria Luísa	26 19	2		-	2	40.000
1726	Joana Luísa	22 19	2			2	50.000
1728	Josefa Felícia Joana	28 25 22	3	2	-	1	20.000
1728	Maria Úrsula	24 20	2	2	-	-	-
1736	Antónia Maria	25 22	2	1	-	1	20.000
1736	Joana Rosa	18 20	2	-		2	47.000
1738	Joana Isabel Maria	22 19 21	3	1	-	2	40.000
1738	Ana Luísa	23 19	2	2	-	-	-
Total		22 (média)	52	14 27,0%	3 6,3%	35 67,3%	757.000

Fonte: AMC, *Livro de eleições e dotes, 1620-1666*; *Livro de eleições e dotes, 1668-1694*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1666-1704*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1705-1719*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719- 1734*; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747*.

Quadro 24 – Distribuição anual de órfãs dotadas e de órfãs casadas, 1667-1686

Ano	Dotadas	Casadas	%
1667	9	11	122,2
1668	18	12	66,6
1669	8	11	137,5
1670	19	18	95,0
1671	11	12	109,1
1672	7	15	214,3
1673	16	15	94,0
1674	16	14	87,5
1675	18	17	94,4
1676	20	12	60,0
1677	40	22	55,0
1678	18	12	66,6
1679	24	24	100,0
1680	11	14	127,3
1681	9	11	122,2
1682	9	7	77,7
1683	6	5	83,3
1684	18	12	66,6
1685	12	12	100,0
1686	7	20	285,7
Total	296	276	93,2

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1667-1678*; *Livro de dotes e recebimento das órfãs, 1668-1704*.

Quadro 25 - Distribuição anual de órfãs dotadas e de órfãs casadas, 1687-1706

Anos	Dotadas	Casadas	%
1687	19	24	126,3
1688	10	19	190,0
1689	13	20	154,0
1690	20	24	120,0
1691	12	18	150,0
1692	19	28	147,0
1693	51	40	78,4
1694	18	18	100,0
1695	8	26	325,0
1696	26	18	69,2
1697	21	18	85,7
1698	9	30	333,3
1699	23	12	52,2
1700	15	21	140,0
1701	19	27	142,0
1702	0	25	-

Anos	Dotadas	Casadas	%
1703	17	23	135,3
1704	22	15	68,2
1705	17	25	147,1
1706	25	22	88,0
Total	364	453	124,5

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimento das órfãs*, 1668-1704; *livro de dotes e recebimento das órfãs*, 1704-1719.

Quadro 26 - Distribuição anual de órfãs dotadas e de órfãs casadas, 1707-1726

Anos	Dotadas	Casadas	%
1707	35	33	94,3
1708	32	20	62,5
1709	25	23	92,0
1710	43	29	67,4
1711	28	22	78,6
1712	35	40	114,2
1713	31	29	93,5
1714	8	32	400,0
1715	105	54	51,4
1716	38	40	105,2
1717	46	43	93,5
1718	86	49	57,0
1719	40	35	87,5
1720	35	22	63,0
1721	30	32	106,6
1722	37	27	73,0
1723	35	33	94,2
1724	37	28	75,7
1725	26	20	77,0
1726	26	26	100,0
Total	778	637	82,0

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1704-1719; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1744.

Quadro 27 - Distribuição anual de órfãs dotadas e de órfãs casadas, 1727- 1749

Anos	Dotadas	Casadas	%
1727	28	32	114,3
1728	27	38	141,0
1729	25	27	108,0
1730	27	25	92,6
1731	43	33	76,7
1732	30	28	93,3
1733	25	20	80,0
1634	30	25	83,3
1735	32	34	106,3
1736	26	27	104,0
1737	30	22	73,3
1738	25	23	92,0
1739	27	30	111,1
1740	35	34	97,1
1741	25	18	72,0
1742	25	23	92,0
1743	30	35	116,6
1744	26	25	96,2
1745	28	30	107,1
1746	28	25	89,3
1747	26	20	77,0
1748	31	25	81,0
1749	21	20	95,2
Total	650	619	95,2

Fonte: AMC, *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1719-1744; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1734-1747; *Livro de dotes e recebimentos das órfãs*, 1747-1761.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes manuscritas

Arquivo da Misericórdia de Coimbra:

Catálogo dos Benfeitores da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, suas disposições e legados, feito por mandato do Exmº Dr. Joaquim Cardoso de Araújo, Lente Catedrático da Faculdade de Teologia na Universidade, sendo Provedor no ano de 1866 a 1867.

Documentos avulsos.

Livro das memórias nº1, 1500-1648.

Livro de esmolos perpétuas, 1620.

Livro de inquirições das órfãs, 1620.

Livro de dotes e eleições das órfãs, 1620-1666.

Livro de testamentos nº119, 1669.

Livro de dotes e eleições das órfãs, 1666-1676.

Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1668-1704.

Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1705-1719.

Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1719-1734.

Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1734-1747.

Livro de dotes e recebimentos das órfãs, 1747-1761.

Livro dos termos e árvores da família de Francisco Lopes Teixeira, 1751-1793.

Livro de árvores da geração e descendência de Rodrigo Caldeira de Azevedo, fabricadas e dispostas no ano de 1786.

Fontes Impressas

Compromisso da Misericórdia de Coimbra, Coimbra, Real Imprensa da Universidade, 1830.

Bibliografia

ABREU, Laurinda, “Processos de integração de normas e práticas nos campos da assistência e da saúde (Portugal, séculos XVI- XIX)” in POLONIA, Amélia et al (org.), *História e ciência: ciência e poder na primeira idade global*, Porto, Universidade do Porto/ Faculdade de Letras, 2016.

ABREU, Laurinda, PAIVA, José Pedro, “Introdução”, in Laurinda Abreu e José Pedro Paiva (coord), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. V, *Reforço da interferência régia e estilização: o governo dos Filipes*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo (coord.) *As Sete Obras de Misericórdia Corporais nas Santas Casas de Misericórdia*, Braga, 2018.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e Paiva, José Pedro, “Introdução”, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de e PAIVA, José Pedro (coord), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol.VI, *Estabilidade grandeza e crise, da Restauração até ao final do reinado de D. João V*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de “As manifestações de rua das misericórdias portuguesas em contexto Barroco”, *Hispania Sacra*, LXII, 2010.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo, “Casadas com trigo e cevada os dotes das órfãs da Misericórdia de Portel no século XVIII”, *Faces de Eva*, nº20, Edições Colibri/ Universidade Nova de Lisboa, 2008.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo, “Fazendo o bem olhando a quem”, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo, ESTEVES, Alexandra (coords), *Tomar Estado: Dotes e Casamentos (Séculos XVI-XXIX)*, Braga, 2010.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo, *Filha casada, filha arrumada: a distribuição de dotes de casamento na confraria de São Vicente de Braga (1750-1870)*, Braga, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura e Memória, 2011.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo, *Pobres, Honradas e Virtuosas: os dotes de D. Francisco e a Misericórdia de Ponte de Lima*, Ponte de Lima, Santa Casa da Misericórdia de Ponte de Lima, 2000.

LOPES, Maria Antónia, “A fundação da Misericórdia de Coimbra: condições e circunstâncias”, in Lopes, Maria Antónia (coord.), *Livro de todallas liberdades da Santa Confraria da Misericórdia da cidade de Coimbra Estudos, fac-simile e transcrição*, Coimbra, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, 2016.

LOPES, Maria Antónia, “A governança da Misericórdia de Coimbra em finais de Antigo Regime”, *XXII Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social*, Aveiro, 2002.

LOPES, Maria Antónia, “Dar de comer a quem tem fome e de beber a quem tem sede nos compromissos e nas práticas das Santas Casas da Misericórdia (sécs. XV-XXI)” in ARAÚJO, Maria Marta Lobo de (coord.), *As sete obras de misericórdia corporais nas Santas Casas de Misericórdia*, Braga, Santa Casa da Misericórdia de Braga, 2018.

LOPES, Maria Antónia, “Dotar para disciplinar”, in ARAÚJO, Maria Marta Lobo, ESTEVES, Alexandra (coords), *Tomar Estado: Dotes e Casamentos (Séculos XVI-XXIX)*, Braga, 2010.

LOPES, Maria Antónia, “Manuel Soares de Oliveira, assessor e auditor do governador das Filipinas e benfeitor da Misericórdia de Coimbra (1598-1675)”, in CHAVES y Manuel F. Fernández, GARCIA, Rafael M. Pérez. (coords), *Movilidad, interacciones y espacios de oportunidad entre Castilla y Portugal en la Edad Moderna*, Sevilla, Editorial Universidad de Sevilla, 2019.

LOPES, Maria Antónia, *Mulheres espaço e sociabilidade, a transformação dos papéis femininos em Portugal à luz de fontes literárias (segunda metade do século XVIII)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.

LOPES, Maria Antónia, *Pobreza assistência e controle social*, Coimbra (1750-1850), 2 vols., Viseu, Palimage Editores, 2000.

LOPES, Maria Antónia, *Proteção Social em Portugal na Idade Moderna*, Coimbra, Imprensa da universidade de Coimbra, 2010.

MACHADO, Maria de Fátima, “Dotes e casamentos, as órfãs do Porto no século XVI”, in ARAUJO, Maria Marta Lobo, ESTEVES, Alexandra (coords), *Tomar Estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010.

MAGALHÃES, António, “Mulheres órfãs e de boa fama: os dotes de casamento na Misericórdia de Viana do Castelo”, in ARAUJO, Maria Marta Lobo, ESTEVES, Alexandra (coords), *Tomar Estado: dotes e casamentos (séculos XVI-XIX)*, Braga, CITCEM, 2010.

OLIVEIRA, António de, *A vida económica e social de Coimbra de 1537-1640*, vol. I, Coimbra, Tese de Doutoramento em História apresentada à Universidade de Coimbra, 1971.

OLIVEIRA, António de, *Capítulos de História de Portugal (1580-1668)*, vol. II, Coimbra, Palimage, 2015.

PAIVA, José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. X, *Fazer a história das Misericórdias*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2010.

PINHO, Joana Maria Balsa Carvalho de, *As Casas da Misericórdia: confrarias da misericórdia e a arquitetura quinhentista portuguesa*, vol. I, Lisboa, tese de doutoramento em História de Arte apresentada à Universidade de Lisboa, 2012.

SÁ, Isabel dos Guimarães e PAIVA, José Pedro, “Introdução”, In SÁ, Isabel dos Guimarães e PAIVA José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. III, *A fundação das Misericórdias: o reinado de D. Manuel*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2004.

SÁ, Isabel dos Guimarães, “As Misericórdias da Fundação à união dinástica”, in José Pedro Paiva (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. I, *Fazer a história das Misericórdias*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

SÁ, Isabel dos Guimarães, *Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade, e poder no império português (1580-1800)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

SERRÃO, Victor, “A pintura, a escultura e a talha nas misericórdias portuguesas (séculos XVI-XXI)”, in José Pedro Paiva (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. X, *Fazer a história das Misericórdias*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas. 2010.

XAVIER, Ângela Barreto e PAIVA, José Pedro, “Introdução”, in XAVIER, Ângela Barreto e PAIVA José Pedro (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol. IV, *Crescimento e consolidação de D. João III a 1580*, Lisboa, Universidade Católica/União das Misericórdias Portuguesas, 2002.

Webgrafia

https://www.google.com/search?q=se+de+lisboa+sec.+xvii&rlz=1C1GCEA_enPT842PT842&sxsrf=ALeKk008QcidjXOI_ft9ksaa_XIL5Ss0sA:1588108318642&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=2ahUKEwjw3snBhIzpAhUJkhQKHQT2CpAQ_AUoAXoECAwQAw&biw=1280&bih=727

https://www.google.com/search?q=capela+da+senhora+da+piedade+na+se+de+lisboa&rlz=1C1GCEA_enPT842PT842&sxsrf=ALeKk02vXt5YdkehFPLCQlet0ht9jvt5cQ:1588093155519&source

https://www.google.com/search?q=igreja+da+concei%C3%A7%C3%A3o+velha+em+lisboa&tbm=isch&ved=2ahUKEwi_g-3UhYzpAhVGYBQKHWNJCx0Q2-cCegQIABAA&oq&gs_lcp=CgNpbWcQARgDMgcIIXDqAhAnMgcIIXDqAhAnMgcIIXDqAhAnMgcIIXDqAhAnULvTHIi70x9ggvsfaAFwAHgAgAEAiAEAkG